

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

VINÍCIUS GUIMARÃES REIS GONÇALVES

Mercadores da Morte:

**O Império Ashanti e o papel da escravidão na conexão entre a África
Occidental e o Mundo Atlântico**

RIO DE JANEIRO

2019

VINÍCIUS GUIMARÃES REIS GONÇALVES

Mercadores da Morte:
O Império Ashanti e o papel da escravidão na conexão da África Ocidental com o
Mundo Atlântico

Dissertação apresentada pelo acadêmico Vinícius Guimarães Reis Gonçalves ao programa de Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para a obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Orientador: Professor Doutor Eduardo Crespo

RIO DE JANEIRO

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

G635 Reis, Vinícius Guimarães Gonçalves

Mercadores da morte: o Império Ashanti e o papel da escravidão na conexão entre a África Ocidental e o Mundo Atlântico / Vinícius Guimarães Gonçalves Reis. – 2019.

100 p.; 31 cm.

Orientador: Eduardo Alberto Crespo

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2019.

Bibliografia: f. 93-100.

1. Estudos – África. 2. Escravidão. 3. Império Ashanti. I. Crespo, Eduardo Alberto, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário: Lucas Augusto Alves Figueiredo CRB 7 – 6851

Biblioteca Eugênio Gudim/CCJE/UFRJ

VINÍCIUS GUIMARÃES REIS GONÇALVES

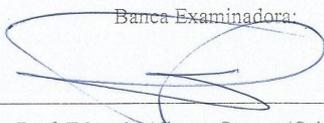
Mercadores da Morte:

O Império Ashanti e o papel da escravidão na conexão entre a África Ocidental e o Mundo Atlântico

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Aprovada em: 27/04/2019

Banca Examinadora:



Prof. Eduardo Alberto Crespo (Orientador)
Pepi-UFRJ



Prof. Daniel de Pinho Barreiros
Pepi-UFRJ



Prof. Danilo Bragança
UFF

RESUMO:

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o Império Ashanti de maneira a compreender a relação entre as guerras africanas e a participação dos agentes de mercado no tráfico de escravos ao longo da Costa do Ouro, entre os séculos XVII e XIX. Com base nessa perspectiva busca-se compreender quais os principais agentes políticos, econômicos e sociais responsáveis pela desarticulação das estruturas de poder das sociedades africanas presentes na Costa do Ouro. A presença de atores Europeus, neste período, teve como consequência a modificação da “balança” de poder regional, pois gradativamente, modificou as estruturas políticas e sociais devido as forças exercidas pela demanda do mercado Atlântico. Hostilidades regionais, oriundas da rebelião dos povos Fante e outras entidades subjugadas pelos Asante, e o aumento da dependência pelo uso e revenda da mão de obra escrava influenciaram diretamente na queda do Império Ashanti em 1900.

Palavras-Chave:

Estudos Africanos;Ashanti;Escravidão;Guerra;

ABSTRACT:

This research aims to analyze the Ashanti Empire in order to understand the relationship between the African wars and the participation of the market agents in the slave trade along the Gold Coast between the 17th and 19th centuries. Based on this perspective, it is sought to understand the main political, economic and social agents responsible for the disarticulation of the Power structures of the African societies present in the Gold Coast. The presence of European actors in this period had as a consequence the modification of the regional balance of power, since it gradually modified the political and social structures due to the forces exerted by the demand of the Atlantic market. Regional hostilities, stemming from the rebellion of the Fante peoples and other entities subdued by the Asante, and increased dependence on the use and resale of slave labor directly influenced the fall of the Ashanti Empire in 1900.

Key-Words:

African Studies;Ashanti;Slavery;Wars

Lista de Imagens

Figura 1: Ilustração da corte de Finanças, Kumasi (A capital em 1817).....	19
Figura 2: Mapa da costa do ouro, e do Império Asante, durante a sua derrocada em 1896.....	22
Figura 3: mapa centrado na dispersão étnica de acordo com A.A Boahen.....	24
Figura 4: Estados da Costa da Guiné Inferior em 1750 (e a área de influência do Império Asante/Ashanti).....	28
Figura 5: Fronteira das Zonas de Influência do Império Ashanti.....	29
Figura 6: Fluxo de escravos no espaço atlântico.....	35
Figura 7: Base de dados do comércio Transatlântico de Escravos.....	37
Figura 8: As principais rotas comerciais das bacias do Mandama, do Volta e do Mono de acordo com os estudos de A.A Boahen (entre os séculos XV e XVIII).....	44
Figura 9: Líderes militares Asante vestidos de acordo com as suas respectivas tradições culturais e usando armas de fogo.....	48
Figura 10: Os principais cultivos africanos, por região, de acordo com Diamond antes da chegada das sementes europeias.....	57
Figura 11: Rio Pra, o delimitador da fronteira Ashanti durante o conflito com a aliança entre a confederação Fante e o Império britânico.....	73
Figura 12: Alguns símbolos Ashanti cunhados em ouro. Os menores, principalmente a Suástica (não associar com a apropriação realizada pelo regime nazista), eram utilizados para medir e balancear a moeda local. Durante as transações locais se pesava-se o objeto, media o tamanho e discutia-se a pureza do ouro na tentativa de estimar-se valores de troca (transação mais comum na aquisição de artigos, como os feitos de couro, ou produtos agrícolas).....	77

TABELAS

Tabela 1: Fluxo de Cativos e Bandeiras de Embarque.....	40
---	----

Sumário

Introdução:	9
Capítulo 1 A balança de poder na Costa do Ouro entre os séculos XVII e XVIII	20
1.1- As origens do Império Ashanti.....	22
1.2- A Costa dos Escravos e do Ouro: A base das engrenagens do <i>Asanteman</i>	34
1.3- Organizando o Império: Conquistando a Hegemonia na África Ocidental.....	44
Capítulo 2 Discussões teóricas aplicadas ao continente africano: rediscutindo conceitos e “africanizando” os estudos	49
2.1 O ouro negro.....	50
2.1.1 A escravidão em sua forma transatlântica.....	52
2.1.2 Mercados, Escravos e relações sociais.....	53
2.2- A importância da Geografia e da Agricultura na africanização do entendimento sobre o espaço africano.....	55
2.3- A centralidade da guerra na formação da organização política da África Ocidental.....	62
Capítulo 3 Ascensão e Queda do Império: Uma história sobre a escravidão Transatlântica	68
3.1- Ascensão e Queda.....	70
3.1.2 A economia política do Abolicionismo.....	77
Cap 3.2 Dimensão Historiográfica Africana.....	80
Cap 3.3 Escravidão e Poder Político: Entendo as raízes da colonização via dinâmicas regionais.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92

Introdução:

Entre os séculos XVI e XIX, o tráfico de escravos africanos, em sua “modalidade” transatlântica¹, foi realizado de maneira legal, e organizada, com o objetivo a suprir as demandas do mercado Europeu, das infraestruturas das colônias localizadas nas Américas e o interesse de determinados atores africanos. Estima-se que em determinado momento cerca de 70 a 75 mil escravos eram transportados anualmente através do Atlântico (BETHELL, 1976). Neste contexto, o Oceano Atlântico se comportava como uma região dinâmica pautada numa tríade comercial *Europa-África-Américas* entre os séculos XVI e XIX, aonde houve um extenso fluxo de circulação de pessoas, mercadorias e ideias². No século XVII a África Ocidental, mais especificamente a região conhecida como a Costa do Ouro, viu a ascensão do Império Ashanti, militar³ e comercial em sua natureza. Extremamente centralizado, o Império foi capaz de dominar toda a região da costa do Ouro e monopolizar duas das principais fontes de comércio, local e externo: Escravos e Ouro. O seu projeto político e a força motriz da sua base militar deu início a diversas rupturas com as estruturas de poder tradicionais das sociedades e povos da região. Desde o seu surgimento os Asantes interconectaram sua economia com o Mundo Atlântico, o que, gradualmente, acabou por inverter um axioma tradicionalmente visto nos grandes reinos da região: Em vez de ter-se **“Guerra como causa, aquisição de escravos como consequência”**, questões endógenas e exógenas inverteram essa lógica para **“Aquisição de escravos como causa, Guerra como consequência”**.

Na historiografia ocidental, tende-se a renegar a “dimensão histórica” africana “pré-colonial” e como as diferentes estruturas econômicas e de poder, já estabelecidas se moldaram, resistiram ou foram subjugadas ao longo dos séculos. As comunidades/grupos africanos ao longo da costa atlântica do continente eram marcadas pela constante presença da guerra como fenômeno, o que criou uma região marcada pela presença de políticas heterogêneas e identidades étnicas fluídas e assimilativas. O que se entende por África colonial foi o resultado das interações, na longa duração, dos habitantes da costa africana com os habitantes do interior, o que gerou culturas e configurações políticas distintas. Estas mesmas sociedades etnicamente plurais, se conectaram, de maneiras diferentes, com os povos e o comércio europeu ao longo dos séculos. Diferentemente do “imaginário” criada pela dominação espanhola e portuguesa nas Américas, antes do século XIX,

1 Como será explorado nesta pesquisa, assim como foi nas referências bibliográficas da mesma, nota-se que a partir do século XVI houve uma “ruptura” entre a forma que a escravidão era prática tanto no continente africano quanto no mundo. O paradigma transatlântico trouxe toda uma nova configuração de arranjos sociais e econômicos tanto no campo doméstico quanto no internacional.

2 Práticas, conhecimentos, religiões, costumes, saber técnico e etc

3 A palavra Ashanti/Asante deriva da expressão “Por causa da Guerra”. Além disso, não coincidentemente, o banqueta de ouro, seu símbolo nacional, era “dourado” por conta das imensas reservas de ouro que o Império explorava na região.

nenhum Estado Europeu foi capaz de controlar o território africano em sua totalidade, resumindo sua ocupação a determinadas porções do litoral. A historiografia Ashanti é um exemplo claro desta situação, aonde vemos que a despeito das tentativas tanto de europeus quanto de outros poderes locais, o Império conseguiu manter o controle absoluto sobre o comércio aurífero da região, assim como de algumas das principais rotas de comércio dos escravos.

No que concerne à Escravidão, como instituição, em seu sentido *lato*⁴, deve se entender a Economia política da Escravidão e o Tráfico de Escravos, particularmente o transatlântico praticado pelos europeus, em conjunto com a sua importância como ferramenta de controle “social”⁵ e suas origens. Nas sociedades africanas a escravidão decorria, principalmente, como consequência da guerra e como resposta a demandas de sociedades que, por questões demográficas, precisavam adquirir uma “força de trabalho” capaz de “complementar” a familiar. A relação do escravo com o mercado e a guerra envolvia mecanismos, sociais e jurídicos, e operações, militares ou econômicos, cujo produto final era uma classe de indivíduos privada de personalidade, o que permitia que fosse vendida ou explorada como mercadoria e também reutilizada de maneira a se recuperar custos. O espaço econômico escravagista, nas sociedades africanas, passou a interconectar ao mercado atlântico, conforme os poderes locais, cada vez mais centralizados, passaram a enxergar nele uma oportunidade ganhos materiais. Cabe ressaltar que os poderes e as sociedades locais operavam em uma lógica diferente da europeia, enxergando questões como riqueza, escravidão e propriedade privada de maneiras absolutamente distintas do que se era concebido tanto pelo “liberalismo econômico” quanto por sociedades pautadas por noções de “moralidade” e “liberdade” oriundas do mundo ocidental e cristão⁶.

É o mercado que situa o escravo, gerando seu traslado para as colônias localizadas nas Américas e a expansão da instituição de acordo com os interesses europeus, porém o tráfico de escravos só foi possível a partir do momento em que a figura do escravo surge como subproduto do contexto da guerra e problemas, de cunho demográfico, enfrentados por economias de cunho familiar. O complexo tecido social e o sistema político africano permitem que se diferencie formas

4 A escravidão, *per se*, é uma prática recorrente na história humana, devendo se compreender a escravidão transatlântica como um fenômeno pertencente a um contexto mais amplo do que se supõem.

5 Quais as diferenças entre um escravo e um liberto nas sociedades africanas? Qual a posição hierárquica de um escravo na sociedade? Por que existem-se leis proibindo, ou coibindo, a escravidão e nenhuma lei a estabelecendo como prática? Quais os mecanismos da sua “naturalização”?

6 Cabe ressaltar que diversos lugares da África também eram cristãos, como a Etiópia, sem ser por influência direta dos Europeus (e possuíam visões distintas do cristianismo). Pode se arguir, historicamente, que a Etiópia se tornou cristã muito antes da Europa.

de “servidão”, como o *pawnship*⁷, da escravidão transatlântica e dos sistemas de valores que foram decorrentes da mercantilização, em massa, da vida humana.

O papel dos países europeus, agentes de mercado e “elites”⁸ africanas cooptadas foi de, gradativamente, aumentar a escala e a forma como a escravidão era realizada dentro do continente, de maneira a seguir a lógica do mercado atlântico, desestruturando laços sociais e transformando a figura do escravo em uma mercadoria humana. A escravidão, em sociedades africanas, era intrinsecamente conectada a diversidade étnica e cultural local além de exercer uma forma de controle social, muitas vezes descentralizado, sendo o subproduto de conflitos militares e étnicos. Da mesma maneira que a forma como as sociedades, em um nível global, reconfiguraram a forma como conviviam com o mercado, o polo gravitacional exercido pelo mercado atlântico, e configurações triangulares entre Europa, África e as Américas, modificou, estruturalmente os mecanismos de controle social dentro das sociedades africanas. A resistência a “assimilação” não impediu, porém, que profundamente, e talvez irreversivelmente, se modificasse as formas e relacionamentos dentro do espaço geográfico, A própria demografia e modelo produtivo, rotas de comércio, foi modificado de seu eixo “natural”, assumindo uma vocação externa.

A Costa do Ouro e o reinado dos Asantes foram profundamente influenciados pelos acontecimentos nas colônias das Américas, especialmente no Brasil e no Caribe. Elites locais, relações sociais e acordos políticos foram profundamente alterados pelo tráfico transatlântico, levando a formação de novos centros de poder, em contrapartida a desarticulação dos já existentes nas sociedades africanas. Forças exógenas, representadas por agentes comerciais e entes europeus, atuaram de maneira destrutiva sobre as sociedades locais em um processo que, paralelo a revoluções técnicas e científicas, principalmente no campo bélico, contribuíram para a dominação agressiva, exercida no século XIX sobre a forma do colonialismo. Tais acontecimentos são vetores fundamentais para o entendimento de problemas atuais vivenciados por esses países, desde mazelas sociais até a exploração dos recursos naturais, especialmente por permitirem a compreensão do processo de inserção, e integração, dos mesmos no Sistema Internacional, durante e após o período colonial.

No que concerne a literatura referente ao tráfico de escravos, a teorização de um “mundo atlântico” e a história africana pré-colonial, nota-se à predominância de estudos centrados no

7 Enquanto de um observador de fora o *pawnship* poderia ser visto como uma forma de escravidão, ele na verdade significava que a pessoa cedia sua força de trabalho, durante um determinado período de tempo, para pagar uma determinada dívida. Na realidade, essa modalidade em nada se diferia dos trabalhos forçados observados no ambiente rural de diversos países, tanto da Europa quanto das Américas.

8 Grupos políticos “nativos” que possuíam uma diferenciação de renda e/ou social que lhes dava uma posição privilegiada nas negociações efetuados com mercadores e agentes estatais europeus.

período colonial até os dias de hoje, em concomitância com uma bibliografia, ainda majoritariamente, centralizada em polos de produção científica mais tradicionais. Assim sendo, nota-se a recorrência de teorias e metodologias, especialmente no campo da história, que tendem a incorporar teorias e preceitos mais condizentes com determinadas visões de mundo, ocidentais, que possuem uma dificuldade de “translado” para outras realidades. Considerando a relevância social e acadêmica da escravidão, e do tráfico de escravos, se torna fulcral a busca pelo rompimento deste “monopólio” de produção científica, de maneira abrir espaço para novas agendas de pesquisa e produções científicas de cunho crítico no campo da Ciência Política e Relações Internacionais..

Citando exemplos de novas perspectivas sobre o impacto do tráfico de escravos na formação das sociedades, ao longo do atlântico, diversos autores buscam compreender fenômenos políticos, econômicos e sociais ao mesmo tempo que aprimoram os estudos historiográficos do período colonial a partir de um diálogo multidisciplinar. A relevância e inovação destas pesquisas advém de uma necessidade pela “desmitificação” de determinados conceitos e paradigmas, muitos deles derivados de narrativas “civilizatórias”. Isto ocorre em grande parte devido a vieses, direcionados ao continente africano como objeto de pesquisa, o que demanda uma releitura, de viés “periférico”⁹, de maneira a agregar valor as discussões já presentes.

Neste contexto, esta pesquisa pretende se juntar há um esforço de ampliação da produção bibliográfica que lide com o continente africano, e todas as suas peculiaridades, como objeto de pesquisa. Isto será feito através da utilização de teorias e trabalhos oriundos da Geopolítica, História, Geografia e Ciência política de maneira a dialogar com a literatura, e fontes documentais, já existentes sobre o tráfico de escravos e o período colonial. A Economia Política Internacional, como metodologia de pesquisa, surge como ferramenta chave para a interconexão entre as questões econômicas, pertinentes ao comércio mundial, políticas, no que concerne à forma “sutil” como a Europa construiu sua base de poder no continente, e o papel, pouco explorado, que constantes cenários de guerras, internas, tiveram sobre as sociedades africanas e a produção de “cativos” que viriam a se tornar escravos nas colônias.

As sociedades africanas tinham concepções de mundo e formas organizacionais bem diferentes do que se concebia, e ainda se concebe, pelo “senso comum”. O período que concerne a transição entre uma África “pré-colonial” e a dominação *de facto* europeia é indissociável das transformações do mercado decorrentes do Capitalismo, como modelo econômico e social, e disputas internas por poder entre atores africanos. Cabe se ressaltar que as populações escravizadas,

9 Viés que concerne a proliferação do conhecimento fora dos grandes centro de produção e propagação das ciências(humanas ou não).

como vistas no Brasil e no Caribe, possuíam características bem “peculiares” quando comparadas com outras populações escravizadas no interior das sociedades africanas devido a forma como a escravidão, como instituição, se instaurou nas colônias. Em um primeiro momento ela se torna “transatlântica” e passa a retroalimentar um processo mercantil regido por uma nova lógica que reconfigurava a forma como as economias mundo se integravam de acordo com a disputa por posições privilegiadas fora do território europeu. Subsequentemente ela se torna “racial”, ao atribuir-se uma condição negativa à cor dos africanos, que tiveram sua identidade como negros construída sob um discurso civilizatório que se aliava a noção de barbárie e paganismo dos povos não europeus.

A superposição das modalidades de escravidão na África e o dinamismo das estruturas de poder locais suscitam o questionamento sobre os vieses com os quais a literatura acerca do assunto acaba tratando determinados fenômenos. Existe uma enorme dificuldade em conseguir lidar com sociedades pré-capitalistas e pré-iluministas com base em noções e visões “contemporâneas” sobre o mundo. Autores como Thorton e Guedes argumentam que existia uma indivisibilidade entre a noção de “bens” e pessoas nas sociedades africanas, enquanto conceitos ocidentais como “riqueza” e “homem livre” eram “alienígenas” dentro de sociedades pautadas na coletividade, o individualismo liberal, da maneira como o entendemos hoje em dia, ainda não havia sido nem “gestado” em termos comparativos.

O poder, como enxergado pelos líderes locais, era antes de tudo sobre as pessoas e não sobre “ouro” ou “dinheiro”. O “*wealth in people*” foi um paradigma presente nas sociedades africanas devido a forma como os povos locais se relacionavam com a terra. A partir do momento em que havia terra em abundância e pessoas em escassez, devido a estrutura geográfica da continente, não se constituiu a noção de propriedade privada, como a que se viu em sociedades europeias, o que trouxe uma outra configuração para a forma como os poderes locais se mantinham ou surgiam. A partir dessa perspectiva também se entende o porquê dos Fante, a despeito de sua resistência secular, nunca terem sido “exterminados” ou mortos em larga escala pelos Asante. Os líderes das sociedades africanas repensavam muito em se utilizar da prerrogativa da execução sobre os derrotados, preferindo transformá-los em cativos. Enquanto em outros momentos da história da humanidade, e em outros espaços territoriais, uma situação assim poderia levar ao genocídio de um determinado grupo étnico, este fenômeno não foi visto na Costa do Ouro durante o período analisado.

As demandas estruturais da economia global e a historiografia das guerras africanas, no que concerne lutas pela expansão e monopólio de rotas comerciais, tendem a assumir pesos diversos

de acordo com determinados autores, porém existe um consenso quando o assunto envolve a crítica ao superdimensionamento da capacidade real de domínio exercido pelos portugueses, e outros agentes europeus, em relação aos líderes e comunidades locais. O Estado hobbesiano e as estruturas burocráticas de ordem weberiana acabam “contaminando” a forma como se busca entender os processos e valores pertinentes as localidades examinadas, algo bem nítido nas críticas exercidas aos trabalhos, pioneiros, de Heintze, Miller e Lovejoy.

As discussões perpetradas na África sobre o colonialismo, que se originam no pós-II GM e tem um caráter libertário na qual a construção de uma identidade pan-africanista era condição *sine qua non* da luta contra a exploração europeia, tiveram uma enorme influência na forma como se buscou entender o continente africano. A crítica pós-colonial acabou reforçando, indiretamente, a “identidade colonial” que tanto se buscava romper. Um efeito colateral foi que também reforçou-se a ideia de um continente “atrasado”, que só passou a “existir” a partir do momento da penetração dos europeus, perpetrando discursos civilizatórios, moralistas e enviesados. A África ocidental possuía uma complexa e rica estrutura política marcada por diversas situações de conflito entre projetos expansivos e de acumulação de poder. A colonização se dá como fábula ao superestimar-se a capacidade, demográfica e bélica, de controle dos Europeus, e de seus súditos, sobre o território africano.

O ponto de partida inicial na concepção da base de poder do Império Ashanti é o entendimento da escravidão como uma instituição e fenômeno recorrente na história humana. Nota-se que a escravidão, dentro de sociedades que tolerem escravos ou que sejam escravistas, tem a peculiaridade de se disseminar no tempo e no espaço, se adaptando a conjunturais políticas locais ou globais. Essa “adaptabilidade” da Escravidão, fez com que ela fosse capaz de suprir, em determinado momento, as demandas “estruturais” por mão de obra das economias europeias em uma larga escala. No que se entende por “dimensão histórica da África”, as estruturas geográficas do continente, em uma perspectiva de longa duração, são examinadas como “contrapeso” a historiografia tradicional que tende a privilegiar as interações com os europeus. Como já citado, as sociedades africanas, heterogêneas e assimilativas, “formaram” a África colonial tanto pelas interações com os europeus quanto pelas interações regionais, especialmente no que concerne a costa e o interior do continente. Em termos analíticos nota-se que teorias tradicionais sobre o Estado, fronteiras políticas, bens e valores são imprecisas no que concerne tanto a “geografia política” quanto a geopolítica das guerras nas sociedades africanas pré-coloniais. Por tanto cabe a esta pesquisa, a partir de uma bibliografia crítica, incorporar novos conceitos oriundos tanto da história quanto da ciência política, de maneira a explorar o Império Ashanti.

No que concerne uma “Economia Política da Escravidão”, o traficante de escravos deve ser entendido como um “empresário”, propenso a especulação e ao monopólio, deste nicho específico do mercado (FLORENTINO,1997). Cabe ressaltar que, enquanto havia, no período pré-colonial, uma porosidade da presença dos Estados Europeus em território africano, os grandes “traficantes” conseguiram prosperar, no comércio ultramarino, principalmente devido ao fato do poder central, aqui no caso o Império Ashanti, ser parceiro em todo este processo. Os comerciantes e traficantes só lucravam com a aquisição de escravos na Costa do ouro porquê era extremamente lucrativo ao poder central que monopolizava as rotas e a tributação em seu território. A Fórmula do Circuito “escravista”, como formulada por Manolo com base na teoria do Capital de Marx, segue a lógica D-M (Dinheiro X Mercadoria), aonde o traficante se utilizava de um dinheiro inicial para adquirir bens e materiais que lhe permitissem realizar um “escambo” de maneira a adquirir os Escravos, que na lógica do sistema se comportavam como mercadorias vivas; M-M(Mercadoria X Mercadoria), sendo que nesta fase não acontecia uma troca equivalente (Horas-Trabalho) pois a violência, por tanto o trabalho social não restituído, constituía a forma primária de produção do cativo (FLORENTINO,1997). Por fim temos a última fase M-D’ (Mercadoria X Mais dinheiro do que o investido), que quando analisada da perspectiva das Américas, mercado responsável pela demanda da mão-de-obra escrava, tem como consequência um valor mercantil baixo da mercadoria escrava.

A subtração do trabalho social através da força faz com que a mão de obra escrava tenha baixo valor mercantil, o que estimula sua extensão no tecido social de sociedades escravocratas, como Brasil, Cuba e EUA. Em relação aos agentes mercantis que participam do processo nota-se que a rentabilidade auferida, em princípio, dependia da diferença de preços *per capita* que podiam obter em cada uma das etapas supracitadas. A lógica de atuação do traficante, que era um comerciante, era a de obtenção máxima do lucro, a partir de uma vantagem substancial. O valor mínimo que podia se exigir em relação a sua mercadoria humana era relativamente baixo, ao longo de toda cadeia (Traficantes, Sertanejos, Negociantes africanos), devido a aquisição da mesma através da violência. Como a mercadoria escrava era organicamente disseminada na esfera da demanda, o que impedia preços exorbitantes, buscou-se aumentar o preço na esfera da oferta de duas formas: Multiplicar o diferencial de preços mediante a quantidade de escravos transacionados e coagir o agente provador dos cativos a cobrar o mínimo possível.

A “produção” de homens teve um impacto político e econômico nas sociedades africanas devido ao incremento da diferenciação social e aumento das dependências das relações escravistas.

Relações as quais, tendo como base os trabalhos de Manolo e Parron¹⁰ sobre a cadeia de valor global do sistema escravocrata, sobe a perspectiva de uma “empresa afro-americana” que culminou, no século XVIII, com uma relação entre dois espaços econômicos “arcaicos”, a América do Sul e a África, dentro da cadeia global do capitalismo. O “traficante-empresário” se encontrava presente em todas as etapas do comércio, que compreendiam do interior da África até a costa brasileira (FLORENTINO,1997).Este contexto, não coincidentemente, incide com a “desarticulação” das estruturas africanas, pois conforme exposto por Costa e Silva (2011) e os autores supracitados, depois de um longo processo de condicionamento dos mercados africanos para o ambiente externo, com ênfase no mercado de escravos, e imposição de marcos civilizatórios ocidentais. Conforme será demonstrado, a dependência da comercialização da mão-de-obra escrava e da demanda externa das colônias americanas criou uma “armadilha”, no tempo histórico secular. Entre o século XVIII e XIX, os Europeus que detinham controle de ambos os mercados, acabaram conquistando ingerência sobre os destinos das nações e grupos étnicos ao longo tanto da costa quanto do interior africano, resolveram¹¹, abolir o uso da escravidão, de forma global, em seus territórios.

Neste contexto, o processo abolicionista, encabeçado pela potência Hegemônica inglesa, teve como uma das consequências uma quebra nas relações, tanto políticas quanto econômicas, entre o continente africano e as antigas colônias nas Américas. Diferentemente dos países europeus, na esteira da revolução industrial, que detinham de uma capacidade econômica, financeira e tecnológica de rearticular seus mercados, os núcleos políticos das sociedades africanas se viram aleijados de sua principal fonte de renda, ao mesmo tempo em que no campo militar, séculos de rivalidades regionais e aumento da “dependência” da exportação de armas de fogo, através da troca por escravos, fez com que o continente se tornasse uma “presa fácil” para o “Imperialismo” e dominação de maior parte do continente até grande parte do século XX. As guerras perpetuadas na África Ocidental atendiam há uma lógica de disputa pelo poder inerente a projetos políticos e econômicos distintos entre os povos nativos. A presença, secular, dos estados Europeus, teve o efeito de modificar a “balança” de poder regional, enquanto, gradativamente, modifica as estruturas políticas e sociais devido as forças do mercado exercidas pela demanda das colônias localizados no Oceano Atlântico, massificação da demanda pela mão de obra escrava e pelo avanço do capitalismo como sistema econômico e social.

10 *Em costas Negras e A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*, respectivamente.

11 Enquanto questões relativas ao mercado pesaram muito nessa decisão, cabe ressaltar que os europeus lucraram muito com o tráfico de escravos e portanto não abririam mão dessa força de trabalho e mercadoria sem alguma espécie de vantagem comparativa, não pode-se isentar dessa questão a pressão “moral”, e uma visão “humanista”, de determinados setores da sociedade.

Esta pesquisa, qualitativa e quantitativa, tem um caráter exploratório, de maneira a gerar maior familiaridade com o tema abordado, o que será feito através de análise documental e bibliográfica pertinente ao tema explorado. De maneira a contextualizar o debate teórico, sobre o tráfico transatlântico de escravos e o fenômeno da guerra ao longo das sociedades africanas, será efetuado um levantamento de autores e teses, especialmente no âmbito da história e das ciências sociais. A pesquisa utilizará o método *Hipotético-Dedutivo* e de maneira a tentar explicar as dificuldades expressas no tema serão formuladas conjecturas ou hipóteses. A partir das hipóteses formuladas, deduzem-se consequências que deverão ser testadas ou *falseadas*. O ponto de partida inicial foi uma abordagem crítica sobre os principais erros metodológicos de uma abordagem “eurocêntrica” sobre a história das sociedades africanas pré-coloniais, o estudo da escravidão e a abordagem teleológica das ciências sociais. Este ponto de partida tem como o objetivo traçar os principais referenciais teóricos que serão utilizados na abordagem e estabelecer quais os documentos, oriundos principalmente dos administradores coloniais e mercadores portugueses alocados ao longo da costa atlântica do continente africano, que embasaram o recorte tanto temporal quanto espacial. A pesquisa teve como objetivo analisar, dentro da perspectiva da Economia Política Internacional, as estruturas políticas da África pré-colonial, durante o período de domínio Ashanti na costa do Ouro, e o tráfico de escravos *transatlântico*, com ênfase em um estudo sobre os agentes de mercado e a guerra nas sociedades africanas.

O projeto busca equacionar os dois eixos centrais da pesquisa de maneira atingir os objetivos centrais. Na esfera econômica, a Economia Política da escravidão e as demandas do mercado atlântico devem ser compreendidos dentro de uma estrutura global aonde fatores exógenos foram fundamentais para que no século XIX houvesse uma profunda, e violenta, ruptura das estruturas políticas e sociais das sociedades africanas, culminando na “Era do Imperialismo” e a colonização *de facto* do continente. No que se refere aos conflitos que cementaram o poder do Império Ashanti, contra outros atores regionais no período que compreende o final do século XVII e o século XIX, o foco se dará através de uma análise que compreenda a natureza não mercantil das estruturas econômicas da África “tradicional”, mecanismos de controle social, formas de servidão e a estrutura geográfica do próprio continente. As fontes documentais serão analisadas de acordo com a sua importância para o trabalho, como valores e a quantidade de escravos mercantilizados tanto pelo atlântico quanto pelo interior africano. Estas mesmas fontes são de fácil acesso devido a extensa divulgação, tanto em livros quanto em projetos como o “*Slavery org*”, e disponibilidade destes documentos, digitalizados, para análise.

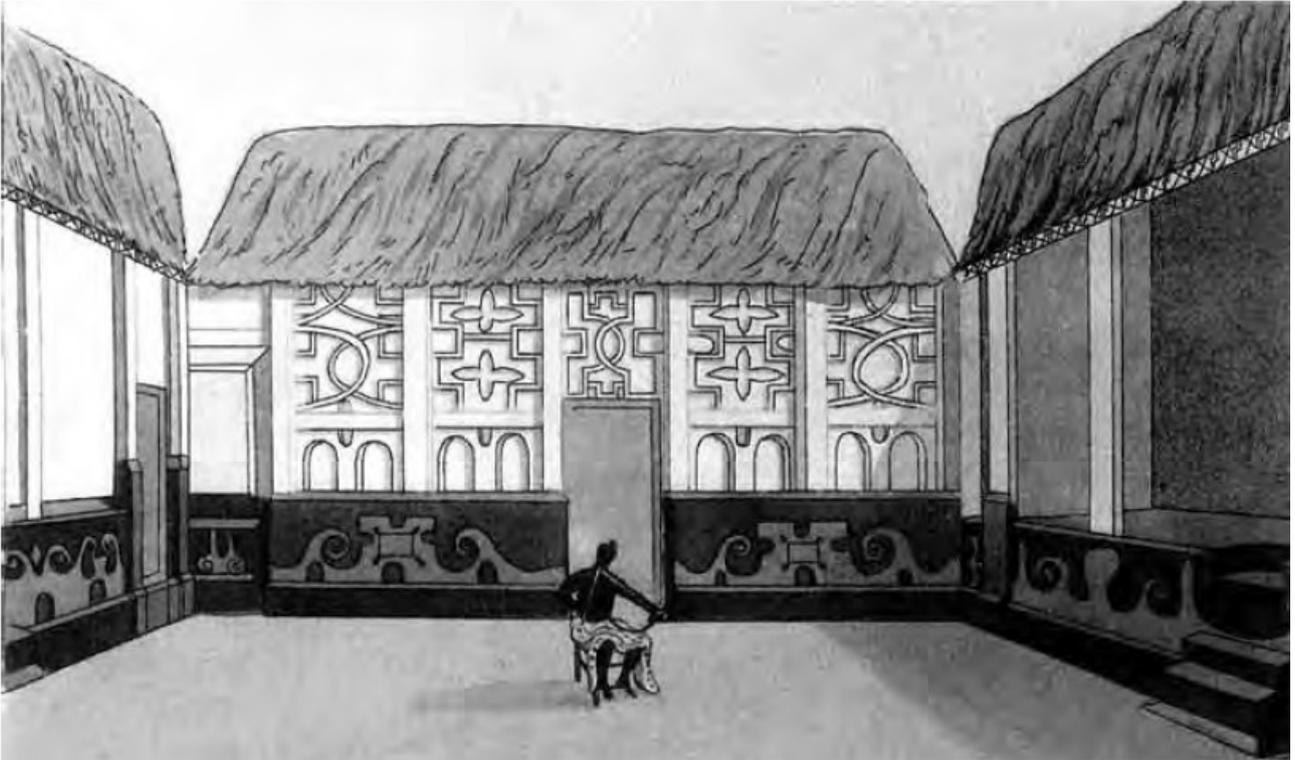
O capítulo 1 tem como objetivo criar um quadro que permita aos leitores entenderem, de maneira didática, as estruturas de poder africanas na Costa do Ouro através da análise da ascensão dos Ashanti como Império e a subsequente obtenção de seus monopólios regionais. Com ênfase em questões africanas, se mostrará como o conflito regional e aproximação com o mercado Atlântico modificou diversas formas de relações sociais na região, assim como os mecanismos de busca e propagação do poder político centralizado.

O capítulo 2 é focado nas discussões teóricas, de maneira a salientar a importância de três fatores importantes nas formas de organizações sociais da região: A escravidão, A guerra e a estrutura geográfica. Com base em teorias tradicionais e novas perspectivas, buscou-se compreender as dinâmicas, e a própria balança de poder regional a partir de uma visão focada em uma perspectiva africanizada.

O capítulo 3 será focado em analisar como as vantagens comparativas, que em um primeiro momento permitiram que o modelo político e social Asante fosse um “*case*” de sucesso na região, também foram responsáveis por no longo prazo desestruturarem totalmente a base de poder dos Asantes, deixando o território exposto para a imposição de entes externos e ataques oriundos de outros povos locais contrários a sua dominação hegemônica. Conectando-se a conclusão, o objetivo é refletir sobre os principais fenômenos apontados e como eles se relacionaram com o sistema internacional que se integrava as estruturas econômicas e políticas locais.

Por fim, de maneira a abordar o tema, ainda pouco explorado sob a perspectiva da Economia Política Internacional, deve-se evitar extremos” ao lidar a historiografia da região. Enquanto de um lado tem se a perspectiva normativa e enviesada que reforça uma noção de atraso estrutural inerente ao continente africano do outro não se pode conceber uma ideia “idílica” sobre o período anterior ao contato com os Europeus, aonde situações conflituosas e beligerantes entre os pares eram a norma. Os “Mercadores da morte”, responsáveis pela gestão do tráfico dos escravos, aludem ao fato de tanto a violência, organizada, quanto a ação de agentes econômicos serem indissociáveis, de projetos de poderes políticos que se encontravam presentes em diferentes regiões geográficas. A Guerra e o Mercado foram a força motriz que permitiu a expansão Ashanti, assim como a acumulação de poder e riqueza em seu território.

Figura 1: Ilustração da corte de Finanças, Kumasi (A capital em 1817).



Arhin et Ki-Zerbo apud T. E. Bowdich, *Mission from Cape Coast Castle to Ashantee*, 1819, Londres, John Murray. Ilustração reproduzida com a autorização do Conselho Administrativo da Biblioteca da Universidade de Cambridge. 2010, p. 793.

CAPÍTULO 1

A BALANÇA DE PODER NA COSTA DO OURO ENTRE OS SÉCULOS XVII E XVIII

O império Ashanti (XVII-XIX) foi uma complexa forma de organização política centralizada que se estabeleceu na região conhecida como “Costa do Ouro”, em um território que hoje em dia englobaria os países de Togo e Gana. O aparelho estatal Asante trouxe uma série de novidades em relação a outros reinos africanos que haviam se estabelecido na região, como uma modalidade de burocracia pública até então não vista nas sociedades africanas, em consequência da sua força motriz expansiva. Nos debates historiográficos sobre a ascensão e queda do Império identifica-se, frequentemente, o argumento de que os britânicos, através de seu aparato militar, foram os principais responsáveis por sua desestruturação. Porém, com base em um recorte histórico focado nas dinâmicas internas das sociedades africanas, vemos que as respostas para a sua ascensão e dissolução são duas faces da mesma moeda. A forma como a balança de poder africana se apresentava no período pré colonial, assim como consequências diretas e indiretas relacionadas a integração econômica com o mundo atlântico via tráfico de escravos, são os indicativos que permite-nos mapear as estruturas políticas, econômicas e sociais do Império.

A relação do Império Ashanti com outros poderes que se encontravam em atividade na costa da África Ocidental levou a diversas consequências, sendo uma das mais importantes a inversão da ordem “Guerra como objetivo, escravos como consequência” para “Aquisição de escravos como objetivos, guerra como consequência”. Este acontecimento foi um reflexo de um processo econômico, gradual, que fez com que a escravidão se tornasse a base do poder político e econômico regional. As forças do mercado global cada vez mais incorporavam os agentes africanos dentro de suas estruturas enquanto atuavam como uma centrífuga que condicionava os líderes da região a se utilizarem do litoral como ferramenta principal dos seus projetos de poder e escoamento de seus bens voltados para a exportação.

1.1- As origens do Império Ashanti

Figura 2: Mapa da costa do ouro, e do Imperio Asante, durante a sua derrocada em 1896



Com base em relatos orais e fontes primárias podemos estabelecer o povo Asante como um amalgama de 5 grupos étnicos (FAZILET, 2012) os Akans, Ga, Ewe, Guan e Mole-Dagnabi. A partir do século XVIII os Asantes, como povo, estavam dispersos ao longo da costa do ouro, em 3 regiões principais. Os Akans, cuja tradição oral estabelece os princípios dos mitos fundadores, possuíam duas subdivisões importantes entre seus clãs: A primeira categoria, *Akan Fo*, que abrangia os Ashanti era considerada como oriunda de povos autóctones que surgiram nas florestas. A segunda subdivisão dos akan, *Epeto-Fo*, abrangia povos como os Fante que possuíam algumas diferenciações culturais vistas na própria denominação que pode ser traduzida como “povo estrangeiro”. A diferenciação étnica, que foi se acentuando ao longo dos anos tanto por pressões geográficas, os Fante¹² se viam comprimidos entre o Oceano e o Império, quanto socioeconômicas.

Esse processo de emigração dos Akan havia se iniciado em torno de 1500 (BOAHEN, 2010), tendo em um primeiro momento a região Norte e Leste como foco, sendo que *Kumasi* (A futura capital do Império) foi uma das primeiras regiões a serem ocupadas, e depois se dispersou ao longo de toda região. Os motivos para tais processos são tanto políticos, envolvendo conflitos e projeção de poder, econômicos, exploração de reservas auríferas e de produtos agrícolas, quanto inerentes a “subsistência” no que concerne pressões demográficas e busca pela autossuficiência da comunidade. Esse processo de emigração também pode ser explicado pela pressão que Impérios e Reinos, no entorno e interior da África ocidental, fizeram sobre estes povos. Por tanto, de maneira a não serem incorporados sobre os mesmos, ou tributados, os povos da região precisaram se estabelecer “fixamente” em um local que tanto lhes garantisse meios de sobrevivência quanto proporcionasse uma base material capaz de garantir acesso as principais rotas de comércio e auxiliasse empreitadas militares.

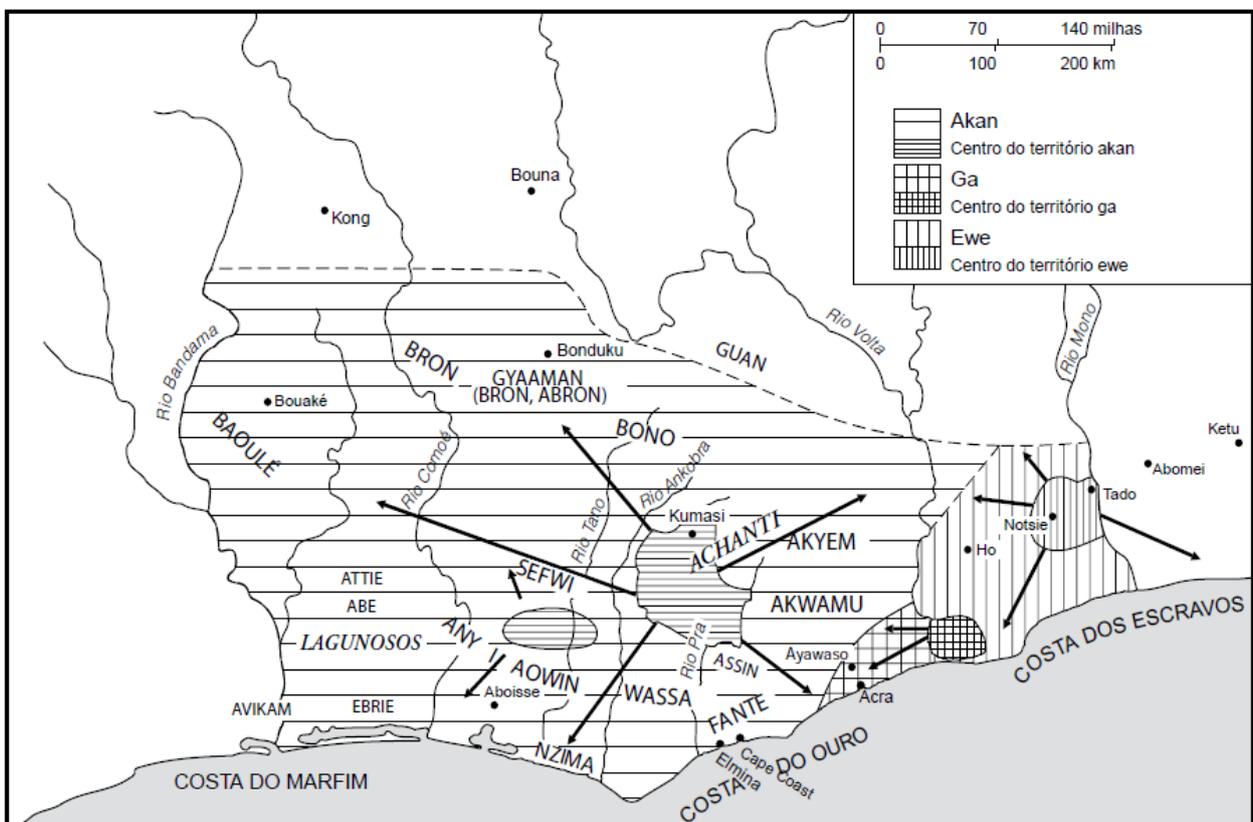
Sobre a importância dessas questões na região, podemos sintetizar a relação entre a questão étnica e a organização social desta maneira (Ver Figura 2):

Quanto aos akan, viviam em cidades governadas por um rei ou uma rainha e em vilarejos dirigidos por chefes, todos constituídos de famílias pertencentes aos oito clãs matrilineares, nos quais se subdividiam, a saber, os ekoona (asanwule, entre os nzima), os oyoko (anona, entre os fânti, ou alonroba ou nvavile, entre os nzima e anyi, e dwum ou dwimina, entre os fânti), os asenee, os agona e os bretuo (twidan, entre os fânti), os

12 Os povos Fante, ao longo de quase toda duração do Império, se viram sendo tributados ao mesmo tempo em que a palavra “Fânti”, e por tanto a etnia, também passava a assumir uma conotação negativa.. Em pesquisas mais recentes, como a de Edgerton, vê-se que eles eram tratados como “enganadores” e “trapaceiros”, algo que foi disseminado dentro do Império Asante e reproduzido por europeus, principalmente britânicos.

asakyiri, os aduana ou os atwea (aberadze, entre os fânti e asamangama ou akwea, entre os nzima) . Cada família tinha um abusuapanin (chefe), da mesma forma que cada clã. Cada família ou clã tinha um ou mais deuses que lhes eram próprios, como em cada vilarejo ou centro de colonização; seus sacerdotes eram investidos de consideráveis poderes e, entre os ga e os ewe, agiam como chefes, não só religiosos mas também políticos. Em outras palavras, a sociedade já estava dividida em três grandes classes: uma aristocracia dirigente composta de sacerdotes e de reis, a massa dos cidadãos ordinários e os escravos domésticos, relativamente pouco numerosos. Todavia, após acontecimentos políticos e econômicos ocorridos entre os séculos XVI e XVIII, esse quadro social foi profundamente transformado. (BOAHEN,2010, p.502)

Figura 3: mapa centrado na dispersão étnica de acordo com A.A Boahen



BOAHEN.A. Os Estados e Culturas da costa da Guiné Inferior. *In* História Geral da África: África do século XVI ao XVIII. OGOT, Bethwell Allan (editor). Unesco, 2010, p. 476

As raízes da fundação do Império Ashanti se encontram no século XVII, e todos os resquícios que o séc XVI trouxe em termos de conflitos de larga escala, com a fundação de *Kumasi* por volta de 1690 (MACEDO, 2017), aonde temos o embrião de marcos da forma administrativa do Império, como o sistema de alianças, forma de organização do poder e o estabelecimento do mito (símbolo nacional) da banqueta de ouro (FAZILET, 2012). É importante ressaltar que o Reinado Ashanti conseguiu se estabelecer dentro de um “vácuo” de poder decorrente das contínuas lutas na região. Os conflitos entre Denkira, Akyem e Acuamu havia deixado enfraquecido os principais chefes locais. Entre 1650 e 1670 Denkira, que fazia parte da chamada confederação *Adanse*, se retirou do acordo entre as diferentes cidades estados locais e tentou empreender seu próprio projeto de expansão, centralizando o poder em torno de uma estrutura que permitisse um incremento das suas vantagens relativas, no que concerne a tributação de outros povos.

Em um primeiro momento essa ruptura, seguida da incorporação de reinos e tribos tributárias, gerou um *momentum* que permitiu a aquisição de posições privilegiadas dentro de rotas comerciais estratégicas. Este diferencial, dentre seus pares, levou a um aumento da hostilidade regional, e gerou movimentos que visavam reequilibrar as forças na região. Rapidamente se viu um aumento das “hostilidades” entre as nações vizinhas e um rápido influxo de transformações políticas que acabavam sendo, antes de mais nada, respostas aos problemas que se construía conforme haviam “choques” entre tribos e reinos locais. Entre 1650 e 1670 ocorreu uma “guerra total” entre Denkira e a confederação *Adanse*, o que impactou os fluxos migratórios regionais (BOAHEN, 2010), levando a criação de novos estados e cidades, assim como o crescimento da exploração aurífera¹³.

Kumasi, assim como outras “cidades-estado”¹⁴ que estavam se estabelecendo no contexto de um imenso fluxo migratório, era tributaria a Denkira. O envio de vassallos a Denkira, incluindo o futuro Rei Osei Tutu¹⁵, gerou algumas consequências que ajudam como o reino Ashanti conseguiu se organizar. O envio, e subsequente retorno, desses vassallos trouxe um conhecimento interno sobre as dinâmicas políticas e militares de Denkira. *Kumasi*, assim como outras cidades estados regionais, acabaram por ter um “problema em comum”, no que consistia da necessidade de ceder seus “melhores jovens” (COSTA E SILVA, 2011) como forma de tributação. Relatos apontam que o

13 O aumento de conflitos e incremento da densidade demográfica, em torno de um polo centralizador, demandou uma maior organização das atividades econômicas, aqui no caso a extração e venda do ouro, no que tange o mercado externo, neste momento principalmente a rota norte em direção ao “mundo árabe” e o caminho *traansariano*. A importância dos europeus, via atlântico, ainda estava se construindo.

14 Assim como *Kumasi*, e subsequentemente o Reino e Império Ashanti, esses polos de poder centralizados, vistos na África ocidental, ao mesmo tempo que não se encaixam em uma definição de “Estado” clássica também não correspondem ao que se definiria como um “modelo tribal” (como será demonstrado ao longo da pesquisa).

15 1º Monarca Asante, ao qual se atribui diversas lendas, mitos e conquistas militares.

período de vassalagem de Osei Tutu foi o que lhe uniu ao sacerdote Okonfo e outros membros influentes da comunidade Akan, o que serviu como a base na criação de um projeto militar contrário a Denkira. Este fator é importante na definição das raízes do Império, pois até o seu fim, os meios e fins de seus objetivos sempre foram pautados pela dinâmica militar da guerra e da expansão como forma de proteção dos interesses locais.

O processo que levou a derrocada de Denkira influenciou as futuras empreitadas Ashanti devido ao status que o rei Osei Tutu havia adquirido a derrotar os “tiranos”, permitindo uma união total do seu clã. A postura mais moderada e conciliadora do *Asanteman*¹⁶ facilitou o processo tanto de incorporação quanto de tributação de determinados povos e agremiações políticas na área de influência do Império, ao permitir o estabelecimento de uma complexa rede de aliados. Enquanto na tributação¹⁷ ainda se exigia o envio da mão de obra escrava, os reinos tributados pelos Ashanti podiam escolher quem enviariam, em vez do Império fazer o processo de seleção, o que estimulou conflitos com tribos e pequenas comunidades no entorno, mais especificamente na fronteira ao norte.

Essa “terceirização” na forma da aquisição da mão de obra servil foi fundamental no quesito de apaziguamento dos interesses, assim como criou uma definição de quem pertencia a *grei*¹⁸. Basicamente, a autoridade central Ashanti procurou estabelecer um sistema similar a uma confederação, em que todos os envolvidos mantinham autonomia em grande parte do tempo, inclusive na questão tanto de costumes quanto religiões, com tanto que sempre respondessem as convocações de guerra efetuadas pelo rei. Tendo *Kumasi* como centro gravitacional, do poder do Império, havia um movimento repulsivo que fazia com que cada elo da cadeia Asante buscasse a mão de obra escrava, a ser utilizada ou revertida como tributo, o mais distante possível do elo anterior, na escala hierárquica, causando uma pressão e situação de constante beligerância com todos os povos no entorno. Os principais chefes de Estado da Confederação Ashanti, em termos quantitativos e qualitativos, pertenciam ao mesmo clã, *Okoyo*, logo houve pouca rejeição na aglutinação proposta por Osei Tutu e seus aliados no momento da fundação. No que concerne possíveis dissidentes, como em relação a implementação da mitologia do *Sikadwa*¹⁹ como mito que centralizou todos os outros mitos, a coerção por meio da violência e a diplomacia se mostraram extremamente efetivas. A base material Ashanti sempre esteve conectada a guerra e ao monopólio²⁰,

16 Confederação Ashanti

17 O tributo anual, chamado de *ayibuade*, nas primeiras décadas do Império, era algo em torno de 2 mil escravos. Dados com base no tratado de 1794 (AHIN et Ki-ZERBO, 2010)

18 Povo, clã ou descendência. A questão do pertencimento, ou não, a grei/comunidade pautava questões sociais importantes, como a escravidão, e também a definição de quem era o “estrangeiro”.

19 Banqueta de ouro

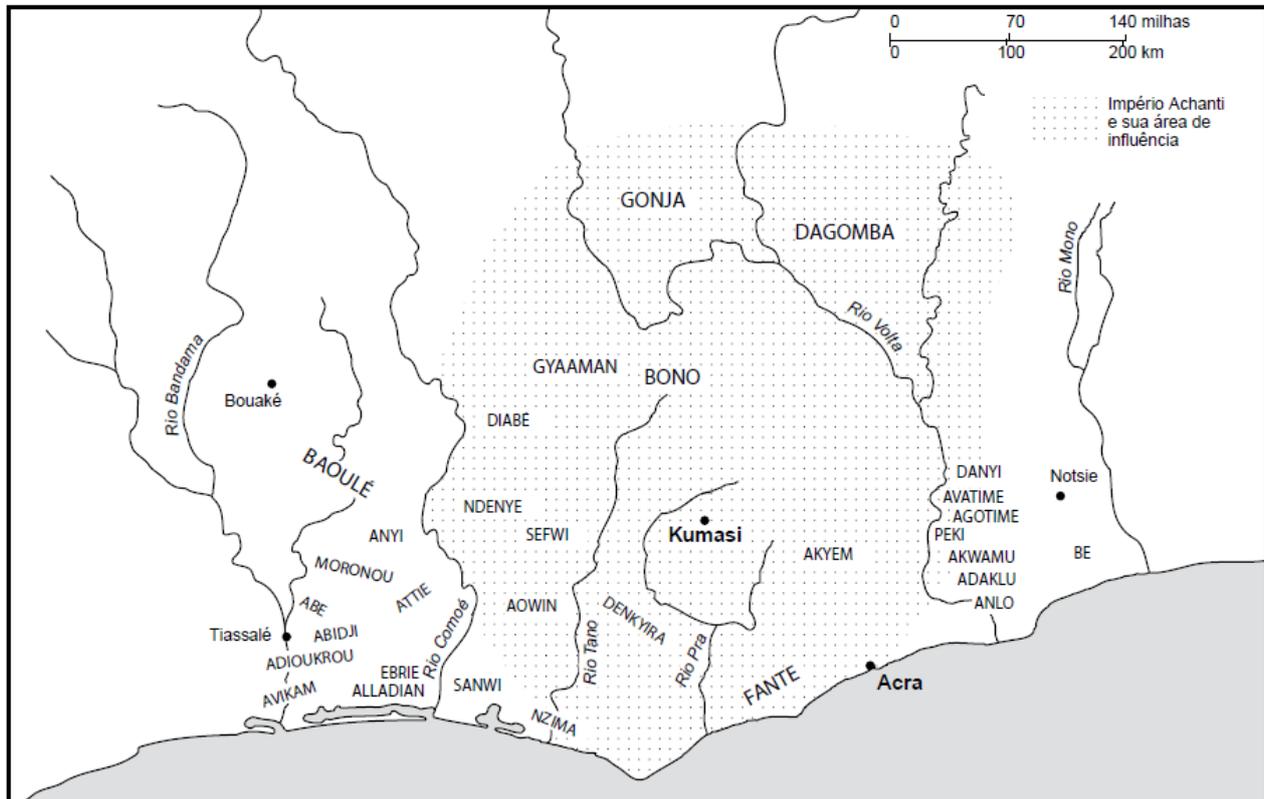
20 Ouro, tributação e escravos.

fazendo com que seu Império fosse tanto militar quanto comercial. Enquanto eles conseguissem manter suas vitórias militares, grandes exércitos e monopólios comerciais, em um primeiro momento ouro e sal, o sistema implementado continuaria funcionando.

A tensão latente na região levou a guerra de 1698-1701 entre os Ashanti e Acuamu de um lado, e Denkira e Akyem do outro. A capacidade dos Ashanti em explorar a rivalidade das potências locais, assim como a insatisfação dos vassalos inferiores fez com que eles saíssem como os grandes vitoriosos, levando a sua expansão dentro das partes oriental, central e ocidental da Costa do Ouro. Essa influência não se deu necessariamente via uma dominação de fato mas sim no estabelecimento da confederação, e por subsequência o Império, como a potência da região. Fica assim, claro, que a balança de poder pendeu de tal maneira aos Ashanti que eles se encontraram como hegemônicos (conforme demonstra a figura 3):

Tal derrota foi seguida da conquista de todos os Estados vassalos do Denkyira: os Estados sefwi (1701-1702), twifo(1712-1713) e wassa (1713-1726). Os ashanti nao pararam por aí e conquistaram o Aowin (1715-1721), o Nzima (1715) e o Estado anyi de Ndenye (1715),a Sudoeste, bem como o Wendi (1711-1714), o Bono (1723-1724), o Estado abron (1731-1740) e o Gonja (1732), a Noroeste. Assim, em 1730, a totalidade da regioao compreendida entre o Camoé e o Volta encontrava-se sob o controle ashanti. (BOAHEN, p.p 502-503)

Figura 4: Estados da Costa da Guiné Inferior em 1750 (e a área de influência do Império Asante/Ashanti).



BOAHEN.A. Os Estados e Culturas da costa da Guiné Inferior. *In* História Geral da África: África do século XVI ao XVIII. OGOT, Bethwell Allan (editor). Unesco, 2010, p. 502

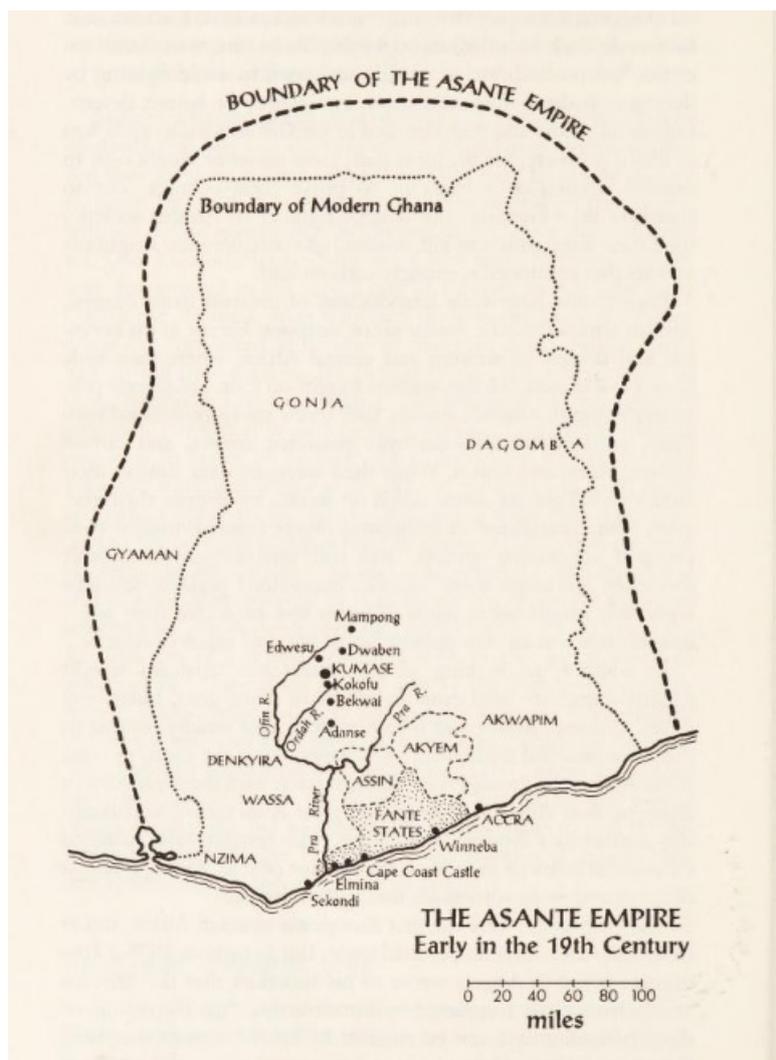
Com a vitória, o Império Ashanti se viu assumindo o posto de Denquirá como “inimigo em comum” de outros atores regionais, que incluíam: Pequenas comunidades, Tribos, proto estados não incorporados e os europeus, cujos fortes alocados na costa do Ouro pagavam tributos aos reis, rainhas e chefes locais (com mais frequência do que se imagina)²¹. Deve se ressaltar que enquanto os europeus tiveram um certo êxito em se estabelecer na costa, os mesmos nunca conseguiram adentrar ao interior africano ou se expandir de maneira incontestável ao longo da África Ocidental, tendo que pagar tributos aos monarcas locais pois dependiam dos mesmos para a aquisição de bens do interior. Os Fante, bem menos organizados, procuravam resistir ao avanço Asante, em muitos casos buscando a ajuda europeia como forma de tentar contrapor a balança de poder regional ao seu favor. Os povos Fante nunca conseguiram ser totalmente subjugados pelos Asante, mesmo em momentos de maior violência ou dominação territorial de fato, os povos fingiam aceitar o seu status durante um tempo mas, sempre que possível, começavam rebeliões em pequena ou larga escala

21 Para mais referências sobre o assunto ler McCaskie, Edgerton, Boahen e a coletânea da Unesco sobre a história geral da África.

(BOAHEN *et al.*, 2010). Aproveitando essa mudança no *status quo*, diversos fortes europeus conseguiram inverter a lógica dos últimos anos e passaram a tributar algumas tribos ou cidades-estado africanas, que caíam em sua área de influência seja por medo de um “inimigo em comum” ou enfraquecimento devido aos conflitos inter-regionais.

Em 1820, depois de mais um século de continuidade do projeto político e expansivo, o Império Ashanti havia conseguido dominar praticamente todo o território (Ver figura 4), do que seriam Togo e Gana hoje em dia, desde o norte, com regiões como Dagomba e Gonja, e ao Sul tribos e cidades Fante que eram tributadas (e aonde se estabeleceu um perímetro para barrar o avanço dos fortes europeus). Em relação ao domínio do norte, um ponto fundamental neste processo expansivo foi a aquisição de um território com saída para o mar, o que serviu para construir seus laços econômicos com o espaço atlântico e diminuir, gradativamente, qualquer forma de dependência com as regiões mais interioranas da África e a rota transaariana, rota a qual era secularmente fundamental aos interesses dos reinados africanos (COSTA E SILVA, 2011), tanto no litoral quanto em outras regiões.

Figura 5: Fronteira das Zonas de Influência do Império Ashanti



Algo comum em diversas sociedades africanas, os grupos étnicos que constituíam os Asante eram heterogêneos e mutáveis em suas composições, apresentando diferenças culturais, linguísticas e políticas. Essa pluralidade é decorrente de uma miríade de fatores que não impediram que, a despeito das diferenças culturais e da dispersão geográfica, ambos os grupos se organizassem politicamente em torno do Império. Os grupos étnicos, com variados graus de autonomia, respondiam a lógica central das três principais divisões do Império Ashanti: A confederação Ashanti (também conhecida como Metrópole Ashanti), a Ashanti provincial e a Divisão Local. No que concerne a divisão política, a hierarquia se apresentava desta forma:

A Ashanti Metropolitana incluía o rei e seus oito funcionários (os conselheiros locais do rei). A Ashanti provincial incluía sete Omanhene (conhecidos como sub-chefes liderando os estados akan) e a divisão Local Ashanti compreendia os Chefes de Distrito Local (nos Estados Akan) e o Ohylene (As cabeças de linhagem nas comunidades Ga e Ewe). (FAZILET, 2012, p. 6, tradução nossa).

O *ashantene* era o rei mas não agia, ou tinha poderes, como um monarca absoluto. Enquanto ele gozava de certas prerrogativas únicas, como sentenças de morte, o poder dentro do império, legislativo e executivo, era difundindo dentro da estrutura de poder. Esta era uma peculiaridade dos reinados que sucederam Osei Tutu, a despeito da hereditariedade e do caráter simbólico, para todos os efeitos, o Rei só assumia devido a uma “eleição” e só governava devido a sua base de poder. Cabe ressaltar que a capital *Kumasi*, diferente de outros Impérios da África Ocidental que haviam seguido o modelo de separação entre a capital e as províncias, não era apenas o único componente da Asante metropolitana. Todos os Estados num raio de 50 quilômetros (BOAHEN, 2010) formavam o eixo metropolitano, que reconhecia a autoridade do rei e de seus representantes políticos²² dentro do conselho do governo *asanteman*.

Os *obirempon*²³, “big men”, eram os responsáveis pelas regiões administrativas no entorno da capital *Kumasi*, sendo os representantes diretos do rei em relação a questões econômicas e administrativas das suas áreas de influência que também faziam parte da esfera de poder do *ashantehene*. Por mais que gozassem de certa liberdade, as cidades-estado satélites ao centro de poder de *Kumasi* se comportavam, em todos os sentidos, como *proxys* comerciais e zangões durante períodos de conflito, o que deixa bem claro como todos os elementos dessa teia de poder se beneficiaram, durante grande parte do tempo, em como as coisas corriam dentro da estrutura

22 *Omanhene*

23 Apenas aqueles com linhagem nobre, e matrilinear, poderiam almejar o título.

Assante. Para efeitos práticos, os *obirempon*, eram membros das elites locais que mais foram se beneficiando com o passar do tempo com o processo de acumulação de capital e poder que se desenhava no reino, conforme o reino se expandia e ficava mais complexa a administração local, mais o corpo burocrático se expandia e mais “liberdade” eles ganhavam, agindo como uma crescente “burguesia” local/elite comercial. Conforme o comércio foi se especializando, escravos e o surgimento de uma moeda começaram a movimentar o mercado interno. Neste processo, os *obirempon* foram acumulando mais riqueza, e por consequência mais poder, o que lhes deixava satisfeitos o suficiente para manterem a máquina de guerra assante funcionando sem interrupções:

Novas classes comerciais, uma espécie de equivalente africano à burguesia dinâmica da Europa do século XIX, são vistas ascendendo para desafiar o estabelecimento tradicional de domínio social. Os estados africanos, particularmente as grandes entidades, também foram descritos por adotarem significativos programas de modernização, incluindo aqueles na esfera militar. (VANDERVOT, 1998, p.2, tradução nossa.)

Os *Aman* (“Estados confederados”) eram a base do poder e a partir dele se organizavam diferentes estatutos, todos com o objetivo de manter o Império funcionando. As províncias exteriores eram governadas por representantes Ashanti, dentro da hierarquia local e de comum acordo entre as estruturas. Em termos de funcionalidade, quando analisamos o território Ashanti, vemos cidades e vilarejos dispersos ao longo de um extenso espaço geográfico, coberto em vários pontos por florestas densas e plantações escassas. Com isso, a divisão de poder da forma como se dava era funcional para os padrões da sociedade africana. Por fim as cidades/reinos tributados mantinham, de certa maneira, sua autonomia, porém em última instância tinham que rigorosamente ceder, anualmente, a uma tributação em escravos, ouro e/ou bens agrícolas. Cabe ressaltar que a base hegemônica partia do núcleo central, porém, mesmo com o aparente grande poder do rei, o mesmo dependia, especialmente no campo militar, da aprovação e apoio dos outros líderes da estrutura.

Como será demonstrado ao longo dos próximos capítulos, os reis que sucederam Osei Tutu procuraram centralizar cada vez mais o poder, de maneira a depender menos do sistema de alianças políticas. O ponto de partida desse processo centralizador veio na conjugação de dois fatores: a criação de um exército central e permanente, enquanto mantinha-se, como padrão, que esse exército fosse constituído de homens enviados pelos chefes locais, em última instância eles respondiam

diretamente ao rei. A criação de uma burocracia complexa foi demandando cada vez mais um saber mais “técnico”, o que levou há uma sequência de reformas que visava a ascensão de funcionários pela “meritocracia” e não por laços hereditários. Em relação ao último, este processo também foi o início de uma ruptura entre o acordo “velado” que diferentes grupos de poderes locais mantinham dentro do Império/Confederação desde a sua criação. A partir de Osei Tutu se estabeleceu um sistema sucessório hereditário e matrilinear, os candidatos que fossem aptos a suceder o antigo rei deviam conseguir apoio dos anciões da capital *Kumasi* e da maior parte da família real, isto é, a rainha-mãe do clã Okoyo e os tios por parte materna. O conselho dos anciões fazia parte da delicada, mas incrivelmente funcional, rede de poder e laços dentro da dinastia *Akan*.

Os cinco representantes anciões, *Krontihene*, *Aondtehene*, *Kydomhene*, *Bekunhene* e *Okoyohene*, também deveriam levar em conta qualidades físicas e mentais, um fator em um primeiro momento “subjetivo” mas que na verdade era um reflexo das qualidades que se esperavam do rei. O sucessor deveria possuir uma certa capacidade militar, prévia, e predisposição em fazer alianças estratégicas, respeitando tanto as tradições quanto vocações comerciais. Osei tutu reinou de 1695 até 1731, sendo sucedido por Apoku Ware de 1731 até 1750 e, nos reinados subsequentes, os reis foram escolhidos com base nesta mesma lógica apresentada. Este sistema servia como um contrapeso dentro da estrutura de poder do governo e, de certa maneira, atendia aos interesses de setores mais conservadores que não necessariamente acreditavam que a “modernização” do aparelho burocrático era necessária para a centralização do poder. Além disso, cada um desses anciões atendiam a sua própria lógica de interesses (FAZILET, 2012) o que equilibrava as forças, dispersas geograficamente, políticas do Império

Este intrincado sistema reforça que, antes das atuais configurações políticas e fronteiras que se formaram com o fim do processo de colonização efetuado por potências europeias, existia todo um jogo político e uma delicada, e mórfica, balança de poder entre os centros de poder que habitavam o território. Com este pressuposto em mente, entre os séculos XVI e XVIII, a região conhecida como Costa do Ouro se viu diante de intensas transformações e disputas interafricanas. Seria *hubris* em termos da capacidade da pesquisa achar que seria capaz de sintetizar uma vasta gama de atores, etnias e culturas no escopo da região analisada, porém, tendo como ponto de partida a escravidão e ascensão e queda do Império Ashanti, nos séculos analisados, conseguimos mapear um esboço das principais dinâmicas e enfrentamentos locais, no sentido de estabelecer como essas dinâmicas podem, ou não, ter influenciado a questão da colonização. A questão da escravidão não ajudou apenas a formar impérios e o sistema econômico europeu, ela teve um impacto fulcral na formação de fortes sistemas “organizados e centrais”, em relação a núcleo de poderes políticos e

projetos expansivos, e na configuração de cidades que respondiam a uma “lógica” comercial que se padronizava com o exterior. O ponto fulcral é a ruptura do que se era praticado, com o que surgia, incluindo a própria arte da guerra. A história geral da escravidão se interconecta com a história regional, especialmente no que condiz com a formação e conflito das unidades territoriais. Questões endógenas tiveram como consequência a disrupção da balança de poder regional, tanto mudando o foco das principais rotas de comércio na direção do mar quanto auxiliando em conflitos que respondiam a uma ótica local.

Mais importante, talvez, que os pormenores e um estudo historiográfico do Império em si é o ecossistema em que ele estava inserido no que tange sua base material de poder, ou seja questões de cunho econômico, militar e político. A escravidão sucedeu o ouro como a base econômica do império, e de outros reinos e tribos da região, devido a influências externas que ajudaram a criar essa diferenciação entre a mão de obra escrava e outros produtos que eram exportados. Um ponto importante, citado na manutenção deste império, foi a adoção de uma burocracia estatal, aos moldes de um “funcionalismo público” em constante processo de modernização, como a adoção da escrita, e centralização das atividades. A incorporação da escrita, no seio de uma sociedade de tradição oral, teve duas vantagens: A primeira envolve questões de um caráter mais técnico e burocrático e a outra foi permitir a instrumentalização do discurso para as futuras gerações, ou seja a legitimação do poder simbólico.

Na estrutura de poder africana a família, no caso os laços familiares, sempre foram importantes na definição da posição hierárquica, a questão matrilinear ou patrilinear variava de acordo com a tradição cultural, essa inovação da burocracia, em teoria, abria espaço para a quebra deste modelo. Em todo este processo fica bem claro lado potências estrangeiras não possuíam tanto o poder de fogo quanto a resistência imunológica suficiente para trazerem qualquer indício de perigo ao Império Asante, da mesma forma que anteriormente as mesas não impactavam cidades estados como *Kumasi*. As potências da região eram o principal foco de atenção dos *Akans*, e com o estabelecimento do reino Asante, em um primeiro momento as cidades no entorno não mostraram deter a mesma capacidade de organização para fazerem frente a máquina militar. O *ashantehene*²⁴ tinha dois objetivos muito claros que lhes garantiam um apoio incontestável entre seus pares: a perpetuação da tradição do *sikandawa*, como justificação geracional da hegemonia Ashanti, e a manutenção do poderio militar e comercial. Este processo permitiu que o Império se construísse como uma das organizações políticas mais centralizadas da África subsaariana, atingindo em seu auge a população de 3 milhões de habitantes. Tendo em mente as condições geográficas africanas, e

os entraves há um aumento da densidade geográfica, o número demonstra tanto a efetividade do processo organizacional quanto uma capacidade material em manter, e tributar, seus súditos.

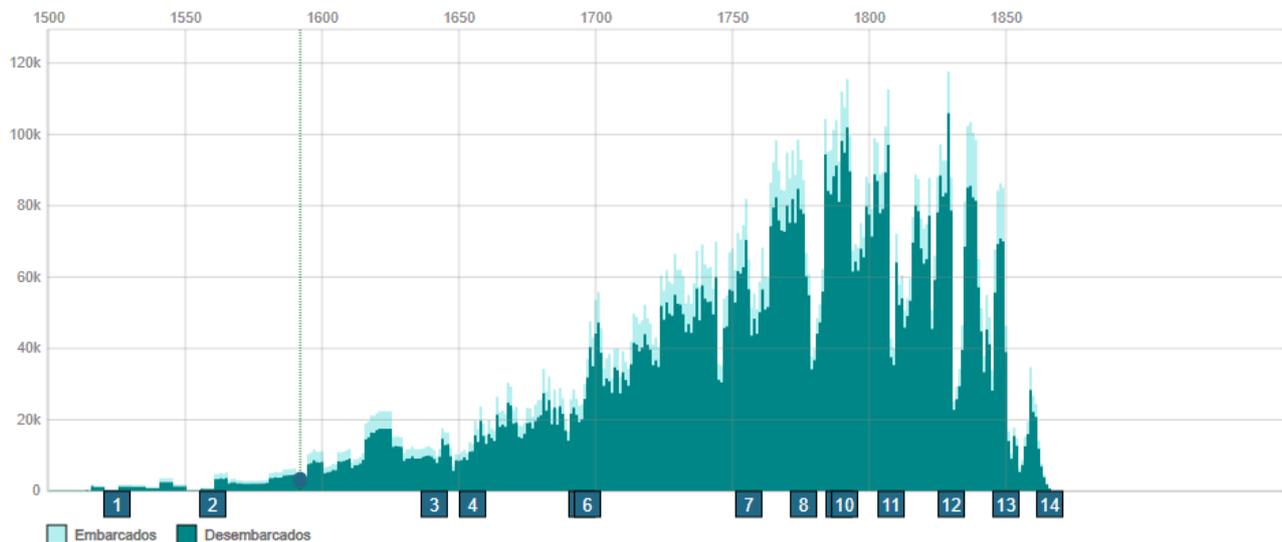
A guerra faz parte da própria etimologia da palavra asante²⁵, não a toa, mesmo no século XIX, período em que se começa seu declínio, se tem o registro de mais de 20 situações de conflitos em larga escala produzidos pelo império (EDGERTON, 1995) e em todos a vitória foi conquistada (excetuando o golpe final dado pelos britânicos e a confederação Fante). A guerra não era novidade nas grandes configurações de poder da África ocidental, Mali em 1400 ou o reinado de Gana no século XIII foram grandes projetos políticos que conseguiram centralizar o poder, e estender sua área de influência através dos conflitos deliberados. Enquanto pode se contextualizar os Asantes dentro dessa tradição, o Império trouxe algumas novidades não vistas, sendo a principal delas a mudança de foco do paradigma da principal rota de comércio. Saia a importância fulcral da rota norte em direção ao “mundo árabe”, rota da venda de ouro e compra de escravos, e surgia a rota atlântica, aonde tanto o ouro quanto os escravos eram escoados além-mar. Essa ruptura da vocação comercial, como demonstrara-se, teve impactos positivos no curto e médio prazo mas foi também fulcral para o entendimento da desestruturação do Império e do poder do *asantehene*.

25 As origens etnolinguísticas da palavra derivam da expressão “por causa da guerra”, o que é um reflexo da forma como o povo se Asante se uniu sobre a égide do Império.

1.2- A Costa dos Escravos e do Ouro : A base das engrenagens do *Asanteman*

Figura 6: Fluxo de escravos no espaço atlântico.

Linha do Tempo: Número de cativos embarcados e desembarcados por ano



Ano: 1592
Embarcados: 3.539
Desembarcados: 2.687

- | | |
|---|--|
| 1 1525 Primeira viagem negreira direta da África para as Américas | 8 1776 Início da Guerra da Independência dos Estados Unidos |
| 2 1560 Início do tráfico de escravos contínuo do Brasil | 9 1789 As reformas borbônicas abrem os portos coloniais da Espanha para os escravos |
| 3 1641 Início das exportações de açúcar do Caribe Oriental | 10 1791 Início da revolução de São Domingos |
| 4 1655 Ingleses conquistam a Jamaica | 11 1808 Entra em vigor a abolição do tráfico de escravos britânico e norte-americano |
| 5 1695 Descoberta de ouro em Minas Gerais (Brasil) | 12 1830 Tratado de comércio anglo-brasileiro que proíbe o tráfico de escravos |
| 6 1697 Franceses obtêm São Domingos pelo tratado de Ryswick | 13 1850 Brasil abole o tráfico de escravos |
| 7 1756 Início da Guerra dos Sete Anos | 14 1866 Última viagem negreira transatlântica documentada chega às Américas |

Disponível em: slavevoyages.org

A mão de obra era escassa no contexto de grande parte dos povos africanos, não sendo o Império Ashanti uma exceção, portanto a mão de obra escrava respondia tanto a demandas no macro, no sentido da necessidade do Império no comércio de ouro e na agricultura, quanto no micro, aonde em tribos e aldeias usava-se o escravo na criação de subsistência e como uma espécie de moeda local. Não se havia a mesma definição de propriedade privada no território africano que

havia em outros lugares do mundo, como a Europa, devido a essa relação entre escassez de pessoas e “excesso” de terra. Os chefes africanos, sejam eles no sentindo familiar ou reis e rainhas, buscavam incorporar o maior número de pessoas possíveis dentro da sua esfera de influência, o que é conhecido como o paradigma “*wealth in people*”²⁶.

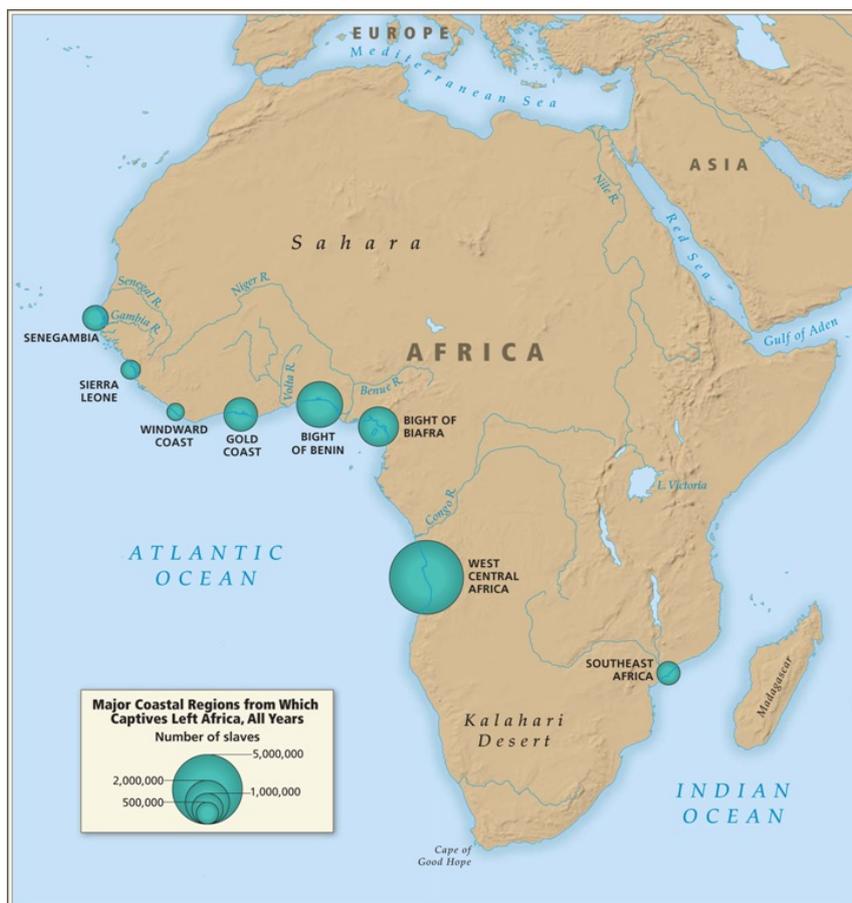
Por mais que coubesse a administração central o controle sobre a tributação no território, a dimensão geográfica fazia com que o espaço *per se* fosse menos importante, no grande esquema das coisas, do que as pessoas que compunham a *grei*²⁷ do Império. As classes dominantes também viam no escravo como uma aquisição diferencial, que lhes permitia um processo de acumulação que reforçava seu poder dentro da sociedade e possibilitava um avanço, além das conquistas militares, dentro da densa hierarquia. Não a toa, entre os séculos XVIII e XIX, os Asantes casados e/ou que fossem chefes de família eram cobrados impostos, tanto em espécie, ouro, quanto serviços. Nesse caso o objetivo era a utilização da força de obra escrava que era cedida ao governo central. Independentemente das prerrogativas que o Império cedia aos seus cidadãos, como a abertura do comércio aurífero para todos os *akan* ali alocados mediante uma tributação sobre o material recolhido, a base política em *Kumasi* conseguia manter seu controle fora do espaço metropolitano, assegurando seu controle sobre as principais rotas terrestres .

O monopólio sobre o comércio de Escravos e a indústria do Ouro foram a base de poder do Império Ashanti, independente do recorte temporal que seja feito desde o seu surgimento até o seu status como protetorado britânico. Enquanto a importância de um sobre o outro podia mudar, de acordo com o recorte histórico, no que concernia a estrutura de poder ambos eram o fiel da balança que fundamentava e legitimava a dominação regional. Foi esse monopólio que fomentou de uma rota comercial atlântica mais favorável aos objetivos políticos e a projeção de poder no mercado externo. Na figura 6, estabelece-se uma conexão entre o fluxo de escravos das principais regiões do litoral africano:

26 Tema a ser mais explorado nas discussões teóricas do capítulo 2.

27 Comunidade que abrangia desde questões mais tradicionais, como religiosas e culturais, até mesmo “práticas”, como quem era considerado membro ou não do Império.

Figura 7: Base de dados do comércio Transatlântico de Escravos



Disponível em: slavevoyages.org

O principal ponto de mudança, do ponto de vista comercial, da relação da escravatura com as estruturas de poder foi a partir do momento em que os *Akan* se viram não mais como importadores da mão de obra escrava mas sim como exportadores (COSTA E SILVA, 2011). A economia Ashanti, assim como dos outros povos *Akan*, ainda se utilizava da mão de obra escrava como base do seu pilar econômico, e devido aos sucessivos conflitos perpetrados pelos projetos

expansionistas dos Asantes²⁸ viu-se um fenômeno, secular, que gerou na região um fluxo de excedente de cativos que não conseguia ser incorporado no ambiente doméstico. Tanto a metrópole quanto as províncias não conseguiam absorver esse excedente, logo passaram a usar os portos voltados para o atlântico, devido a sua posição estratégica que conferia um maior controle e monopólio do que a rota transaariana como forma de escoamento. A exploração predatória do ouro fez com que seu fluxo entrasse em declínio, centralizando cada vez mais sua prospecção dentro de uma lógica regional em vez de uma lógica exportadora. A metalurgia Ashanti, por exemplo, era conhecida nesse tipo de prospecção, não a toa o *Sikadwa* (banqueta de ouro) era o símbolo nacional, ressaltando a importância do caráter simbólico do ouro na confecção de bens que reforçavam o poder (anéis, relicários, esculturas e etc.). Até os dias de hoje, as etnias remanescentes do Império ainda tem o uso de objetos dourados como forma de status social e reforço da sua ascendência

Africanos e Europeus guiaram seus projetos regionais, durante muito tempo, com foco na aquisição do ouro e por consequência monopólio sobre a extração e venda do mesmo. Desde o momento em que os portugueses desembarcaram na atual costa de Gana, em 1471, (BOAHEN, 2010), se viu uma sucessão de iniciativas, no litoral, que visavam a garantia do fluxo deste produto, e que também foram a base para o estabelecimento da tríade *África-Europa-Américas* que se tornaria o foco deste espaço econômico. Dos mais de 42 fortes que haviam sido construídos por franceses, ingleses, holandeses, dinamarqueses, brandeburgueses, portugueses e suecos na região litoral, que concebia de Senegal a Camarões, mais de 32 (BOAHEN *apud* LAWRENCE, 2010) estavam alocados na Costa do Ouro. Entre os séculos XV e XVII os europeus rapidamente perceberam que não era saudável ou prático o enfrentamento direto com a maior parte das potências africanas alocadas na região depois de sucessivamente testarem as fronteiras e a capacidade de monopólio do comércio de ouro. São diversos os relatos (BOAHEN *et al.*, 2010) de situações em que estes fortes se viram obrigados a pagarem tributos ou indenizações as potências africanas por vontade dos poderes políticos ali estabelecidos. O Império Ashanti, devido à habilidade política tanto de seus reis quanto dos membros do corpo administrativo com funções diplomáticas, em diversos momentos usou da coerção e da diplomacia para garantir vantagens consideráveis, da sua perspectiva, sobre os europeus²⁹.

28 Denquita e outros polos de poder político que antecederam o Império, como o Reino de Gana no século XIII, alimentaram este mesmo processo de maneira “constante” na historiografia da região. No final das contas o reinado dos Asantes acaba sendo o clímax deste processo secular, em termos de riqueza acumulada na forma de pessoas, bens e territórios tributados.

29 Os holandeses, principalmente, se viram vítimas de determinadas “humilhações” (EDGERTON, 1995) ao terem que pagar determinadas quantias ao Reino Asante sobre o perigo de verem seus fortes destruídos ou sobretaxados.

No que concerne à escravidão, embora sendo um fenômeno complexo e multifacetado, uma de suas características centrais era a violência (STILWELL, 2014), sendo a guerra um dos seus vetores constantes. A violência, ao mesmo tempo que reforçava o status do escravo entre as camadas da população escravizada, também respondia a lógica de manutenção do sistema que demandava um fluxo contínuo destes escravos (STILWELL, 2014). A consequência natural, de grande parte dos conflitos, é a geração de sobreviventes que acabam por se tornar cativos até que uma decisão seja tomada. Entre matar estes cativos ou absorvê-los, alguns povos africanos resolveram por tomar a opção por explorar estas pessoas (STILWELL, 2014) o que consecutivamente gerou novos tipos de organizações sociais, em torno destas figuras que surgiam como consequência destes conflitos. Na tabela 1, aonde se tem uma estimativa do fluxo de cativos que eram embarcados para o comércio atlântico, fica evidenciado o papel dos britânicos na região da costa do ouro. A maioria das bandeiras que faziam o traslado pertenciam ao Reino Unido, incluindo grande parte do período de governo do Império Asante na região:

Tabela 1: Fluxo de cativos e bandeiras de embarque.

	Espanha / Uruguay	Portugal / Brasil	Grã-Bretanha	Países Baixos	EUA	França	Dinamarca / Báltico	Totais
Senegambia and off-shore Atlantic	16.317	121.251	212.371	7.004	43.420	122.543	7.933	530.839
Serra Leoa	85.432	16.907	160.461	1.524	56.494	61.048	3.221	385.087
Costa do Barlavento	9.317	8.007	200.905	79.102	13.375	23.330	0	334.036
Costa do Ouro	6.671	68.360	699.858	98.586	126.259	115.574	70.887	1.186.195
Golfo do Benim	128.640	1.007.448	343.287	95.287	4.402	348.897	23.112	1.951.073
Golfo de Biafra	182.692	149.998	961.687	7.453	6.584	181.038	622	1.490.074
África Centro-Occidental e Santa Helena	289.043	3.322.760	526.811	162.441	29.464	471.586	2.275	4.804.380
Sudeste da África e Ilhas do Oceano Índico	83.474	341.817	27.268	0	24.504	53.383	1.286	531.732
Totais	801.586	5.036.548	3.132.648	451.397	304.502	1.377.399	109.336	11.213.416

Os europeus, diferentemente dos povos árabes, não encontraram a região em seu completo apogeu aurífero, principalmente conforme se intensificavam as trocas comerciais, muitos comerciantes perguntavam se a região não deveria se chamar “costa dos escravos” (COSTA E SILVA, 2011) devido a abundância dos mesmos em detrimento do ouro. Os agentes europeus não conseguiram se impôr militarmente de maneira a “confiscar” ou roubar o ouro da região, o que fez com que dependessem de intensas negociações com entidades locais. Com o passar do tempo este

processo foi sendo cada vez mais dificultado pelo aumento da dificuldade em trocar-se escravos por ouro, devido a relação entre oferta e procura de ambas as mercadorias³⁰.

Basicamente, o Império Ashanti passou a acumular o maior número de objetos de ouro possíveis com o passar do tempo em quanto exportava a mão de obra escrava adquirida. No que concerne o saber técnico, os escravos da costa do ouro por serem usados majoritariamente, durante muito tempo, na atividade mineradora eram valiosos para portugueses e holandeses, principalmente com a descoberta de ouro nas colônias das Américas. A lógica da aquisição dos cativos se inverteu conforme a demanda atlântica foi aumentando, inclusive no período que concerne o começo da imposição do abolicionismo pelos britânicos, fazendo com que o reino Asante procurasse incrementar a guerra para produzir cativos. Estados tributários ao *Asanteman*, assim como grupos de bandidos, passassem a sequestrar as pessoas para terem como adquirir armas de fogo ou outros bens. Assim como seus sucessores, Denkira e Akmau, os Asante pediam de seus Estados vassalos escravos como forma de tributação. O povo *Akan* tinha o *know how* da prospecção de ouro, pesca e cultivo no litoral. Esse saber técnico foi incorporado nos escravos que eram adquiridos do norte tanto para a mineração³¹ quanto agricultura, e também os aproximou dos europeus e de suas armas de fogo em um sistema que se apresentava vantajoso para ambos. Os *Akans*, e subsequentemente o Império Asante, sempre foram capazes de manter o monopólio da exploração aurífera, independentemente da vontade europeia. Os holandeses (BOAHEN *apud* BOSMAN, 2010) talvez tenham sido os europeus que mais tentaram reverter essa situação, de monopólio, através do uso da força e/ou da chantagem, porém foram violentamente reprimidos devido a uma resistência tanto econômica quanto militar.

A extração do ouro era feita através da peneiração dos solos aluviais, se concentrando muitas vezes nas áreas de alta densidade florestal, retirados dos leitos dos rios ou através da extração em profundidade, *nkoron* (BOAHEN *et al.*, 2010). A prospecção aurífera teve seu auge no século XVII, a partir daí nota-se um aumento tanto da importância do escravo na questão comercial quanto dos relatos de europeus sobre a dificuldade em se adquirir ouro. O comércio, tanto externo quanto interno, do ouro é mais um fator que ajuda a desmitificar o mito da supremacia europeia no continente, durante este período, visto tanto a sua fragilidade nas relações comerciais quanto

30 Em termos de troca, tanto europeus quanto determinados mercadores ou governos africanos enxergavam o escravo desta maneira. Porém cabe-se ressaltar que a despeito do que aconteceu em determinadas partes da costa e do litoral, muitos reinos e cidades haviam abolido, ou reprimido, a escravidão de seus povos ou a sua prática em seu território.

31 Não por acaso os escravos oriundos da região, devido a esse “conhecimento”, foram procurados para serem utilizados nas colônias. O auge do ciclo do ouro no Brasil, em minas durante o século XVIII, é um destes exemplos, o qual também ajuda a entender a “dispersão” do poderio britânico que mesmo tendo abolido a escravidão, ainda viu uma negociação direta que ocorria entre as colônias e a costa da África.

incapacidade de se impôr sobre os agentes políticos e exércitos locais. Só a partir do século XVIII a concorrência europeia passa a fazer uma certa pressão sobre o comércio de ouro dos Asantes com outras regiões africanas, como o caso de Haussa (BOAHEN, 2010). Porém, deve-se ressaltar que a atividade aurífera começou a entrar em decadência a partir do século XVII, fazendo com que outras atividades fossem mais importantes, e centrais, aos objetivos políticos do Império.

Esse fenômeno, porém, não anulava um extenso comércio local e entre as regiões de outros produtos, como marfim, e uma vasta lista de bens provenientes da agricultura. A despeito da crescente importância da escravidão na balança comercial, os Asantes, assim como outros povos *Akan*, tinham uma pauta comercial diversa que envolvia noz-de-cola, sal, inhames, mandioca, couro, milho, azeite de dendê e etc (COSTA E SILVA). A criação de animais domésticos, de pequeno porte, e a pesca ajudavam a garantir uma base de subsistência considerável enquanto, durante muitos anos por conta da ausência de uma moeda local, sementes, principalmente de noz-de-cola³², serviam como principal meio de trocas entre os povos. Os escravos eram usados para aquisição de sementes e alimentos apenas em última instância, funcionando como uma “reserva” para os tempos de crise, preferindo-se empregar sua força de trabalho nas jazidas de ouro e nas colheitas.

A região que abrangia a costa do ouro, e seu entorno, era extremamente fértil e seu clima tropical permitia a criação de produtos voltados tanto para a subsistência quanto para outros fins, fazendo com que muitas vezes, principalmente até século XVII, as vendas para regiões vizinhas superassem o ouro comercializado com os europeus:

O comércio entre os ewe, os ga e os akan é bem anterior ao século XVI. O peixe e o sal que os ewe, os ga e os fânti retiravam do mar, tal como as cerâmicas produzidas pelos adangbe, eram trocados pelo ouro, pelo tweapea (bastao para mastigar), pelo marfim e por outros artigos de ferro ou por outro metal fabricado pelos akan do interior. As tradições orais afinam-se as narrativas europeias da época ao indicar que tais atividades de comércio interno continuaram, durante o período estudado, alcançando uma amplitude e um volume crescente, e que aconteciam nos mercados ou ao longo de itinerários locais e regionais (BOAHEN,2010, p.p 482)

³²Abajá, café-do-sudão, Cola, Obi (e etc). Além de se extrair cafeína da semente, a mesma era utilizada como estimulante e tônico, principalmente pelos escravos para ajudar no trabalho forçado. Futuramente foi utilizada para a produção de um extrato utilizado em “refrigerantes de cola”.

Demoraria um bom tempo até que os europeus tivessem uma importância considerável na balança de poder regional africana, seja comercialmente ou militarmente, fazendo com que dinâmicas locais fossem mais fulcrais aos interesses do império Ashanti, e de outros povos, do que se imagina. As regiões da Savana e do Sudão Ocidental exerceram grande influência na organização do comércio exterior africano, bem antes do surgimento do espaço atlântico como alternativa rentável. Geograficamente, o clima tropical se apresentava como predominante no espaço contido na área de influência do Império Ashanti e dos povos da região. Com o Atlântico de um lado e o norte da África e os reinos árabes em outro extremo, o Império se construiu com base em duas rotas/eixos estruturantes no seu comércio. Produtos de consumo como a mandioca e o milho foram rapidamente incorporados a dieta local, com o incremento das trocas, tendo sua produção exponencialmente aumentada. Além da mineração, a extração do ouro era uma atividade praticamente exclusiva aos povos do litoral, aumentando assim a diversidade das atividades econômicas regionais. A região possuía uma fauna e flora rica, tendo períodos sazonais que permitam um cultivo capaz de atender as demandas locais e até a gerar excedente. A diversificação da cultura agrícola foi tanto uma consequência natural da abertura de novos portos/rotas comerciais quanto um projeto político asante, visando lidar com o crescimento exponencial do povo que habitava seu reinado. Enquanto a banana, o inhame e o arroz tem suas originais regionais, outros produtos vieram das Américas e da Ásia via mercadores europeus (BOAHEN, 2010). Tomate, cebola e batata-doce são alguns exemplos dos produtos que passaram a fazer parte da base alimentar dos povos da região.

O poder africano estava diretamente interconectado ao comércio e as estruturas políticas (COSTA e SILVA, 2011). Seguindo essa linha de pensamento, a relação entre a escravidão e o comércio exterior, tanto na demanda quanto na oferta, eram inerentes aos sistemas de poder estabelecidos. Logo a derrocada de um ou a mudança estrutural sobre quem ditava “as regras do jogo” tinham um efeito em larga escala. O Império agiu de maneira a garantir seu monopólio da mesma maneira que elites locais e elites “tradicionalistas/hereditárias” buscaram garantir que seus interesses fossem atendidos. Até o século XIX os diferentes grupos de poder Asante coexistiam de maneira pacífica, tendo uma convergência de interesses que permitia que a máquina estatal, e agentes locais, agissem sem interrupções na busca por seus interesses. Cabe citar que diversos autores³³ citam neste período de extrema mudanças, entre 1500 e 1800, como fundamental na construção de um sistema de diferenciação de classes. As elites tradicionais, no sentido de similaridades com modelos aristocráticos quanto em uma propagação hereditária legitimada

culturalmente ou religiosamente, se viu coexistindo ao lado de uma elite comercial e burocrática, no sentido que cidadãos que não possuíam laços hereditários passaram a acumular riqueza e poder via a máquina pública e aproximação com o capital externo (Europeu). Na base da pirâmide encontrava-se uma população pobre, desprovido dos meios de produção e subsistindo com base em um modelo econômico familiar, que só se encontravam em condições “melhores” do que os escravos que habitavam o reino.

Neste quadro apresentado, ainda se tem divergências³⁴ sobre qual foi realmente o papel das armas de fogo dentro das disputas de poder, internas e externas, no continente africano. Nesta pesquisa segue-se uma linha de pensamento “conciliatória”, aonde aspectos simbólicos ou o emprego real das armas de fogo na escalada dos conflitos africanos devem-se ser olhadas de acordo com o contexto histórico. Enquanto de um lado, percebe-se, que supervalorizar o seu papel pode acometer ao erro de desconsiderar um extenso processo historiográfico e o tecido social de diversas regiões, por outro é inegável que a tecnologia por trás das armas de fogo, e outras inovações técnicas, tiveram uma importância relevante na “arte da guerra” e no mercado/sistema de trocas de cativos. O advento da metralhadora Maxim, por exemplo, se mostrou uma ruptura capaz de acelerar o processo de dismantelamento das estruturas de poder do Reino Asante em decorrência dos conflitos com outras entidades regionais, já, ou melhor dizendo apenas, no século XIX. No que concerne o período que coincide com o reinado Asante, a riqueza oriunda do comércio de noz-de-cola com o norte e do ouro com o litoral foi substancialmente utilizada na aquisição de armas de fogo e munição, assim como no subsequente treinamento das tropas asante (BOAHEN *et al.*, 2010). Com o advento do crescimento da exportação de escravos, as armas de fogo viraram moeda de troca tanto com os europeus quanto com outros africanos, sendo que o abolicionismo, como regime internacional, fez com que os líderes africanos se armassem cada vez mais com medo tanto de rivais regionais e estrangeiros. Por fim a figura 4 mostra as principais rotas e fluxos do comércio regional, envolvendo tanto o comércio de ouro, escravos, bens agrícolas e outros tipos de serviços/produtos.

34 Estas discussões são encontradas principalmente nos campos da historiografia voltados para a discussão sobre a escravidão em sociedades africanas (ler Guedes e Lovejoy para uma síntese dos pontos de vista). Autores como Thorton e Mann tem visões dialeticamente opostos, mas que porém, ignoram em grande parte dados e relatos, seja pela ausência de fontes ou por questões puramente metodológicas referentes, aos respectivos, objetos de pesquisa..

Figura 8: As principais rotas comerciais das bacias do Mandama, do Volta e do Mono de acordo com os estudos de A.A Boahen (entre os séculos XV e XVIII)



BOAHEN. Os Estados e Culturas da costa da Guiné Inferior. *In* História Geral da África: África do século XVI ao XVIII. OGOT, Bethwell Allan (editor). Unesco, 2010, p. 491

1.3- Organizando o Império: Conquistando a Hegemonia na África Ocidental

Se organizar em torno de um inimigo em comum foi, em um primeiro momento, uma consequência natural da forma como os clãs *Akan* encontraram para conseguiram organizar uma máquina militar coesa que permitisse que os interesses do reino foram mantidos. Mas, como visto na historiografia das sociedades africanas, características peculiares e personalistas ao Rei, Rainha ou chefe (no caso Osei Tutu) muitas vezes não eram passadas aos seus descendentes, logo desmantelava-se um núcleo central que se construía em torno tanto da figura mitológica quanto do hábil líder militar e político. Porém, tanto o reinado subsequente de Apoku Ware quanto dos

Ashantehene que sucederam até 1900³⁵ mantiveram a base estrutural e organizacional do Império funcionando, e na maior parte do tempo funcionando tanto efetivamente quanto expansivamente, por mais de dois séculos. No decorrer deste processo, porém, houve uma ruptura regional, acentuada, da integração econômica e cultural com o mundo “*huasa-mande-muçulmano*” (BOAHEN, 2010), ou seja, com outros reinos africanos e árabes em detrimento de uma balança comercial mais diversificada, devido a “atração” que o mundo atlântico oferecia.

A despeito do que se infere na bibliografia sobre o tema, nesta pesquisa argumenta-se que essa escolha foi mais oriunda da vontade política do que necessariamente uma pressão europeia. Podemos corroborar tal argumento a partir de duas premissas, a primeira envolve tanto ferramentas metodológicas quanto questões inerentes a como um ente político africano enxergava o mundo a partir de sua perspectiva local, isto é, era vantajoso estreitar laços cada vez mais com o litoral, urbanizado, em concomitância ao crescimento exponencial dos lucros oriundos do tráfico de escravos. Ou seja, independente do julgamento de valores, pragmaticamente falando fazia sentido essa maior aproximação. O segundo ponto pode ser identificado no processo de centralização do poder do *ashantehene* e os meios utilizados para se romper com estruturas antigas e socialmente aceitas. Conforme a burocracia e a máquina administrativa do Império foram se reorganizando, a partir de 1750 (FAZILET, 2012), se viu o aumento de posições não hereditárias, ou seja, seguindo coma tradição matrilinear, entre os assessores mais próximos do rei. No que se refere aos exércitos, a partir do século XVIII em diante (EDGERTON *et al.*, 1995) buscou-se incorporar táticas europeias, através de treinamentos exercidos por oficiais britânicos, ao exército enquanto tentava-se esvaziar o poder dos administradores locais em organizar e treinar as forças ali presentes.

Tanto em recortes temporais mais específicos quanto em estudos mais encorpados sobre a historiografia do Império Ashanti³⁶ nos apresentam uma narrativa que permite buscar indicativos tanto dos motivos para essa estabilidade quanto para o que os tornou diferentes de outras potências regionais. Assim como outros “Proto Estados” que surgiram na região, obviamente deve-se ressaltar que a base de poder Asante era de pequeno porte, isto é, a “agremiação” do reinado, devido a características geográficas, envolvia a centralização do poder em torno de pequenas vilas e cidades. Enquanto, tradicionalmente, costuma-se dar prioridade a forma como o mercado e as potências europeias influenciaram os *Asante* ao longo desses quase três séculos, a pesquisa prefere fazer uma visão interna, onde busca-se entender como os agentes políticos e econômicos da África Ocidental,

35 A despeito do Império só ter se desfeito “oficialmente” em 1957, a partir de 1900 o governo central passou a atuar a partir do exílio e como um “protetorado” britânico. Para os efeitos dessa pesquisa, esse período já marcava o final do modelo que havia sido implementado com a ascensão de Osei Tutu

36 Ler Claridge, Costa e Silva, Edgerton, Fage, Fazilet, McCaskie entre outros.

com um recorte específico na Costa do Ouro, enxergavam as dinâmicas regionais e portanto agiam de forma a garantirem seus interesses no âmbito de sua esfera de influência. Como exemplo de iniciativas disruptivas, influenciadas por fatores endógenos, temos a escrita sendo incorporada como uma ferramenta importante dentro da estrutura administrativa *Asante*. Essa adoção da escrita pela máquina pública, e subsequentemente pela sociedade *Asante*, teve como objetivo romper, em parte, com a tradição oral de maneira a legitimar o poder do Império, nas gerações futuras, enquanto também maximizava o controle do comércio efetuado.

A história política e econômica da Costa do Ouro possuiu diversos atores regionais que tiveram sua importância em diversos períodos de tempo e que, cada um de sua forma, influenciaram diretamente tanto a composição com as ações do Império *Asante*. Se tomarmos o período que concebe o século XV ao XVII, por exemplo, veremos que diversas características implementadas pelo modelo de governo Ashanti já se encontravam presentes no território da Costa do Ouro. Questões sociais e religiosas, como o cristianismo e o islã, também passaram por transformações radicais nesse período de intensa transformação e confrontação entre o “novo” e o “tradicional”. Denkira e Akwamu possuíam um modelo de divisão de império separado entre a região metropolitana, lugar do rei (*amanhene*), e as provinciais (BOAHEN, 2010). É interessante notar como os conflitos locais faziam com que as sociedades africanas tendem-se a absorver modelos políticos que estivessem sendo “bem-sucedidos”. Não a toa a partir do século XVIII a pressão geopolítica exercida pelo Império *Asante* e a necessidade de se incorporar nas rotas comerciais mais bem-sucedidas, fizeram com que novos Estados e Reinos³⁷ surgissem. Antigas potências regionais, como Denkyra, caíram durante esse período enquanto cada vez mais os agentes políticos da região procuravam centralizar as estruturas de poder local mas nenhum, incluindo o Reino Fânti em seu apogeu territorial (COSTA E SILVA, 2011), atingiu tal grau de dimensão e sofisticação quanto o Império *Asante*.

O Império Ashanti teve seu reinado testado por forças tanto locais quanto externas desde a sua concepção. Enquanto ainda não se encontrava em seu apogeu, e “recentemente formado”, Osei Tutu foi morto em decorrência de um conflito com os *Akyem*, em 1717. Os *Akyem*, também pertencentes ao grupo étnico dos *Akan*, não queriam ser assimilados pela esfera de influência *Asante*, tendo Denkyra como um exemplo a ser evitado. A estratégia militar *Asante*, que assim como outros reinados africanos tentava mitigar a perda de vidas ao máximo, tinha como objetivo não apenas que o inimigo se rendesse mas, ainda mais se tratando de um povo pertencente ao mesmo grupo étnico linguístico, fosse incorporado ao assento dourado e por tanto a cultura *Asante*.

37 Diabe, Bettie, Moronou, Sanwi e Ndenye (BOAHEN)

Este se provaria o segundo dos grandes testes, depois da vitória sobre Denkira e estabelecimento do Império, que o Reino Asante enfrentaria. Primeiro consegue se inferir como a situação regional era instável aonde os akan que seguiam o *ashantehene* se encontravam tanto em conflito com outros grupos étnicos locais quanto reinos e cidades estados. Com isso, o primeiro rito sucessório e conselheiros fiéis viram que a máquina militar Asante precisava sofrer um constante processo de “melhoramento”, no sentido de se garantir de forma mais precisa e eficaz os interesses. Paralelamente a diplomacia continuou sendo uma ferramenta política importante e fidedigna as tradições do assento de ouro. Nem tudo era capaz de ser resolvido via conflito e os Asante dependiam de diversos vizinhos, citando como exemplo o Estado de Abron, Seus chefes, no século XVIII, conquistaram o controle sobre uma importante rota comercial (BOAHEN, 2010) ligada diretamente a *Kumasi*, o que tornava necessária uma política de “boa vizinha” e troca de favores.

As estratégias de guerrilha dos Akyem³⁸ e sua resistência levaram, nos reinados seguintes, com que os Asante fossem mais propensos a aceitarem a incorporação dos derrotados como vassallos, tendo que pagar um tributo anual mas mantendo suas tradições e formas de organização política, tanto quanto buscassem a incorporação dos mesmos. Este processo de conflitos fez uma pressão nas fronteiras locais, e por consequência na densidade demográfica, “expulsando” Estados locais, como os Akyem, para regiões mais afastadas além dos rios e concentrando o domínio do Império no que era conhecido como a “Costa do Ouro”. Em 1629 apresentavam-se em torno de 38 Estados/reinos na região, sendo que, até 1750, foram incorporados pelos reinos Aowin, Denkyra e Akwamu (BOAHEN, 2010). Porém conforme demonstrado nesta pesquisa, no final das contas todo esse território, e aglomerações políticas, se viram centralizadas sobre o domínio Ashanti por um período bem maior do que qualquer um dos seus antecessores havia conquistado. A partir do momento que Denkyra e Akwamu caíram, toda região seguiu um efeito domino, fazendo com que as tribos e *protoestados* fossem sendo integrados dentro da zona de influência do *Asanteman*. A linha entre aliados e rivais era bem tênue na África Ocidental, trazendo um alto grau de complexidade sobre as relações de poder ali presentes. Os fânti não possuíam capacidade militar de fazer uma resistência direta aos Asante, que já haviam conquistado um Estado forte como Dagomba, portanto tentavam usar do meio diplomático (BOAHEN, 2010) e do auxílio dos europeus. Como já foi citado, os agentes comerciais europeus tentavam a todo custo quebrar a posição de monopólio dos Ashanti mas enquanto os britânicos figuravam como um dos principais focos da agenda de política externa Asante (FAZILET, 2012), por outro os mesmos tentavam minar, ou construir barreiras, que impedissem a total supremacia do Império no litoral. Na balança de

38 Os guerreiros que participaram da morte de Osei Tutu ficaram conhecidos como *abuakwafo* (guerrilheiros)

poder, a despeito das extremas dificuldades que a região apresentava, os europeus tinham como vantagem o fato de não serem vistos como ameaças reais e imediatas a sobrevivência destes povos que na verdade os viam, e manobravam politicamente³⁹, como ferramentas a serem utilizados no jogo de poder.

Figura 9: Líderes militares Asante vestidos de acordo com as suas respectivas tradições culturais e usando armas de fogo

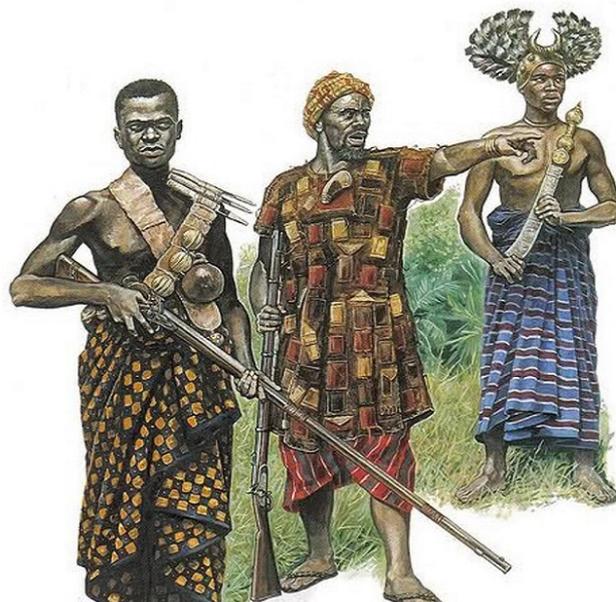


Ilustração via **ELIZABETH OFOSUAH JOHNSON**

39 Relatos tanto do período colonial quanto do pré colonial mostram que muitas vezes aos africanos se aproveitavam do completo desconhecimento dos europeus sobre as práticas e a língua local, os inserindo dentro de questões familiares ou políticas de maneira a terem vantagens objetivas.

CAPÍTULO 2

**DISCUSSÕES TEÓRICAS APLICADAS AO CONTINENTE AFRICANO:
REDISCUTINDO CONCEITOS E “AFRICANIZANDO” OS ESTUDOS.**

A relação que as sociedades africanas, durante o período pré colonial, tinham com o território, a escravidão e a guerra possuíam determinadas peculiaridades que os diferenciavam de outras experiências observados no redor do Globo. Ainda dentro deste contexto, não se pode tratar o continente africano como um espaço compacto e homogêneo (MACEDO, 2017), necessitando-se de referenciais teóricos que não só sejam capazes de explicar os fenômenos do espaço, quando em perspectiva comparada com outras regiões do globo, mas também fazer recortes específicos de acordo com as idiosincrasias de cada região. Com base nisso, diferentes perspectivas teóricas e metodológicas devem ser utilizadas de maneira a compreender a historiografia da Costa do Ouro. Com ênfase em um primeiro na escravidão, como instituição social e ferramenta econômica, e barreiras geográficas e morfológicas. Por fim aborda-se qual era a relação da Guerra com as estruturas políticas e sociais do Reinado Ashanti e de outras entidades da África Ocidental.

2.1 O ouro negro

“Os escravos não possuem palavras próprias” - Provérbio Suaíli

No que concerne à Escravidão, como instituição, em seu sentido *lato*⁴⁰, deve se entender a Economia política da Escravidão e o Tráfico de Escravos, particularmente o transatlântico praticado pelos europeus, em conjunto com a sua importância como ferramenta de controle “social”⁴¹ e suas origens. Nas sociedades africanas a escravidão poderia⁴² decorrer como consequência da guerra e como resposta a demandas de sociedades que, por questões demográficas, precisavam adquirir uma “força de trabalho” capaz de “complementar” a familiar. Existem alguns pontos de partida que podem ser assumidos na hora de se contextualizar a escravidão dentro das sociedades africanas:

-A dicotomia entre Escravidão e Liberdade, embora presente em grande parte destas sociedades, não era contemplada pelas noções que a sociedade ocidental detinha, e detém, sobre

40 A escravidão, *per se*, é uma prática corriqueira na história humana, devendo se compreender a escravidão transatlântica como um fenômeno pertencente à um vasto campo de estudos.

41 Quais as diferenças entre um escravo e um liberto nas sociedades africanas? Qual a posição hierárquica de um escravo na sociedade? Por quê existem-se leis proibindo, ou coibindo, a escravidão e nenhuma lei a estabelecendo como prática? Quais os mecanismos da sua “naturalização”?

42 Aqui assume-se uma postura “conciliadora”, e não determinista, em relação as diferentes vertentes teóricas que buscam explicar o fenômeno da escravidão em sociedades africanas. Tanto o fenômeno da escravidão, quanto da guerra variaram no espaço e no tempo.

esses temas em um contexto pós iluminismo. A oposição entre ambas se fazia no “campo” do “pertencimento ou do não pertencimento” (STILWELL, 2014). Neste contexto não basta apenas ver o escravo como uma figura “forasteira” ao sistema, político, social e religioso, mas também vê-lo como alguém sem “parentesco” (STILWELL, 2014).

-A Escravidão em seu âmago, era sobre a exploração, seja ela econômica, social, política ou sexual (STIWELL, 2014). Tendo isso em mente, diferentes graus de “motivos” para a exploração dos corpos ou da mão-de-obra escrava se encontravam presentes quando tem-se como objeto de estudo tanto a “forma” como o “porquê” da aquisição de escravos.

-O modelo de produção econômico na África, paternalista e familiar, gerou uma interconexão entre bens materiais e pessoas (STIWELL, 2014).

-A escravidão era uma instituição “porosa” e adaptável, que se modificava tanto no espaço quanto no tempo, além de não ser necessária a sua “judicialização”. Existiam diferentes graus de inserção e mobilidade social que um escravo poderia apresentar. “Sistemas fechados” ou “abertos” (STIWELL, 2014) podiam coexistir ou se modificar de acordo com a conjuntura, e vontade política, do momento.

Como instituição, que se modificou no espaço e no tempo, vemos que no território africano ela sofreu diversas modificações em toda a sua história, não sendo estática e nem maniqueísta, no sentido de que uma projeção de valores ocidentais e “modernos”. Algumas perspectivas sobre o utilitarismo da escravidão ou seu julgamento moral tendem a enviesar a análise científica, principalmente quando tem como consequência uma “homogeneização” do assunto. Enquanto em um primeiro momento, poderíamos identificar a escravidão como uma instituição baseada em linhagem, em como determinado ente pertencia (ou não) dentro do tecido social de determinada comunidade, também podemos, com o passar do tempo, encontrar indícios que demonstram sua mudança em uma instituição que respondia há uma lógica de mercado (interno ou externo).

Metodologicamente é um convite ao erro adotar um viés puramente econômico sobre as configurações da escravidão no período abordado, a despeito de toda a relação do espaço africano com o comércio atlântico, pois as peculiaridades que a escravidão tinha dentro das sociedades africanas, e sua transição para o que se entende como “escravidão transatlântica”, tem um reflexo direto sobre as políticas do Império Ashanti. A mão de obra escrava, ou seu uso na aquisição de descendentes, servia tanto como uma possibilidade de ruptura com os paradigmas matrilineares da sociedade Asante como reforçava a lógica do *wealth in people*. Com o modelo de ascensão social e da burocracia extremamente organizada do Império, gerar descendentes em um “ventre neutro”,

permitia que o pai não tivesse que se preocupar com a família da esposa, além de ampliar a estabilidade do “dia a dia”. Ao mesmo tempo, devido a questões de densidade demográfica, ela trazia a diferentes camadas da sociedade a possibilidade de ampliar sua área de influências.

2.1.1 A escravidão em sua forma transatlântica

Existe uma diferenciação entre a escravidão transatlântica, o modelo mais difundido em pesquisas e também mais recente na história humana, e as mais diferentes formas de servidão dentro do continente. Enquanto de um lado vemos como a escravidão era um fenômeno recorrente e não inédito ao longo da historiografia humana, no espaço e no tempo, no continente africano, a despeito das divergências teóricas, vemos grande influência da cultura árabe na sua disseminação e de conflitos inter-regionais. A escravidão transatlântica tem pontos fundamentais de ruptura com outros modelos de escravidão:

A) Homogeneização: A análise do escravo nas sociedades africanas sempre foi complexa devido à heterogeneidade. Havia casos em que o escravo possuía alta mobilidade social, podendo deixar o status de “escravo” depois de um certo período de tempo, outros em que a forma de servidão não se diferenciava, tanto assim, do que camadas “livres” da população sofriam, como mulheres e crianças e em diversos períodos a mesma foi coibida pelos chefes locais. Enquanto que, em maior ou menor grau, podia-se afirmar que era a violência que definia a relação entre “mestre” e escravo, a definição de “liberdade”, era extremamente difusa no contexto africano. Em uma discussão tanto filosófica quanto materialista, pode-se afirmar que a noção do que se tem de “liberdade” ou “cidadania” hoje em dia é influenciada pelo Iluminismo e a cultura ocidental, o que torna complexo adequar esses parâmetros dentro de sociedades que não prezavam pela liberdade individual ou noções de “propriedade privada”. Com tudo, o advento da integração do Mercado Atlântico com o uso dos escravos como base do comércio externo, trouxe uma homogeneização do conceito de escravo no continente. Isso criou tanto diferenciação de classes quanto um parâmetro para o que era “ser livre”, principalmente em decorrência da sua disseminação desenfreada que dissolveu laços sociedades seculares.

B) Relação com o Mercado: Em termos de escopo, e importância, a escravidão transatlântica se incorporou de tal maneira nos grandes polos de poder dos reinos africanos que, em sua grande maioria, se tornou a única, ou principal, fonte de renda do poder central. Não a toa, o Abolicionismo britânico foi um golpe mortal em muitos desses reinos, como o Ashanti, pois desarticulou tanto a base econômica quanto política e militar.

C) Racismo: E a partir da escravidão transatlântica que se tem a disseminação do que é “ser negro” no senso comum de grande parte dos povos europeus e nas Américas. A necessidade de se justificar a escravidão, principalmente no campo “moral”, leva a criação de diversos tipos de estereótipos pejorativos sobre os escravos e sua fisionomia. Encontrando “apoio” tanto no campo religioso, como a noção dos escravos serem de alguma forma amaldiçoados pela sua cor, quanto na academia, vide noções de “darwinismo social” que atrelavam o africano a selvageria, indolência e baixa inteligência. A noção de que a cultura do colonizado é a selvagem, e de que o colonizador traz em si o modelo civilizatório e a salvação(FANON, 1968) foi extremamente tóxico e nocivo a formação dos Estados Modernos no continente e as sociedades como um todo.

2.1.2 Mercados, Escravos e relações sociais.

O Escravo possuía usos similares tanto nas regiões além do deserto quanto nas mais férteis (COSTA e SILVA, 2011) da África subsaariana. Historicamente, o escravo acaba surgindo da necessidade de se empregar usos produtivos para os cativos oriundos da guerra, o que em um primeiro momento foi aplicado na agricultura. Como visto no Império Ashanti, o mesmo escravo que era empregado na agricultura, acaba sendo utilizado, depois do período das cheias, nas minas de ouro, o que mostra que a integração do escravo na sociedade fez com que o mesmo atendesse a demandas de infraestrutura. Os europeus se utilizaram da mão de obra escrava por motivos similares (ARRIGHI, 1996), pois a mão de obra escrava resolvia, em um primeiro momento, problemas demográficos e infraestruturais que as colônias nas Américas demandavam, incluindo o *know how* de como plantar em ambientes tropicais ou colher o ouro, conforme visto no caso de Minas Gerais (por exemplo).

A relação do escravo com o mercado e a guerra envolvia mecanismos, sociais e jurídicos, e operações, militares ou econômicos, cujo produto final era uma classe de indivíduos privada de personalidade, o que permitia que fosse vendida ou explorada como mercadoria e também reutilizada de maneira a se recuperar custos. O espaço econômico escravagista, nas sociedades africanas, era interconectado ao mercado, operando em uma lógica diferente da europeia e de outros lugares do mundo. Neste sentido, pensando de fora para dentro, é o mercado que situa o escravo, gerando seu traslado para as colônias localizadas nas Américas e a expansão da instituição de acordo com os interesses europeus, porém o tráfico de escravos só foi possível a partir do momento em que a figura do escravo surge como subproduto do contexto da guerra e problemas, de cunho demográfico, enfrentados por economias de cunho familiar.

O complexo tecido social e o sistema político africano permitem que se diferencie formas de “servidão”, como o *pawnship*, da escravidão transatlântica e dos sistemas de valores que foram decorrentes da mercantilização em massa da vida humana. Contudo, tal afirmação não é suficiente quando busca se entender um período em que, já comprovadamente, há uma porosidade da presença europeia no continente. A forma como as sociedades africanas se relacionavam com a escravidão é oriunda dos seus primeiros contatos com o mundo árabe. A dimensão historiográfica africana e o papel da escravidão nas sociedades do continente, demanda uma revisão e leitura crítica de certos paradigmas e autores. Neste contexto um posicionamento não flexível, sobre estes assuntos, torna-se incompatível com os principais debates realizados nas últimas décadas. Trabalhos recentes, como “A escravidão na era da liberdade” de Parron e “Em costas negras” de Florentino, realizam um contraponto a visões eurocêntricas sobre o tema da escravidão enquanto se somam a autores que, em suas obras, buscam uma compreensão da escravidão na sua “origem” nos territórios africanos. No levantamento bibliográfico realizado nesta pesquisa, nota-se, tomando por exemplo os estudos direcionados a escravidão africana, que a despeita da imensa amplitude de documentações primárias em português, a maior parte dos trabalhos, ditos relevantes, sobre o assunto encontram-se em inglês e francês (e muitas vezes não traduzidos em outros dialetos), o que demonstra uma certa “centralidade” na disseminação do conhecimento.

No que se refere aos Estudos referentes a escravidão e ao comércio de escravos, existe um intenso, e plural, debate sobre a escravidão como instituição e seu papel social nas sociedades africanas. Autores como Thornton, atribuem métodos de diferenciação, entre sociedades escravistas e sociedades com escravos ou sobre religião e pertencimento, de maneira a propor debates mais críticos e atuais sobre o tema. Nota-se que em muitos casos, a Economia assume um papel preponderante ao buscar modelos que expliquem os motivos da expansão do comércio de escravos e de sua subsequente abolição, fazendo com que no mesmo “ímpeto” outros autores busquem questionar até que ponto o foco dos estudos foi “contaminado” como decorrência desta linha de pesquisa. A superposição das modalidades de escravidão na África e o dinamismo das estruturas de poder locais, suscitam o questionamento sobre determinismo e os vieses com os quais a literatura acerca do assunto acaba apresentando. Existe uma enorme dificuldade em conseguir lidar com sociedades pré-capitalistas e pré-iluministas. Teoricamente⁴³ deve se lidar com a noção de que existia uma indivisibilidade entre a noção de bens e pessoas nas sociedades africanas, enquanto conceitos ocidentais como “riqueza” e “homem livre” eram alienígenas dentro de sociedades pautadas na coletividade.

43 Ler Guedes, Stiwel, Lovejoy, Meillasoux e Thornton.

O poder, como enxergado pelos líderes locais, era antes de tudo sobre as pessoas e não sobre ouro ou dinheiro. Isto fica claro ao perceber ao contextualizar-se a inserção das armas de fogo, cavalos e outros “bens” dentro dos conflitos africanos, pois em muitos casos nota-se que o simbolismo perpetrado pela aquisição destes materiais era, em determinados locais e em determinados períodos, muito mais importante do que o emprego de fato em situações de conflitos. As demandas estruturais da economia global e a historiografia das guerras africanas, no que concerne lutas pela expansão e monopólio de rotas comerciais, tendem a assumir pesos diversos de acordo com determinados autores, porém percebe-se um consenso quando o assunto envolve a crítica ao superdimensionamento da capacidade real de domínio exercido pelos portugueses, e outros agentes europeus, em relação aos líderes e comunidades locais. O Estado hobbesiano e as estruturas burocráticas de ordem weberiana acabam contaminando a forma como se busca entender os processos e valores pertinentes as localidades examinadas, algo bem nítido nas críticas exercidas aos trabalhos, pioneiros, de Heintze, Miller e Lovejoy.

2.2- A importância da Geografia e da Agricultura na africanização do entendimento sobre o espaço africano.

..don't words such as "civilization," and phrases such as "rise of civilization," convey the false impression that civilization is good, tribal hunter-gatherers are miserable, and history for the past 13,000 years has involved progress toward greater human happiness? In fact, I do not assume that industrialized states are "better" than hunter-gatherer tribes, or that the abandonment of the hunter-gatherer lifestyle for iron-based statehood represents "progress," or that it has led to an increase in human happiness..... My motive for investigating these geographic differences in human societies is not to celebrate one type of society over another but simply to understand what happened in history. Jared Diamond in Guns. Germs and Steel, 1997, (p.p 18)

Em seu livro sobre a queda do Império Asante, Edgerton (1995), traz uma premissa inicial⁴⁴ que busca explorar o quão difícil era para o europeu conceber a complexidade do império asante,

44 A despeito de reproduzir alguns vieses sobre os povos africanos, e focar demasiadamente apenas na relação entre o Império Ashanti e os britânicos (ignorando outros atores africanos), a pesquisa de Edgerton é extremamente rica em sua análise de fontes primárias e relatos.

sendo seu argumento inicial pautado na dispersão geográfica e forma de organização (em cidades e vilas) do Reino. Corroborando esse ponto de vista podemos trazer a visão de outros autores, como Macedo (2017), sobre a tendência a homogeneização do espaço africano, que nada mais é reflexo de um desconhecimento do objeto de estudos analisados. Analisar a geografia africana e a formação de suas configurações políticas com base num senso comum pautado por tanto uma visão contemporânea quanto eurocêntrica é um erro costumeiro, que tende a enviesar os estudos sobre as dinâmicas do continente.

O entendimento do espaço africano sob a perspectiva da historiografia e das relações internacionais deve também se construir a partir da compreensão das estruturas que abarcam esses fenômenos. A concepção dos impactos da mosca tsé-tsé, por exemplo, tanto ajudam a entender o porquê da agricultura, em determinadas regiões, ter se desenvolvido do jeito que se desenvolveu quanto desmistifica o mito da supremacia europeia num curto espaço de tempo. Enquanto por um lado a extrema virulência dessa mosca dificultava, ou impossibilitava, grandes aglomerações humanas ou a criação de mamíferos de grande porte, os europeus não possuíam um sistema imunológico capaz de resistir a ela ou a doenças transmitidas por outros vetores, o que ajuda a explicar a sua dificuldade em adentrar o interior ou a preferência pela costa tropical. A doença do sono⁴⁵, *Tripanossomiase Africana*, tornava impossível a criação de animais de médio porte, como cavalos, e foi um fator que criou uma barreira natural a penetração de europeus e outros povos em determinadas regiões do interior. Com tudo, ao longo dos séculos, os Africanos foram, sem dúvida, os mais vitimados pela doença, que era rara na África Austral e Oriental mas comum nas zonas rurais do resto do continente. O território Asante, da costa do Ouro, era praticamente livre da doença no centro metropolitano, e em grande parte das províncias, o que permitiu a expansão da densidade demográfica⁴⁶ e subsequentes atividades pecuárias e de agricultura.

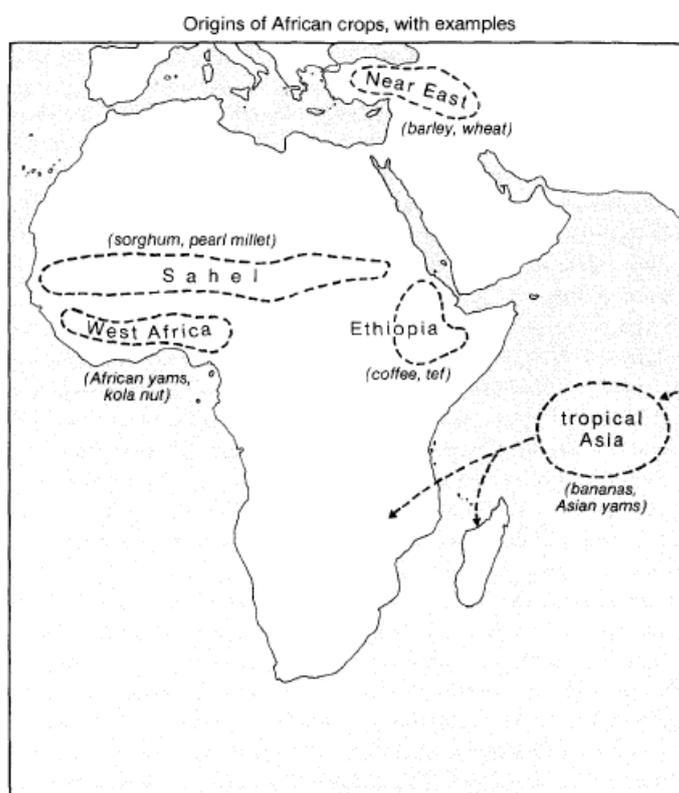
Diferentemente de outros processos de formação de sociedades ou Estados/Nações, a terra foi um bem que nunca faltou entre os povos africanos. Existia, literalmente, muita terra a disposição e pouca gente para ocupá-la. Fazendo recortes mais específicos as regiões com base em clima, fauna, flora e questões morfológicas fica sucinta a dificuldade em se ter altas taxas de densidade demográfica e esvazia certos paradigmas reproduzidos no continente africano. Isto mais uma vez reforça tanto a questão do porquê não haver se criado a noção de propriedade privada, como a conhecemos, em suas sociedades e como a incorporação de pessoas na esfera de influência era

45 Até os dias de hoje ela é considerada como uma doença tropical negligenciada. Durante a colonização a situação se agravou, devido a ações europeias, fazendo com que ela se prolifera-se por outras regiões da África,

46 Em seu auge, estima-se, que o Império Ashanti chegou a possuir mais de 3 milhões de pessoas em seu território (e incorporadas ao Reino), um recorde, em termos absolutos, na região (que tenha sido documentado pelo menos).

importante na sobrevivência e na demonstração de poder. Talvez uma das influências europeias que tenha tido mais impacto na região, e seja subestimada em seu valor material, foi a introdução de novas culturas agrícolas na costa ocidental da África, e subsequentemente em outras regiões, advindas dos mercados asiáticos e das Américas. Produtos que se adequaram as características climáticas da região foram fundamentais para o aumento da densidade demográfica regional (ver figura 10).

Figura 10: Os principais cultivos africanos, por região, de acordo com Diamond antes da chegada das sementes européias.



DIAMOND, Jared.

Guns, Germs and Steel. New York: Norton Paperback, 1999, p. 387.

Como já se sabe, apenas a atividade de colheita, e divisão social entre caçadores e coletores não é o suficiente para permitir grandes aglomerações humanas. E, a partir do momento que as condições são ideais para um incremento dessas aglomerações, a densidade populacional influenciando a formação de sociedades complexas (DIAMOND, 1997). No caso Ashanti, não

coincidentalmente, vê-se que conforme mais e mais os números populacionais vão aumentando, chegando ao recorde regional de 3 milhões, mais e mais a estrutura do Império ia fortalecendo a centralização de suas estruturas administrativas. A forma como a agricultura se desenvolveu no espaço da África ocidental influenciou diretamente nas formas de organizações sociais que se construíram, assim como direcionou a aplicação tanto de recursos econômicos quanto da mão de obra familiar e escrava. Conforme visto tanto na África Ocidental quanto em outras regiões, o pilar dos reinados africanos sempre foi assentado em bases geográficas que, necessariamente, eram diversificadas do ponto de vista étnico⁴⁷. Neste quesito, podemos delimitar o modelo de análise da produção alimentar do Império Ashanti em torno de três características que ajudam a entender a base material que permitiu uma expansão tanto política quanto econômica do *Asanteman*. Ao mesmo tempo que estas características ajudam a entender os motivos porquê cada vez mais o poder foi sendo centralizado, elas também são consequências de um poder centralizado já estabelecido que sabia como explorá-las em seu benefício:

-O modelo *slash and burn* e a sazonalidade da produção de comida permitiam que o Império Asanti se aproveitasse da mão de obra tanto dos fazendeiros quanto dos escravos. Esta força de trabalho podia ser aplicada na conquista, ou seja, voltada para a expansão militar, dentro da máquina pública com objetivos simbólicos (DIAMOND, 1997) ou na infraestrutura local. No caso Asante, a mão de obra era utilizada na metalurgia com objetivos “simbólicos”⁴⁸, como a criação de objetos que remetessem ao poder do trombete dourado e do *Asanteman*, na construção urbana, patrulha e implementação de novas técnicas agrícolas ao longo do território.

-A criação de um excedente de comida permite tanto uma especialização econômica quanto a maior estratificação da sociedade (DIAMOND, 1997). Em relação ao modelo do Diamond o Império Ashanti apresenta alguns pontos tanto de divergência quanto de convergência devido ao fato de neste caso, a escravidão ter sido usada em larga escala num contexto que se configurava como um híbrido de poder tribal com poder estatal, ou seja, o Império Ashanti possuía determinadas peculiaridades quanto comparado tanto a cidades, quanto reinados/Impérios, presentes tanto na África quanto em outros lugares do globo (como a Europa). A diversificação da base alimentar não levou tanto a uma especialização econômica mas sim um incremento da dependência do comércio de escravos dentro da balança comercial. Em contrapartida a estratificação da sociedade também pode ser enxergada na forma que as elites locais conseguiam utilizar este excedente para acumular

47 Ler coletânea da Unesco sobre a historiografia africana. Entre os capítulos que merecem destaque, de acordo com os volumes em que se encontram, estão: Vol V, *do Níger ao Volta; Os Estados e as culturas da costa da Alta Guiné*
48 Objetos diversos, como joias e outros similares.

mais escravos ou ouro, ou seja, ficavam menos dependentes de um trabalho de subsistência ligado a elos familiares.

- A produção de comida permitisse a adoção de um modo de vida “sedentário”, cujo tempo livre passa a ser utilizado para outras atividades, como o avanço tecnológico e a construção de uma esfera pública (DIAMOND, 1997). No caso Ashanti nota-se que as vantagens comparativas, em termos econômicos, do comércio de escravos fez com que eles ficassem em uma “zona de conforto” que não estimulou tanto a questão da manufatura quanto da elaboração de uma possível base industrial. Em contrapartida eles se especializaram na administração pública do Império, utilizando da mesma para expandir a metrópole e desconstruir as bases tradicionais e hereditárias da sociedade Ashanti.

A heterogeneidade foi, e ainda é, uma realidade da formação das sociedades africanas e por tanto diretamente conectada a forma como surgem, e se comportam, as organizações políticas e econômicas. Os motivos que levam a essa característica “geral” se explica com base no desenvolvimento agrícola que surgiu em resposta as demandas, e possibilidades, que o espaço permitia aos seus ocupantes. Haviam duas sessões de chuva na zona tropical Asante, maio-junho e setembro-outubro (EDGERTON *et al*, 1995), essa sazonalidade pautava tanto a agricultura quanto o período em que os tributos eram cobrados. Alta densidade das florestas, inúmeros rios e riachos, além de condições de temperatura e pressão anual trouxeram complexidades tanto para a configuração das cidades estados alocadas quanto para outras práticas importantes para o, que pode se chamar, de *state making*.

Esses detalhes são importantes devido a ampla pluralidade climática e geográfica do continente africano, entendendo esses detalhes consegue-se estabelecer diferenças entre as formas de organizações políticas africanas que explicam tanto seus sucessos quando insucessos. A Cebola, o Inhambe, Tomate, Milho e outros produtos se incorporaram e disseminaram entre os povos da região. A Costa do Ouro era propícia a criação de porcos, cabras, aves e carneiros enquanto a grande quantidade de rios, e a proximidade do litoral, permitia que a pesca também fosse uma atividade chave para a garantia de vida dos povos assentados na região. As doenças, o calor e a sensação claustrofóbica da baixa visibilidade que as florestas proporcionavam eram uma barreira natural a entrada europeia da mesma maneira que os exércitos africanos na costa ocidental os repeliam. A diferença perceptiva que denotava-se era gritante, enquanto para visitantes europeus o caos parecia reinar a organização política superior dos asante mantinha a engrenagem funcionando. Os relatos de holandeses, portugueses e britânicos demonstra uma grande surpresa em suas visitas a capital

Kumasi, tanto pela compreensão que surgia do aparato militar alocado quanto da capacidade organizacional do Império.

Fatores geográficos foram determinantes na fecundação e na distribuição dos conflitos e da escravidão ao longo do continente africano. A demografia, o território e os recursos ditavam tanto a geografia política quanto a geopolítica dos confrontos por espaços e posições privilegiadas. Um dos grandes exemplos disso, quanto olhando pelo lado “europeu”, é a concentração inicial das posições privilegiadas europeias ao longo da costa, devido a uma miríade de fatores, como os bacteriológicos, naturais que serviam como entraves ou obstáculos a penetração no território. A própria “Arte da Guerra” foi extremamente influenciada pelo território, impactando desde o uso de cavalos (VANDERVOT, 1998) ou na forma como as infantarias, que eram a maioria das tropas na África Ocidental, se organizavam ou incorporaram as armas de fogo, assim que introduzidas, nas suas estratégias militares.

Os Asante se encontravam numa região geográfica vantajosa para o comércio tanto com o litoral, e por consequência com a Europa e as Américas via o Oceano Atlântico, quanto com a savana e o “norte”. Essa condição de intermediário e conexão entre o litoral e o resto do continente africano se mostrou fundamental para moldar toda a estrutura comercial que se construía. E como a base do poder político era intrinsecamente conectada a estrutura comercial (COSTA E SILVA, 2011), o sucesso é uma consequência natural a forma como se explorou este fato. Com base nas fontes árabes (COSTA E SILVA, 2011), e em alguns casos as portuguesas, consegue-se perceber a importância das regiões ao norte da Savana na disseminação de saberes técnicos, trocas comerciais e na incorporação de práticas religiosas e culturais. Os *Akan* possuíam uma intensa troca com os *Hausa* ao norte do seu território, nas proximidades do que é a Nigéria atualmente, em contrapartida esses mesmos povos exerciam trocas com outros povos no mesmo fluxo e sentido, em direção ao Norte do continente africano e ao mundo árabe. Mesmo não sendo o principal foco deste trabalho é inegável a influência que o Espaço Árabe teve na construção das práticas de sociedades africanas, incluindo as no litoral, como o islã e a escravidão. Alguns autores chegam a afirmar que o “racismo intelectualizado”, e a criação do conceito da raça negra como algo pejorativo, utilizado pelos europeus para justificarem a exploração da mão de obra escrava no tráfico transatlântico tem origem em determinados conceitos advindos de algumas entidades árabes (COSTA e SILVA, 2011). Quando se olha o mapa do continente africano e o processo migratório, em uma perspectiva histórica, fica fácil entender o porquê deste fato, principalmente quando se incorpora a noção da desertificação do Saara devido ao intenso cultivo humano ou o surgimento da escrita e de certas tradições orais as margens do Alto Crescente. Períodos de paz, e estabilidade, permitiram aos *Akan*,

e por consequência o Reino Asante, diversificarem e ampliaram suas trocas com os *Mande*. Postos de troca e entrepostos comerciais permitiram que a riqueza em forma de ouro da região, e subsequentemente produtos europeus adquiridos nos portos, fosse utilizada nessas relações comerciais. Bens manufaturados como a Seda azul e tapetes turcos (BOAHEN, 2010) eram procurados na mesma proporção que artigos de ferro e etc. As características regionais faziam com que essa troca fosse mais voltada para bens de luxo ou outro tipos de ferramentas que pudessem ser aplicadas em atividades do dia a dia do que na aquisição de bens necessários para a subsistência. A noz-de-cola, durante três séculos, era o principal produto trocado com a região nordeste, no caso mais necessitada por produtos voltados para a alimentação/subsistência devido as suas características climáticas.

A escravidão, em determinados casos, surgiu como uma ferramenta, ou alternativa, na busca pelo trabalho “não familiar” (GETZ, 2011) de maneira a responder a demandas da agricultura, que eram decorrentes de condições climáticas e geográficas. Sendo grande parte das comunidades africanas comunidades formadas em torno da mão de obra familiar e a expansão de território um processo natural, de acordo com as respectivas idiossincrasias, as formas de aquisição desse trabalho forçado envolviam uma “correlação de forças” desigual:

Queriam os africanos manter suas estruturas administrativas, judiciárias e religiosas; já os europeus, considerando-as bárbaras e cruéis, pretendiam purifica-las e civiliza-las, alterando lhes profundamente as feições (SILVA, p. 20, 2011)

2.3-A centralidade da guerra na formação da organização política da África ocidental

“It was not until the age of the Maxim⁴⁹ gun, in fact, that Africans could be overwhelmed, in Angola or anywhere, by sheer military superiority”- John Thornton⁵⁰

49 Arma inventada em 1883 e utilizada nas “guerras coloniais” a partir de 1886.
50 P.20, 2004.

Entre 1500 e 1800 a região se viu alvo de talvez algumas de suas transformações mais profundas e revolucionárias (BOAHEN,2010), incluindo o fim de processos migratórios que fizeram com que as etnias ali alocadas, como os *Akans*, finalmente se estabelecessem na costa do ouro. Em decorrência desse estabelecimento regional, explicado por alguns fatores já supracitados, temos algumas consequências que merecem destaque, sendo a primeira delas a formação de Reinados e Impérios devido a entidades políticas cada vez mais vastas e centralizadas (BOAHEN, 2010). Como demonstrado no recorte estabelecido dentro do Império Asante, a balança de poder regional era pautada através dos conflitos entre as potências estabelecidas e povos e organizações políticas que buscavam se impôr dentro do jogo de poder local. A centralização surge como uma ferramenta que permite tanto a incorporação de entes a serem tributados quanto uma maior organização militar.

Outro ponto importante foi a formação da maior parte dos grupos etnolinguísticos que se encontram presentes até os dias de hoje (DIAMOND *et al*, 1997). O espaço do continente africano é vasto tanto em termos geográficos quanto étnicos, com tudo, o processo natural de centralização do poder político que foi se construindo na região fez com que a heterogeneidade dos povos e das sociedades africanas começasse a encontrar padrões, no sentido de permitir aglomerações em regiões, e bandeiras, mais específicas. Por fim, merece destaque a intensificação das trocas comerciais e culturas. Em um primeiro momento esse processo se deu entre regiões do próprio continente africano, com os povos do Sudão Ocidental e do Magreb como exemplo (BOAHEN, 2010), respondendo a demandas internas e um maior processo de integração regional. Em sequência o mercado atlântico passou a se integrar as estruturas locais, começando em um primeiro momento com a Europa e em seguida as Américas. Essa abertura tanto comercial quanto dos meios de comunicação se construiu no médio e longo prazo a partir do momento que fatores da conjuntura interna auxiliavam este processo.

A guerra é um fenômeno, recorrente, na história humana que tende, direta ou indiretamente, a interferir na forma como as sociedades são formadas. Em relação a Costa do Ouro isso se enxerga a partir da sua capacidade de amalgamar diferentes povos sobre sucessivos projetos políticos que cada vez mais iam centralizando o poder na região. A coerção e a violência (DIAMOND, 1997) são fatores presentes em diferentes regiões do globo e no que concerne o continente africano, temos alguns pontos que ajudam a explicar como as consequências dessa formação do Império via a guerra foram positivas aos Ashanti. Uma das primeiras consequências da guerra é a formação dos cativos, e logo surge a questão “O que fazer com os derrotados?”. Como

supracitado, em sociedades africanas, os cativos eram muitas vezes transformados em escravos e absorvidos dentro da *grei*. No caso da Costa do Ouro havia uma conjunção de fatores: ao mesmo tempo em que se havia bastante espaço a ser ocupado, isto é, em teoria os derrotados teriam para onde fugir (DIAMOND, 1997) a ascensão de reinados e impérios, aliada a presença europeia na costa, fazia com que fosse quase “impossível” não terminar dentro da área de influência de algum ente político.

Por mais que em um primeiro momento os *Asante* apresentassem uma densidade populacional que não seria indicativa da capacidade transforma-se em uma cidade-estado de larga escala, a extração aurífera, de sal e de noz-de-cola permitiram que, em um primeiro momento, criasse usos para a mão de obra escrava. Com o advento da capacidade de exportação desta mesma mão de obra, permitiu-se que o poder centralizado tanto incorporasse os derrotados em seu sistema tributário, com uma autonomia limitada, quanto expandisse a densidade da população *Akan* pertencente a sua estrutura social. A necessidade de enquadrar os reinos africanos dentro de concepções e modelos de Estado ocidentais refletem mais uma incapacidade na compreensão dos fenômenos ali analisados do que uma ferramenta prática dentro das perspectivas metodológicas. Longe de desmerecer pesquisas de caráter comparativo, mas nesse caso modelos, questões de “certo ou errado”, ou comparações tácitas são desnecessárias. Ser diferente não é sinônimo de ser “menor” ou “melhor” quando posta a comparação, apenas reflete a realidade que foram as organizações políticas centralizadas na historiografia africana. O aspecto normativo e prescritivo que se impõe sobre os Estados africanos hoje em dia é apenas uma dessas facetas, que tendem a comprometer o olhar sobre o continente africano como objeto de estudo.

A tradição guerreira permeava tanto aspectos pessoais, e por tanto subjetivos, e políticos, pragmáticos, da sociedade *Asante* (e da própria etnia *Akan*). A hereditariedade tinha que ser reafirmada via sucessos e conquistas, que no caso extrapolavam do campo econômico e se refletiam em como chefes, reis e soldados se portavam durante o conflito. A arte da guerra, como e porquê o engajamento ocorria, era tanto tradição quanto necessidade. A própria existência do ser cativo derivava de subprodutos do conflito, na região da África ocidental. Em um lugar em que se priorizava a riqueza na forma de pessoas, a morte era uma consequência a ser evitada. A incorporação de pessoas na esfera de influência, na *grei*, era objetivo desde o fazendeiro, que precisava de pessoas na manutenção de sua economia familiar, quanto do suserano que precisava manter a máquina de guerra e a base econômica sempre em expansão. Ao analisarmos as fronteiras do espaço africano, especificamente entre os séculos XVI e XVII, conseguimos identificar constantes expansões econômicas e políticas destas fronteiras. Tanto o “ato de guerrear” quanto a

escavidão, que podia ter cativos gerados pelo embate ou por razões comerciais, estiveram presentes nesta dinâmica. Em um primeiro momento, antes de se discorrer sobre questões pertinentes as sociedades africanas é necessária uma desmitificação da hegemonia europeia, no mundo atlântico e africano, o que demanda uma revisão de conceitos como civilização, hegemonia e a quebra de paradigmas de teorias econômicas, globalizantes e ocidentais, e da historiografia. *A priori*, deve se buscar a percepção dos povos do continente africano como “agentes” participativos, não omissos ou passivos, em todas as questões a serem estudadas em seu território.

O que se entende por África colonial foi o resultado das interações, numa escala secular, dos habitantes da costa africana com os habitantes do interior, o que gerou culturas e configurações políticas assimilativas, e da interação, dessas sociedades etnicamente plurais, com os países e o comércio europeu. Diferentemente do imaginário criada pela dominação espanhola e portuguesa nas Américas, antes do século XIX, nenhum Estado Europeu foi capaz, eficazmente, de controlar, presencialmente, a maior parte do território africano, resumindo sua ocupação a determinadas porções da costa atlântica. As políticas pré-coloniais, em sua maioria, eram heterógenas e assimilativas (GETZ, 2011), no sentido de pensar que concepção de identidade era plural e variava no espaço e no tempo. Essa heterogeneidade e assimilação, podem ser enxergadas, como derivadas tanto da forma como esses espaços eram construídos, dentro do contexto de conflito, quanto da forma como a escravidão e outras formas de servidão eram aquiescidas dentro das sociedades examinadas. Sobre as origens dessa assimilação, encontramos as respostas tanto na geografia africana quanto na sua pré-história(DIAMOND, 1997):

Africa is the only continent to extend from the northern to the southern temperate zone, while also encompassing some of the world's driest deserts, largest tropical rain forests, and highest equatorial mountains. Humans have lived in Africa far longer than anywhere else: our remote ancestors originated there around 7 million years ago, and anatomically modern Homo sapiens may have arisen there since then. The long interactions between Africa's many peoples generated its fascinating prehistory, including two of the most dramatic population movements of the past 5,000 years—the Bantu expansion and the Indonesian colonization of Madagascar. All of those past interactions continue to have heavy consequences, because the details of who arrived where before whom are shaping Africa today. (DIAMOND 1997, p.p 377)

Os líderes africanos⁵¹ também se inseriam em um contexto de acumulação de poder e influência, aonde o capital simbólico, status e poder das armas serviam com ao propósito de consolidação de uma agenda política ou projeto. Em relação a estes líderes, e em como o ocidente constrói a noção de poder sobre as coisas e sobre os outros, nota-se como o poder não “se fazia sobre a terra⁵²” mas sim sobre as pessoas, uma diferenciação importante, vista no trabalho de diferentes autores⁵³, que ajuda a construir um “mapa” sobre a escravidão no continente. As discussões perpetradas na África sobre o colonialismo, que se originam no pós-II GM e tem um caráter libertário na qual a construção de uma identidade pan-africanista era condição *sine qua non* da luta contra a exploração europeia, tiveram uma enorme influência na forma como se buscou entender o continente e sua relação com as colônias portuguesas, como visto em Malowitz (2010) e Kah em seu artigo “*Kwame Nkrumah and the Pan-African vision: Between acceptance and rebbutal*” (2016). Ao abraçar-se a identidade colonial, colateralmente, também se reforçou a ideia, quase utópica, de um continente “atrasado” perpetrada por discursos civilizatórios oriundos de civilizações que se pleiteavam como “desenvolvidas”.

Percebe-se, algumas vezes indiretamente e outras de maneira bem estruturada como nos trabalhos de Alberto Costa e Silva (2011), nas discussões levantadas que o continente possuía uma complexa e rica estrutura política marcada por diversas situações de conflito entre projetos expansivos e de acumulação de poder, que ajudam a criar um mapa das formas de cooptação das elites e comerciantes locais pelos Portugueses e outras entidades, como a própria Igreja Romana. A colonização se dá como fábula ao superestimar-se a capacidade, demográfica e bélica, de controle dos Europeus, e de seus súditos, sobre o continente. Deve-se entender que a guerra não é apenas o ato de beligerância, em si, mas também um reflexo das forças políticas e culturais do tecido social africano. Formas de combate, técnicas e outras questões referentes aos enfrentamentos carregavam em si um significado histórico, muito anterior a vinda dos europeus. O nível de organização, visto pelas técnicas de combate ou pela diferenciação entre as unidades de um corpo militar, denota tanto uma constância dos enfrentamentos entre exércitos africanos quando o papel social e político que as guerras tiveram, ao longo dos séculos, na forma de organização das unidades territoriais. A elaboração de armas e o trabalho com metal auxiliaram a agricultura (STILWELL, 2014) e fomentaram projetos políticos que visavam a construção de unidades territoriais “unificadas” em torno de algum tipo de projeto.

51 Uma simplificação terminológica para facilitar a compreensão. Aqui refere-se a “figuras políticas” importantes regionalmente ou etnicamente dentro de um recorte espacial e temporal.

52 Na forma que ela assumia dentro da perspectivas de modelos como o Feudal ou sistemas econômicos como o mercantilismo, ambos oriundos de espaços exógenos ao continente africano.

53 Thorton e outros

Os africanos adaptaram sua arte da guerra (THORNTON, 1999) conforme as armas de fogo eram introduzidas em maior escala, criando um híbrido capaz de funcionar efetivamente de acordo com as características geográficas e demográficas da costa. A partir da segunda metade do século XVII fuzis e pólvora passaram a ter um crescimento exponencial nas trocas comerciais, principalmente devido ao fato dos chefes e estadistas Asantes terem riqueza suficientemente acumulada para a sua compra. Em relação as modificações, segue uma pequena síntese das novas formas de combater-se que se apresentavam no espaço estudado:

A forma tradicional de guerrear consistia, para os dois campos inimigos, em se alinhar frente a frente, em fileiras apertadas e combater com lanças, espadas, machados, facas, arcos e flechas e até mesmo, corpo a corpo. Esse modo de confronto foi modificado pela utilização dos fuzis: o corpo da tropa foi dividido primeiramente em tres asas combatentes (Denkyira), depois, em cinco (Akwamu e Ashanti). Em seguida, tal nova formação militar sobrepôs-se a estrutura política tradicional, centrada no rei governando em torno do conselho dos chefes de cla e de linhagem. Se nao fosse a qualidade dos seus chefes, esses Estados nao teriam podido adaptar sua forma tradicional de combate e suas velhas estruturas políticas a nova técnica. (BOAHEN,2010, p.p 506)

Fazendo uma linha do tempo, vemos que no século XIX, consegue-se enxergar um real efeito da tecnologia disruptiva das armas de fogo, tornando obsoletas as antigas formas da “arte da guerra” no território estudado. Mesmo não sendo totalmente revolucionárias as armas de fogo começaram a ser incorporadas, em maior escala, pelos africanos a partir do século XVII. Este processo, de certa maneira, é um “espelho” da forma como realmente se deu a interação entre europeus e africanos. Contrariando um recorrente senso comum foram-se séculos até que os europeus conseguissem, de maneira efetiva, controlar o território africano pela força das armas. A própria inserção nas rotas comerciais, e nos produtos auferidos⁵⁴, foi feita de maneira gradativa, através de um jogo de interesses mútuos, aonde os europeus tentavam aumentar seus ganhos enquanto beneficiavam determinados líderes e/ou populações locais, mantendo-se costumes ou alterando os, em um processo de duas vias, conforme a necessidade dos envolvidos. Por fim, nota-se que não se deve subestimar o real papel que a inserção das armas de fogo teve na lógica de acumulação de poder africana, que compreendia tanto a mão de obra escrava quanto ao

54

Lógica de oferta e demanda, em um mundo que transitava para o capitalismo como modelo de produção na esfera global

relacionamento com agentes⁵⁵ europeus. Porém, quando inseridas no contexto da guerra como um fenômeno secular, também pode ser argumentar que as mesmas foram, com o passar dos anos, adquirindo, cada vez mais, uma importância dentro de mecanismos sociais e políticos já existentes, respondendo assim há uma perspectiva em que elas não eram um “fim em si mesmas”. A própria distribuição das armas, seja na propagação tecnológica do conhecimento ou na revenda, remete a construção de monopólios e centralização dos bens tão comum a modelos de produção como o mercantilismo ou o capitalismo.

55 Desmitificando a centralidade do Estado europeu no território africano, acredita-se ser melhor lidar com “entes” ou indivíduos que melhor reflitam o espaço europeu, sendo eles comerciantes, juizes, soldados, membros da igreja e etc.

CAPÍTULO 3

**ASCENSÃO E QUEDA DO IMPÉRIO: UMA HISTÓRIA SOBRE A
ESCRAVIDÃO TRANSATLÂNTICA**

“Some of the longest and most effective military resistance to European conquest took place in West Africa; by far the longest was the century-long struggle of the Asante of Ghana against the British. From 1807 to 1900, Asante armies fought numerous small and large battles against the British. In several of these they were the clear victors, the only West African army to defeat a European army in more than one major engagement. In the final conflict of 1900, despite the British use of machine guns and powerful 75-mm artillery, the Asante several times forced British columns to retreat “- Edgerton⁵⁶

Chega a ser irônico argumentar que as principais bases de poder do *Asanteman* e toda a eficiência da sua estrutura administrativa acabaram por causar, inadvertidamente, o seu declínio. O fator que é o maior indicativo desse processo, que culminou com a transformação do Império em um protetorado britânico em 1900, é o comércio de escravos transatlântico. Apesar de todos os ganhos econômicos que a escravidão trouxe, a dependência deste tipo de comércio, e integralidade dele dentro das estruturas políticas e sociais, acabou se tornando um “convite” a dominação britânica pós-abolição. A posição de monopólio, quase absoluto, sobre o comércio de escravos na região fez com que outros atores lutassem ferreamente contra a situação que lhes era imposta. Tão importante quanto a luta por posições privilegiadas foi a luta pela sobrevivência dos povos no entorno que eram tributados e escravizados pelos Asantes. Repetindo o ciclo de Denkyra, a confederação Fante se uniu com o objetivo solene de destruir o Império, que se apresentava como um inimigo em comum capaz de unir distintos projetos políticos (e etnias). Vista a grande capacidade militar do inimigo, estes povos viram na aliança com os europeus a única alternativa capaz de mudar a balança de poder regional, que há séculos pendia, unilateralmente, para o Império Ashanti. Infelizmente para os africanos os anos de luta interna deixaram a região economicamente e politicamente arrasada, criando um efeito dominó que pulverizou as relações de poder regionais de tal maneira que “facilitou” o controle da Costa do Ouro pelas forças europeias.

3.1-Ascensão e Queda.

A linha temporal do Império Asante é extensa e complexa, porém, percebe-se que políticas de Estado se mantiveram presentes, com algumas mudanças obviamente, no sentido de seguir com as principais dinâmicas iniciadas no reinado de Osei Tutu. Tendo em mente o objetivo desta dissertação, cabe ressaltar alguns dos principais fenômenos que contribuíram, em escalas similares, tanto para a construção e manutenção do Império quanto para o seu fim. O Imperativo da balança regional da África Ocidental, na Costa do Ouro, foi um celeiro de oportunidades e desafios. Porém, ao longo dos anos, se viu um desgaste das relações de poder internas ao Império, enquanto de um lado o centro de decisão política se dividia entre “chefes militares tradicionalistas” e o Rei, apoiado por uma burocracia que se considerava modernizadora e secular, do outro as elites locais cada vez mais dissociavam sua riqueza, e benefícios conquistados, da relação com o trono e a capital, e estreitavam laços com o capital externo, na forma tanto de agentes europeus quanto até de atores das colônias⁵⁷.

Todos os pontos abordados como positivos a estruturação e sucesso da forma organizacional Asante também se mostraram a base da sua traumática queda no século XIX. Enquanto o verdadeiro ouro Asante era o “Ouro negro” na forma de pessoas traficadas e exploradas via escravidão, sua dependência com o passar dos anos também fez com que se tornasse quase impossível a inexistência de uma base comercial que não dependesse dela no papel das trocas externas. Tragicamente, os Asante se tornaram dependentes das vantagens comparativas que o comércio de escravos trouxe para a região, não conseguindo efetuar um avanço significativo na área manufatureira ou agrícola. A facilidade na aquisição de armas importadas também contribuiu para que não se pensasse na criação de uma “indústria” que as produzisse localmente. Esta “Doença Asante” se expandiu conforme o ouro, a outra base do Império, se esgotasse em suas reservas e assim também tendo consequências mortais para a moeda e comércio local.

O Império Asante só se uniu por causa da guerra, e pela luta contra um inimigo em comum que era Denkira, porém em dois séculos o Reinado saiu da posição de tiranizado para tirano em relação aos outros povos da região, especialmente os Fante. Não possuindo a mesma capacidade de organização que os Asante, os Fante foram sendo alvos de um incremento progressivo da tributação, devido as transformações ocorridas no comércio do ouro e dos escravos, e sofrendo sucessivas derrotas militares. A confederação Fante, e outros povos da região, buscaram qualquer tipo de aliança que lhes desse um diferencial na balança de poder regional. Neste contexto, a aliança com

⁵⁷ Com o advento da abolição do Império britânico, e subsequente cerco sobre os traficantes portugueses, os africanos se viram lidando diretamente com traficantes das colônias, como só brasileiros por exemplo, criando uma relação bilateral que tinha como objetivo o escoamento da mão de obra escrava.

os europeus foi quase instantânea, tanto por questões pragmáticas quanto pelo “ódio” étnico que havia se construído, porém a mais mortal, e de uma maneira trágica a mais bem-sucedida, dessas alianças foi com os britânicos. Os britânicos, comercialmente, haviam sido os principais parceiros dos Asante, que considerava que o comércio de escravos possuía a mesma importância para ambos. A rivalidade regional fez com que os britânicos não fossem vistos, durante muito tempo, como uma “ameaça” em potencial maior do que a que já era proporcionada tanto pelos Asante quanto por outros povos da região.

Os administradores das províncias exteriores (*Amradofo*)⁵⁸, isto é aquelas tributadas mas não incorporadas ao Império⁵⁹, possuíam duas atribuições de suma importância: A primeira era diplomática, sendo eles responsáveis por manter as relações internacionais do Império com os britânicos, e em segunda instância os Holandeses (FAZILET *et al.*, 2012), de maneira a manter a circulação de bens e commodities. Considerando a extensão territorial do império, era fulcral a descentralização da diplomacia para além da capital de *Kumasi*, sendo seu foco principal as relações comerciais e o “bem estar” do lucro dos que estivessem envolvidos. A segunda importância era manter os Fante enquadrados sobre a égide das leis e costumes do Império. Os Fante sempre foram resistentes a incorporação dos costumes e tradições do *Asanteman*, porém, a partir do século XVIII (FAZILET, 2012), os 19 *protoestados* Fante que haviam sido subjugados pelos Asante eram vitais na rota de acesso a fortes europeus estratégicos para o comércio de escravos⁶⁰. Além do uso dos meios de coerção os Asante implementaram uma extensa campanha de “difamação” aos britânicos sobre o comportamento dos Fante⁶¹, acirrando mais ainda a hostilidade local. Com tudo, essa presença constante da fiscalização Asante sobre os chefes Fante derrotados, e o uso da coerção e dos meios de violência, permitiu que a situação estivesse sobre controle durante a maior parte do século XIX.

A partir do século XVIII os britânicos passaram a ser profundos conhecedores da arte da guerra asante devido a implementação do treino das tropas asante por militares britânicos, um processo alimentado de um lado pelo clima “amistoso” entre o Reino Unido e os Asante mas também pela vontade do rei de dissolver o poder dos chefes regionais, que lhes cediam seus exércitos, centralizando cada vez mais o poder militar na capital. Enquanto a partir de 1818

58 Não confundir com *adamfo*. Os *adamfo* possuíam a mesma função porém cuidavam de territórios específicos ao norte (menos problemáticos no caso)

59 Fante, Elmira e etc.

60 Um deles, cape coast (atual capital da região central de Gana), foi base do poder britânico desde 1664. A partir desse forte os britânicos foram capazes de subjugar outros europeus ao longo da costa, assim como lançar a força expedicionária que derrubou o Império Ashanti em 1895.

61 Como visto em Fazilet e Edgerton, os Fantes eram considerados como desonestos e ladrões que não podiam ser confiados. A criação desses estereótipos foi mais um fator que alimentou o ódio étnico entre eles e os *akan* pertencentes ao Império Ashanti

(FAZILET *et al.*, 2012) estima-se que a “guarda nacional”, alocado em *Kumasi*, chega-se a um número no entorno de 80 mil, a capacidade máxima de convocação, que incluía tanto os conquistados quanto aqueles membros que haviam sido incorporados ao Império, era algo em torno de 200 mil. O número mínimo de tropas Asante era bem superior à de seus vizinhos, esta superioridade numérica permitia que o Império sufocasse rebeliões dentro da sua área de influência com certa facilidade⁶², o que garantia a estabilidade de suas fronteiras. Com tudo, a diferença entre as tropas da capital, e todo o contingente, passou a se tornar uma fonte de receio da administração central que sentia-se ainda muito dependente de seus “vassalos” na mobilização de tropas.

Assim como no caso de Denkira, o conhecimento das funcionalidades e capacidades militares dos Asante trouxe uma grande margem de manobra tanto para os ingleses quanto para outras entidades africanas. Porém apenas no século XIX, os ingleses tiveram finalmente acesso a algo que nunca haviam possuído na África ocidental: Supremacia em número de combatentes via alianças regionais. A vantagem tecnológica inglesa serviu como ferramenta que permitiu que os povos da região vencessem, em uma longa guerra de atrito, o Império Asante. O primeiro dos grandes conflitos entre os Britânicos e os Asantes começou em 1820, em decorrência de uma anexação de territórios pertencentes aos Fante. A confederação Fante, percebendo o crescente atrito entre os dois Impérios em decorrência da abolição da escravidão, converteu-se em um importante cliente, e aliado regional, dos ingleses. Os mesmos forçaram, mais de uma vez, o conflito com o *Asanteman* de maneira a atraírem os britânicos para um conflito armado. Os Ashanti primeiro derrotaram o exército britânico em 1824 e focaram suas atenções no combate a Denkira e a confederação Fante, minimamente organizados em seu enfrentamento. Os Fante não tiveram retorno nessa estratégia inicial, sendo derrotados mais uma vez⁶³, e vendo os ingleses sendo obrigados a aceitar a fronteira⁶⁴ imposta pelos Asante. O Império Ashanti, com base nessa vitória, resolveu realizar uma ofensiva total a costa (ARHIN *et* KI-ZERBO, 2010) porém foram duramente repelidos pelos povos da Costa, sofrendo a primeira das suas grandes derrotas, num presságio dos acontecimentos futuros.

62 A estratégia principal de coerção dos Asante era cercar o território com o maior número possível de tropas, forçando o inimigo a se render e garantindo uma perda mínima de vidas, o que maximizava o número de cativos.

63 Conhecido como o desastre de NSUMAKU. O governador de Serra Leoa, sir Charles McCarthy, sofreu uma derrota considerada humilhante (ARHIN *et* KI-ZERBO, 2010). Com base nos relatos da época nota-se a dificuldade dos britânicos e Holandeses em não só reconhecer a soberania Ashanti quanto sua proeza militar.

64 Rio PRA.

Figura 11: Rio Pra, o delimitador da fronteira Ashanti durante o conflito com a aliança entre a confederação Fante e o Império britânico.



Entre 1863 e 1864 a confederação Fante se organizou para impedir o avanço das tropas Ashanti acima do rio Pra. Desta vez os britânicos trouxeram tropas Indianas, incorporando aos combatentes africanos que eram seus aliados. Mais uma vez a aliança se viu diante de um insucesso (EDGERTON, 1995), principalmente devido a vitimação das tropas estrangeiras por doenças locais. Com tudo, os Fante conseguiram se equiparar militarmente aos Asante, que já davam indícios de rupturas internas, considerando que o conflito não teve vitoriosos⁶⁵. Entre 1873 e 1874 a maré se virou contra os *Asantes*, enquanto a estratégia Fante e o auxílio de tropas Indianas se manteve, os ingleses trouxeram algumas novidades tecnológicas que causaram uma disrupção no conflito, sendo a mais importante delas a metralhadora Maxim (THORNTON, 1996). A equiparação em números de tropas, o avanço tecnológico e o uso da Quinina⁶⁶ trouxeram a primeira derrota do Império, causando baixas imensas entre todos os lados (mais principalmente nos africanos que eram o grosso dos combatentes). Depois da capital *Kumasi* ter sido saqueada e quase destruída os Asante se viram

65 A confederação Fante, e outros povos da Costa, gradativamente passaram a conseguir fazer frente os avanços do Império. Enquanto os britânicos continuavam tendo insucessos quando partiam para a ofensiva os povos da costa encontravam-se em uma crescente na busca pela autonomia total.

66

Alcaloide utilizado no tratamento da Malária.

obrigados a assinar o Tratado de paz de Fomena, pagando indenização aos britânicos, renunciando ao monopólio de rotas comerciais e abdicando de seu direito de impor taxas aos fortes britânicos. Denkira, Akyem, Gonja, Dagomba e Brong não só declararam independência ao Império como expulsaram qualquer tipo de tropas Asante de seu território. Aliado ao desgaste interno, muitos administradores locais, insatisfeitos com a quebra do sistema hereditário, preferiram se estruturar sozinhos em vez responderem ao poder central que havia perdido sua hegemonia militar.

Porém, no final, além de esse inimigo em comum não ter gerado uma aliança de ampla magnitude os “vencedores” se viram tão fragilizados economicamente, e sofrido de intensas baixas, que foram presa “fácil” para que a Europa finalmente conseguisse implementar uma colonização *de facto* no território analisado. Não a toa, a mesma força expedicionária lançada de *Cape Coast*, 1895, incorporou tanto territórios pertencentes aos Asantes quanto aos Fante. Líderes políticos locais temiam um extermínio em larga escala, tal era a fragilidade imposta por anos de conflito e queda nos lucros obtidos via o mercado atlântico, não resistindo a esta última empreitada militar. As cidades independentes não possuíam capacidade administrativa, econômica ou militar que chegasse perto ao que havia sido o Império, mesmo na sua fase de declínio. No caso dos Fante, a confederação rapidamente se desfez com o fim do Império e a despeito de eles terem conquistado seu objetivo, isto é a derrota do *Asanteman*, o que se viu foi uma destruição mútua entre estas duas entidades africanas. Graças aos Fante os britânicos se estabeleceram hegemonicamente na Costa do Ouro, transformando em 1900 o território da Costa do Ouro em extensão do território britânico com o conluio de elites locais, chefes e mercadores, que mantinham a sua influência local independente de quem controlava a região.

O processo de incorporação dos povos “não Asante” ao longo da Costa foi longe de ser “pacífico” ou imediato. Oficialmente, o governo britânico declarou controle sobre os estabelecimentos da costa em 1843 (ARHIN *et* KI-ZERBO, 2010), estabelecendo a Costa do Ouro como protetorado em 1858. Todavia, isto possuía mais um caráter simbólico referente aos fortes europeus do que refletia um “poder absoluto”, ainda mais tendo em mente o conflito com os Asante e o imenso número de tropas que os chefes locais detinham, mesmo que descentralizadamente. Os britânicos tentaram impor um imposto na região sobre a justificativa de “arcar com custos do progresso” (ARHIN *et* KI-ZERBO, 2010), com tudo além de amplamente ignorado por diversas camadas sociais que ali viviam, rapidamente percebeu-se que o imposto era pouco aplicado na infraestrutura local ou redirecionado a tropas africanas, logo percebendo a incapacidade de imposição do mesmo, os administradores britânicos presentes na região temiam pela sua segurança, a coroa viu-se renunciando o imposto em 1864 (ARHIN *et* KI-ZERBO, 2010).

Chefes, Reis e partes interessadas tanto da confederação Fante quanto de outras províncias que haviam se rebelado contra os Asantes, como Denkira e Wassá, começaram a se organizar com um objetivo (ARHIN *et* KI-ZERBO, 2010): Constituírem uma Assembleia Nacional, e portanto, serem reconhecidos, e se organizarem, como um “bloco” político, uma verdadeira Confederação que demandava um maior apoio logístico e material dos ingleses. Este período traz umas inflexões interessantes, pelo fato de ali se ver a organização de uma elite intelectual africana escolada, e com uma visão ampla tanto do mundo quanto da região, que demandava a emancipação dos povos da região. Enquanto os chefes militares, elites locais e líderes sentiam-se reféns da ajuda inglesa e europeia, ignorando problemas futuros de maneira a focar no inimigo comum, setores da sociedade se organizavam, no que pode ser visto como um espírito embrionário, em torno da ideia de “liberdade” de qualquer poder externo que se fizesse presente. Este grupo intelectual⁶⁷, e setores sociais menos abastados, conseguiram exercer uma pressão organizada sobre os chefes locais:

No entanto, o movimento foi retomado com ainda maior intensidade, sob a inspiração dos intelectuais africanos que o Colonial Office já identificara, em 1855, como uma classe intermediária, semicivilizada, com ideias adquiridas junto aos missionários e de outras fontes. Eles impulsionavam a emancipação dizendo aos africanos: “Vós não sois cidadãos britânicos, portanto, nada vos obriga a obediência. Vós tendes direito a uma parcela do poder em vosso país. Somente a união levar-vos-á a alcançar os vossos direitos.” Tais eram as ideias de J. Africanus Horton, Serra-Leões, de Joseph Smith, Henri Barnes, T. Huges, F. L. Grant e R. J. Ghartey. (ARHIN *et* KI-ZERBO, 2010, p.777)

Com tudo, enquanto os chefes locais tentaram fazer barreiras a certos avanços dos ingleses, e holandeses em relação aos fortes, estes mesmos chefes chegaram a exigir a coroa central que a Costa do Ouro assumisse o status de Colônia (ARHIN *et* KI-ZERBO, 2010). No que não se sabe se foi uma “ingenuidade” sem tamanho, manobra política, ou vontade destas mesmas elites em acumular mais poder, a única “exigência” era de que eles mantivessem uma certa ingerência e que o governo britânico fornecesse metade de seu orçamento (ARHIN *et* KI-ZERBO, 2010). Desde esse acontecimento, e subsequente ruptura do projeto de união da Confederação Fante e de outros povos, notou-se um incremento da forma de pressão, e organização, das elites intelectuais da Costa do Ouro, mais uma vez começava-se a buscar a união via um discurso comum de frente há um inimigo, que era o Europeu. Ainda de certa forma descentralizada, essas elites intelectuais passaram a buscar tenta conscientizar a população, criando um projeto de resistência que culminaria durante a colonização com o surgimento do *Panafricanismo* como corrente política e ideológica. Cabe ressaltar que esses chefes locais perderam grande parte do seu poder real ao se verem aleijados do

comércio que ali era perpetrado, mantendo mais um poder simbólico sobre determinadas camadas sociais, diferentemente de outras elites, com características similares a *burguesia*, que mantinham laços com o capital externo.

No que concerne os problemas internos, que permitiram o avanço europeu na região, o avanço da burocracia, e da máquina administrativa Asante, gerou um crescente atrito conforme o poder era cada vez mais centralizado no que se construía como a figura de um estado em que o Rei tinha, de fato, o poder de decisão unilateral. Podia-se dividir a sociedade asante em castas, de um lado os tradicionalistas, “o partido da guerra”(FAZILET, 2012), que viam na máquina militar e na hereditariedade matrilinear a força por trás do trono dourado e os “modernizadores” burocráticos, que queriam romper com essa estrutura secular e focar apenas numa visão pautada pelo comércio e atividades afim. Essas duas castas, enquanto brigavam pelo poder em suas respectivas regiões administrativas, abriram espaço para que as elites regionais, ligadas principalmente ao comércio, cada vez mais acumulassem capital e bens, construindo uma rede que não precisava subsistir dentro da estrutura de *Kumasi*, se aproximando do capital externo. O resto da população se encontrava em condições iguais tanto de servidão quanto de alienação do capital produzido, tendo pouquíssima influência nos afazeres e decisões da capital.

O aparato estatal do *Asanteman* atingiu o auge do seu funcionalismo no começo do século XIX, em consequência das sucessivas reformas que haviam sido implementadas durante o reinado de *Osei Bonsu* (1804). O rei havia conseguido subjugar a confederação⁶⁸ Fante e firmar o monopólio dos Asantes sobre todo o comércio da Costa do Ouro. Colhendo os frutos desta conquista militar, a capital conseguiu ter a base material que necessitava para afetar profundamente as relações de poder em seu território, o que se mostrou de certa maneira fatal no longo prazo:

Positions at his royal service were increasingly open to talent, irrespective of social origin. And, the Council of Elders undertook actions only after consulting the official representatives. This was to be seen in the king's council where instead of members attending through hereditary rights, the king's appointees were summoned to attend meetings for specific purposes. In this way, a highly developed government with a complex system started to be established. (FAZILET APUD BOAHEN, 2012, p.p 76.)

3.1.2 A economia política do Abolicionismo

68 A despeito do termo, a união entre os chefes e cidades Fante sempre foi porosa e pouco organizada. Em muitas referências historiográficas se questiona até que ponto os mesmos eram uma confederação unificada em torno do combate há um inimigo comum ou apenas uma forma de aglutinar um mesmo grupo étnico que combatia dispersadamente os Asantes ao longo da costa.

Em 1807 os Asantes se viram diante de um problema em potencial: A abolição da escravidão pelo Reino Unido e a subsequente imposição, do mesmo, para a criação de um regime internacional que a abolisse em todo o globo. Com base em estudos voltados para o processo abolicionista, como proposta, e o real fim da escravidão nas colônias, vemos que até 1850 os impactos não foram tão grandes quanto se esperava no curto prazo (REIS *et al.*, 2017). Com tudo a realidade era que a demanda começaria a entrar em declínio, fazendo com que o Império tivesse que buscar a diversificação de sua base comercial, o que incluía a tentativa de incremento do ouro e produtos agrícolas exportados (FAZILET *et al.*, 2012). É importante ressaltar que o Abolicionismo britânico possuiu fatores mais complexos do que meras questões econômicas⁶⁹ (REIS, 2017). Enquanto transformações oriundas do avanço do capitalismo como modelo econômico e social, avanço do saber técnico e domínio do espaço comercial indiano explicam alguns dos motivos que fizeram com que a escravidão deixasse de ser rentável para o Império, a pressão popular também se fez presente. Setores importantes da sociedade, como os Quakers⁷⁰, eram abjetos a escravidão por valores morais e religiosos, exercendo pressão sobre políticos, com a ajuda de setores que “advogavam” pelo livre comércio⁷¹, e por consequência fim deste modelo exploratório (WILLIAMS, 1944), e outras camadas populares. Todavia, estes mesmos setores ignoraram a participação britânica na venda de escravos, quando lhes era conveniente, e também acreditavam na “necessidade moral” em se impor o modelo civilizatório inglês sobre os “selvagens africanos”. (ARHIN *et al.*, 2010)

Neste contexto de reestruturação, no que concerne os Asantes, é importante notar como o ecossistema da região no em torno da Costa do Ouro se comportou em decorrência do Abolicionismo:

Compreendem-se as razões pelas quais grupos inteiros, como os zamberna, se tenham especializado nesta indústria de extração do “minério negro”. Porém, os principais fornecedores não eram somente as grandes *jihad* dos líderes muçulmanos do Norte, nem tampouco os conflitos dos *mogho naaba*. O complexo escravista era alimentado por uma enormidade de canais coletores baseados nos povos, nas centenas de chefaturas, desde os

69 As quais não deixam de ser fulcrais no entendimento pragmático da questão. Cabe ressaltar que os produtores de açúcar nas antilhas britânicas não contavam mais com a mão de obra escrava, logo era imperativo que mercados rivais, como Cuba e Brasil, perdessem essa “vantagem comparativa” (BETHELL, 1976)

70 A sociedade dos amigos, termo pelo qual eram conhecidos, foi fundada no século XVII por George Fox, sendo responsáveis pela primeira liga abolicionista da Inglaterra, em 1873 (REIS *apud* BETHELL, 2017). Eles foram o primeiro grupo cristão a se organizar para declarar a escravidão como algo “amoral”, e fizeram pressão no parlamento britânico, ganhando adesão de políticos influentes, até que o lorde William Willbeforce que criou o comitê para a abolição da escravidão (REIS *apud* BETHELL, 2017) composto em sua maioria por Quakers.

71 Em relação a interesses mais econômicos do que sociais, esses setores da burguesia se aproveitaram, e replicaram, as estratégias que os Quakers usavam como forma de pressão em políticos (discursos em igrejas, panfletos e etc) para seus próprios interesses que, naquele momento, convergiam com o Abolicionismo.

territórios dos tuaregues até as proximidades das casas comerciais estabelecidas na costa. Durante os últimos decênios do século XIX, praticamente jamais houve época de paz em qualquer região, isso equivale a dizer que sempre houve cativos. As vítimas eram essencialmente as comunidades agrícolas sedentárias, verdadeiros viveiros para o tráfico. De onde derivavam as zonas de subpovoamento por vezes identificadas em algumas regiões literalmente sangradas. Os tributos pagos com cativos eram frequentemente muito pesados. E quando os autóctones se organizavam para se defenderem, não se hesitava em recorrer a eles como mercenários, para travar guerra em outros setores... (ARHIN *et* KI-ZERBO, 2010, p. 799)

Durante a *Pax Britannica*⁷², a Inglaterra, como potência hegemônica, assumiu o papel de “polícia mundial” atacando navios de traficantes e tentando impor nas Américas o abolicionismo. Os Asantes, e outros povos Africanos, ainda mantinham uma ligação direta com países que se utilizavam da mão de obra escrava, como o Brasil, mantendo até 1850 um grande influxo de cativos. Apesar de todas as prerrogativas morais, no que concerne a Costa do Ouro a situação era que dois Impérios se encontravam em um período de escalada de violência, aonde a legitimação do poder tinha como objetivo, unilateral, questões econômicas. Ou seja, questões ideológicas e noções de “certo e errado” não eram importantes dentro da lógica de disputa entre Britânicos e Asantes. Enquanto os britânicos tentavam expandir sua área de influência, os Asantes lutavam pela sobrevivência do seu modelo de governo, que era extremamente dependente do comércio de escravos. Apesar da tentativa de mudança da matriz econômica Asante, esse momento de “fraqueza”, fez com que outros atores regionais aproveitassem o momento para atacarem o *Asanteman*, também com o objetivo de manter seu modo de vida que estava sendo subjugado pelo Império. Em consequência deste efeito dominó, setores militares e cidades provincianas começaram a exigir mudanças dentro da estrutura de governo, levando a rebeliões nas províncias, oriundas de vassallos e chefes locais, diminuindo, gradativamente, a capacidade militar e econômica de um Império que tentava se reorganizar nos dois setores.

Entre o cenário de completo “caos” e destruição das bases políticas do poder africano ao longo da costa que nos é apresentado por Costa e Silva (2011) e a abolição da escravatura temos um longo período de relativa “estabilidade” no ambiente regional em que o Império Ashanti se utilizava de todos os meios possíveis para empregar o excedente de escravos de maneira produtiva, intensificando seu uso na agricultura⁷³. O aumento da população escrava, que inicialmente foi

72 Período que abrange quase todo o século XIX e termina com o advento da primeira Guerra Mundial

73 Trabalhos como o de Mann, sobre a cidade de Lagos, mostram que em outras regiões da costa buscou-se intensificar as produções no campo com base no excedente proporcionado pela força de trabalho que não era mais exportada na mesma proporção que antes.

exportada mais por uma necessidade de escoamento do que por uma vontade política, passou a incrementar o medo de uma instabilidade regional, neste período a confederação Fante apresentava um aumento das hostilidades, além do fato de grande parte dessa mão de obra escrava ser oriunda tanto das regiões no entorno do Império quanto das cidades, e por tanto da etnia, Fante. Entre 1800 e 1820 o Império Ashanti reformulou seu sistema financeiro e comercial, de maneira a responder a conjuntura internacional que se construía. O poder central passou a ser mais intervencionista sobre as províncias que apresentavam uma maior “autonomia” até então, em contrapartida, cunhou-se uma moeda nacional (ver figura 7), feita a partir do pó de ouro, e passou a reduzir a quantidade de escravos exigidos como tributos, permitindo que outras formas de riqueza e bens fossem recolhidos (FAZILET, 2012). O comércio local foi amplamente estimulado com um aumento dos produtos que circulavam e o “livre comércio” de ouro entre os cidadãos Asantes.

O processo abolicionista ainda teve um impacto sobre a forma como o continente africano se relacionava com outros espaços do globo, principalmente as (ex) colônias nas Américas. A “ruptura” de laços econômicos e políticos gerou, de certa maneira, um apagamento histórico que ambos os espaços tiveram na formação de suas respectivas identidades nacionais, Estados e composições étnicas:

Duas correntes irreconciliáveis..a primeira levou-nos à África em busca de escravos para satisfazer as necessidades cada vez maiores, do nosso desenvolvimento agrícola ..a segunda..afastou-nos da África devido à insistência inglesa quanto a abolição do(...)tráfico de escravos. Esse conflito entre as necessidades do país e as exigências dos ingleses foi a essência da nossa história nos primeiros cinquenta anos do século XIX. (Bethell apud Jose Honório Rodrigues,1965⁷⁴, p 115)

74 *Brazil and Africa.*

Figura 12: Alguns símbolos Ashanti cunhados em ouro. Os menores, principalmente a Suástica (não associar com a apropriação realizada pelo regime nazista), eram utilizados para medir e balancear a moeda local. Durante as transações locais se pesava-se o objeto, media o tamanho e discutia-se a pureza do ouro na tentativa de estimar-se valores de troca (transação mais comum na aquisição de artigos, como os feitos de couro, ou produtos agrícolas)



Philips, T. *African Goldweights: miniatures Sculptures from Ghana 1400-1900*, Edição Hansjorg Mayer, 2010.

Neste período todo cidadão Asante se viu livre para realizar a prospecção de ouro por conta própria, mediante o pagamento de taxas e fiscalização. O abolicionismo também forçou o governo central a exercer um maior controle sobre as terras férteis, e os produtos ali cultivados, de maneira a subverter o paradigma *wealth in people*. Basicamente, enquanto se via o surgimento de uma elite local com características de burguesia, a capital passou a acumular propriedades privadas, diminuindo drasticamente a autonomia das comunidades ali pertencentes, voltadas para uma agricultura intensiva que visava a exportação para outras regiões africanas. A partir deste momento,

e das reconfigurações políticas do governo, os Asantes e britânicos começaram a disputar, militarmente, as posições privilegiadas e acesso aos principais bens econômicos da região. É importante ressaltar que a despeito do fato dos ingleses, assim como outros atores europeus, considerarem os povos africanos selvagens, e subestimarem sua capacidade baseada em preconceitos raciais, os Asantes também eram igualmente rejeitados pelos outros povos da região. Durante muito tempo o *Asanteman* impôs sua cultura, leis e costumes, menosprezando outras etnias, como os povos Fante, e os “aleijando” do comércio regional. Como ficou comprovado, a confederação Fante concentrou todos os seus esforços no inimigo regional secular, que era o Império, na crença de que poderiam utilizar a ajuda inglesa a seu favor.

Cap 3.2 Dimensão Historiográfica Africana

A história dos Estados africanos, e suas Nações/Impérios, tende a ser retratada sobre determinados vieses e paradigmas que contaminam análises e trabalhos, sejam eles de cunho acadêmico ou voltados para o estabelecimento de políticas públicas. A “ocidentalização” da historiografia africana tem como reflexo o estabelecimento de análises apriorísticas e deterministas que estão muito mais preocupadas em reforçar um determinado senso comum, ou projeto, que não coincide com a realidade. Renega-se a “dimensão histórica” africana “pré-colonial” e como as diferentes estruturas econômicas e de poder, já estabelecidas se moldaram, resistiram ou foram subjugadas em um vasto período histórico. Os povos autóctones, tanto das regiões costeiras quanto do interior, estabeleceram comunidades, tribos e impérios marcados pela presença de políticas heterogêneas, tanto no espaço quanto no tempo, e identidades étnicas fluídas e assimilativas. A dimensão historiográfica africana é erroneamente analisada com base em perspectivas “ocidentais”, tanto sua história econômica quanto a pertinente a formação de seus estados. Isso reforça a postulação de vieses “civilizatórios”, que reforçam uma noção de que a decorrência dos problemas regionais é inerente a estruturas defasadas e arcaicas⁷⁵. Neste contexto, concebe-se que enquanto em um primeiro momento a importância da conjuntura externa é sobrestimada (MKANDAWIRE, 2001) por outro as dinâmicas, de longa duração, das sociedades capitalistas ocidentais são superestimadas como soluções ou “Modelos” a serem seguidos. Isto tende a criar um ambiente, também no meio acadêmico, que tende a procurar respostas ou soluções “fora” do escopo doméstico, tratado como nocivo ou ineficiente:

The European soldiers and statesmen who engineered the conquest of most of Africa in the late nineteenth century liked to think of themselves as ambassadors of innovation and

75

as Relações Internacionais dos Estados africanos e estudos sobre as suas economias.

O afropessimismo acaba sendo aplicado

progress to a continent mired in timeless savagery. Succeeding generations of Europeans saw modern Africa as the more or less exclusive product of initiatives undertaken by white colonizers. Most of today's historians of Africa do not share that view. Their research has demonstrated that, far from being static and impervious to change, the societies and polities of much of Africa were constantly in flux, and that at no time was this more so than on the eve of the European invasions. Indeed, it has lately been shown that these European incursions quite often occurred in response to economic or political changes within Africa. VANDERVOT, 1998, p. 1-2

As fragilidades econômicas e políticas que alguns dos Estados Africanos enfrentam atualmente podem ser melhor compreendidas em decorrência do impacto que a hemorragia demográfica e a exploração predatória do continente tiveram sobre o processo de formação da soberania desses Estados e sua inserção no cenário internacional. Paralelamente, a historiografia referente ao período pré-colonial permite a refutação de certos mitos civilizatórios que discorrem sobre a relação, na longa duração, entre os países europeus e as tribos e reinos do continente enquanto permite uma análise crítica sobre a relação entre as “elites” africanas⁷⁶ e o capital externo. A própria noção de território, e por consequência o estabelecimento das fronteiras, seguindo a tradição da geografia política e da geopolítica⁷⁷, acaba necessitando de modelos alternativos, quando aplicada ao espaço africano. Não é uma questão de buscar a “abjeção” a teorias existentes mas sim um dialogo que exponha os limites, que envolvem tanto o uso quanto o não uso de abordagens mais tradicionais, metodológicos que teorias de RI tem em um sentido histórico e epistemológico, devido a forma como se comportam os Estados e Instituições africanas. Isto também se aplica a Economia quando aplicada as Relações entre os Estados no Sistema Internacional como forma de compreender as principais dinâmicas globais e regionais sobre o funcionamento dos mercados.

Um possível ponto de partida para as problemáticas levantadas envolve a desconstrução do mito de neutralidade. Tendo em mente a história, seja ela em sua vertente do dia a dia ou a aplicada em produções científicas, percebemos como o espaço africano é sobrecarregado com vieses e paradigmas. A escravidão, em seu fenômeno transatlântico, teve como uma das consequências a criação, e subsequente perpetuação, de pré conceitos sobre as sociedades africanas, impactando o entendimento da formação do seu espaço territorial até os dias de hoje. Focando na perspectiva das Relações Internacionais, a forma como se analisa a conjuntura de fatores políticos e culturais, no

76

As elites aqui configuram setores da sociedade que possuem monopólio sobre meios de produção e produtos importantes para o mercado externo (Ouro, Escravos, Marfim, Petróleo e etc) poder da coerção e da violência e/ou legitimidade política.

77

Em seu sentido tradicional e clássico.

campo doméstico, tende a estar associada a visões normativas no campo estrutural ou econômico/diplomático. Determinados paradigmas conceituais (MAZAMA,2003) descentralizam a agência de atuação dos africanos dentro do escopo da historiografia e das Relações Internacionais.

Uma perspectiva que questione a forma como determinado tema, que abranja países africanos, é analisado demanda tanto uma releitura do espaço em que o pesquisador como da forma que ele dialoga, ou tem acesso, à produções científicas de outros campos e pesquisadores que lidem com a problemática em si. Tendo em mente estes pressupostos parte-se para um questionamento sobre quais os melhores caminhos a serem tomados, independentemente do campo de análise. Como ficou demonstrado na metodologia da pesquisa, inverter-se o senso comum de entender as raízes da colonização através de um olhar externo sobre a influência europeia para um olhar interno das relações de poder africana e como elas se integraram com o comércio mundial, permite-se uma outra leitura sobre o continente africano como objeto de estudo. Adotando uma perspectiva crítica, sobre a metodologia aplicada aos países do território africano, vemos que durante o período pós-colonial a forma como se deu a prospecção do acúmulo de capital, deste período em diante, tende a ser estudada com base em princípios e convicções (MKANDAWIRE, 2001) que reforçam um arcabouço ideológico incapaz de responder as demandas atuais destes países no que concerne questões desenvolvimentistas, políticas e/ou econômicas. Contextualizando os estudos geopolíticos e geoeconômicos, nota-se um padrão em que estes temas vem a tona devido a alguma ameaça, ou perigo latente, aos interesses de potências estrangeiras. Os recursos e matérias-primas do continente tem importância no desenvolvimento exógeno ao espaço do continente, secundarizando interesses internos.

Com isso, concebe-se que estudos das Relações Internacionais, e da Economia Política Internacional, que usem uma visão mais coerente da história africana em sua base de análise consigam quebrar barreiras e vieses já supracitados:

Um agente, em nossos termos, é um ser humano capaz de agir de forma independente em função de seus interesses. Já a agência é a capacidade de dispor dos recursos psicológicos e culturais necessários para o avanço da liberdade humana....Quando consideramos questões de lugar, situação, contexto e ocasião que envolvam participantes africanos, é importante observar o conceito de agência em oposição ao de desagência. Dizemos que se encontra em desagência em qualquer situação na qual o africano seja descartado como ator ou protagonista do seu próprio mundo. BENEDICTO apud ASANTE, 2009^a, p 94-95

Cap 3.3 Escravidão e Poder Político: Entendo as raízes da colonização via dinâmicas regionais

A Epistemologia e a Metodologia das Relações Internacionais precisa ser brevemente contextualizada de maneira a expor algumas das principais críticas em relação a determinados paradigmas vigentes. Seguindo a estrutura do manual sobre *Teoria das Relações Internacionais* do Cônsul Thales Castro, podemos estabelecer dois focos para a discussão. O primeiro se refere a *Estatologia* aplicada ao campo, principalmente no que se refere a formação do que se considera como o “Estado modelo” das Relações Internacionais. Este ponto é fulcral em todas as críticas construídas, principalmente por autores africanos, sobre o julgamento de valores, aparentemente inerente, aos Estados existentes no território africano. Essa noção, por ignorar todo o processo de formação das sociedades africanas no período que antecede a colonização, tende a se fragmentar quanto testada frente a realidade e outros pontos de vista. O segundo foco de discussão, que é uma síntese de duas grandes vertentes, envolve os limites metodológicos que a teoria do poder e a estrutura dos Estados e das instituições, tem em um sentido histórico e epistemológico. A própria noção de território e fronteiras, seguindo a tradição da geografia política e da geopolítica, e os arranjos políticos que decorrem de determinadas disputas acabam necessitando de uma busca por fontes “alternativas”. Não busca-se a “abjeção” das teorias existentes mas sim um diálogo que teste limites e sua aplicabilidade perante questões teóricas e problemas socioeconômicos contemporâneos. O período que abrange de 1850 até 1889 se pautou atrás de um extenso processo de transformações na área econômica, política e tecnológica. O século XIX foi marcado por um longo período de mudanças, possuindo certas características “peculiares” (KENNEDY, 1988), que a partir da década de 50 em diante, acabaram por se tornar parte permanente da sociedade moderna (KENNEDY, 1988). Sendo a Grã-Bretanha uma potência, ou seja, um estado capaz, em certas circunstâncias, de modificar a vontade de indivíduos, grupos ou Estados estrangeiros (DUROSELLE, 2000) que se apresentava como Hegemônica, coube a mesma o “pioneirismo” nas transformações do século XIX.

A partir do momento em que o Império Ashanti direcionou toda a sua estrutura produtiva para o tráfico de escravos fica claro que, gradativamente, ele acabou por, indiretamente, ceder parte de seu poder ao capital externo. Isto é, considerando as características de “Império Comercial” que o reinado adquiriu, se ver alvo deste tipo de dependência faz com que caso algo aconteça com a demanda e a oferta, que foi o que aconteceu como consequência do Abolicionismo, você gere uma reação em cadeia que destrua todas as suas bases de poder. A evolução do capitalismo, e sua disseminação, como modelo econômico está intrinsecamente conectado as estruturas das

sociedades, que diferem no mundo (MARX *apud* BREWER,2001). Assumindo o posicionamento de que o capitalismo, em sua síntese, envolve a relação entre propriedade, modos de produção e mão-de-obra livre (BREWER, 2001), e que o *status quo*, em sua noção mais básica, nada mais é do que um reforço a hierarquia entre determinados entes quando em comparação a outros⁷⁸, vemos que nestas mesmas estruturas sociais o conhecimento também se manifesta tanto como *commodity* quanto *propriedade*. O Império Britânico, como exemplo, não exerceu sua *pax* apenas através da força de suas armas e de sua moeda, seus valores culturais e ideológicos foram sendo disseminados, e absorvidos por diferentes sociedades, conforme cada vez mais os “tentáculos”, do nexo entre seu mercado e sua autoridade central, iam absorvendo outras economias dentro de sua capacidade de “ditar as regras do jogo”:

It must be remembered, writes Philip Curtin, that in Africa “the empire-building of the pre-colonial century had been mainly African . . .” Until fairly recently, historians have tended to view this efflorescence of African empires as a largely positive development, foreshadowing and in some cases linking forward to the nation-building of the post-independence era.... there was sometimes a negative side as well to the ebb and flow of state-building in Africa, one that frequently had disastrous consequences for the African peoples involved. VANDERVOT, p.2

O que percebe-se é que o comércio de escravos foi o que integrou os povos da Costa do Ouro com o Mercado Atlântico, ampliando um processo de “ruptura” com estruturas seculares que eram a base das sociedades na região. Esta velocidade de mudanças gerou um grande atrito interno, principalmente entre as novas classes e elites econômicas que surgiam disputando poder com as elites tradicionais, e externo, no qual os poderes políticos cada vez mais centralizados disputavam as posições privilegiadas do mercado atlântico em detrimento do interior da África e do Mundo Árabe. Enquanto poderia se perder tempo tentando arguir sobre o que poderia ter sido “se Fato A ou Fato B não tivesse acontecido e interferido”, a questão é que durante este grande momento disruptivo, na historiografia da região, a instabilidade regional causada por sucessivos conflitos regionais, tendo em mente os ciclos regionais provavelmente levariam a ascensão de um novo poder organizado que incorporaria características do anterior, foi exponencialmente ampliada a partir do “choque” que o Abolicionismo causou no *status quo*. Enquanto as estruturas políticas, extremamente dependentes do comércio, viam seu poder se dissolver, britânicos e europeus pressionavam cada vez mais as possessões dos territórios, tendo como aliados principais atores africanos, que buscaram alianças de maneira a derrotar inimigos como o Império Ashanti ou elites

78 O poder, em si, não é estático necessitando ser exercido (FIORI, 2014)

locais mais preocupadas com o fluxo de capital e bens externos do que com um projeto político nacional, e a evolução técnica e tecnológica, que permitiu dar o “golpe” final em um território desestabilizado e fragmentado politicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto busca-se entender os problemas atuais do continente africano a partir das dinâmicas do período que concebe a colonização, e subsequente luta pela independência, a historiografia africana nos mostra que há toda uma tradição pré colonial vasta, sobre as interações entre as sociedades autóctones que não pode ser desconsiderada. Toda uma lógica interna de balança de poder e idiosincrasias regionais criaram um contexto tanto de pulverização de relações sociais, quanto políticas e econômicas que não podem ser explicadas apenas pela “toxicidade” da presença europeia. Em vez de entender-se a África Ocidental de fora para dentro, deve-se buscar entender como a mesma se relacionou com o mundo exterior a partir de suas próprias dinâmicas. O Império Ashanti é um rico exemplo deste contexto, aonde de um lado nota-se a sofisticação da organização política da Costa do Ouro do outro vê-se uma luta secular entre poderes locais, aonde posto que “o rei ou a rinha estão mortos”, um novo poder ascendia no vácuo deixado, retornando o ciclo ao seu estado de conflito por posições privilegiadas e acesso há pessoas a serem incorporadas a esfera de influência.

Percebe-se que a centralização da organização política não foi buscada por uma questão de “modernização aos moldes europeus” mas sim como ferramenta de manutenção do poder, controle sobre rotas comerciais, estabelecimento de monopólios e incorporação em larga escala de pessoas. Historicamente os árabes foram uma maior ameaça como força invasora do que os próprios europeus, os mesmos não eram vistos como ameaças mas sim oportunidade de mercado e uma alternativa a rota *traansariana*. O continente africano foi “autossuficiente” tanto antes quanto após a chegada dos europeus, possuindo unidades de poder em plena expansão, assim como um comércio bem estruturado e competitivo de acordo com as suas necessidades. As unidades africanas não se organizavam de uma maneira autodestrutiva ou, como pregam determinados nichos da teoria econômica, insuficientes para o “desenvolvimento” de projetos políticos e de “nações”. A complexidade da desarticulação, ou expansão predatória, de suas estruturas políticas e sociais só pode ser entendida a partir do momento de que se busca compreender determinadas dinâmicas endógenas.

O estudo da historiografia africana envolve uma complementariedade entre o interno e o externo, pois determinados acontecimentos e fatores só conseguem ser entendidos através de um “diálogo” entre a “pluralidade da casualidade” dos fenômenos. Só assim se é capaz de quebrar certas convenções ou perspectivas de análises que tendem a reforçar o “maniqueísmo” do debate

que concerne tanto a escravidão quanto a relação entre os europeus e os povos africanos. O pré-julgamento sobre a escravidão, como uma instituição, em um contexto histórico e político, com base na moralidade ocidental e a criação de perspectivas societárias utópicas não permite um aprofundamento científico dos fins e das causas da escravidão. Apesar do que um observador, contemporâneo, possa “projetar”, devido ao seu próprio sistema de valores, a forma como as sociedades africanas enxergavam o escravo e outras formas de servidão e liberdade tendia a ser muito diferente do que se espera, *a priori*. A compreensão da História africana é fulcral na identificação da sua realidade (MACEDO 2017; COSTA E SILVA, 1992 *et* 2011) de maneira objetiva, pois ela por si desmitifica o tipo de conhecimento que reproduzimos enquanto ao mesmo tempo faz com que tenhamos que forçar ao limite nossos paradigmas, de maneira a refutá-los ou reafirmá-los, muitas vezes sobre outra lente, como demanda aspectos tanto qualitativos quanto quantitativos da produção científica. Por se tratar de um tema muito extenso, é sempre importante tentar conciliar essa compreensão da história de maneira objetiva e que auxilie os direcionamentos da pesquisa efetuada.

Enquanto foca-se muito na crítica sobre a forma como o continente africano é estudado pelos principais polos de produção científica, não podemos esquecer como a mesma é abordada em outras regiões do globo. No Brasil, como exemplo, muitas vezes fala-se da África de maneira homogênea e compacta (MACEDO, 2017), o que é uma consequência direta da forma como o conhecimento sobre o local é absorvido e reproduzido. Países periféricos não apenas reproduzem estereótipos sobre questões locais mas também os aplicam ao estudarem outras regiões do globo. Tendo o Brasil como exemplo, particularmente no que concerne a reprodução de uma visão eurocêntrica sobre a nossa formação como sociedade, é contraproducente analisar o espaço geográfico do continente africano sobre determinadas lentes. As discussões aqui levantadas demonstram que o “mapa” da escravidão em sociedades africanas está intrinsecamente ligada a fatores como a guerra, inter-regional, que fazem com que o entendimento do todo, e de um sistema de valores e causas, derive de uma análise bibliográfica e documental que busque um diálogo entre diferentes campos do saber. Nas sociedades em que a figura do escravo era comum, a guerra institucionalizava, junto com o mercado ou um sistema de débitos, a aquisição dos mesmos (STILWELL, 2014). A escravidão esteve presente na infraestrutura que permitiu que o Imperialismo europeu se expandisse (ARRIGHI, 1996) na África e nas Américas. Enquanto durante um determinado momento a escravidão permitia que os europeus lidassem com problemas estruturais, como a falta de mão-de-obra nas colônias, em outro ela virou uma atividade lucro em si, extremamente vantajosa que auxiliou o processo de acumulação tanto do poder quanto das posições

privilegiadas nos novos mercados que eram criados, e inseridos, mundialmente. A despeito dessa conjuntura internacional, a escravidão continuava sendo um fenômeno recorrente nos territórios africanos, fazendo com que historicamente, a despeito dos fatores provenientes da conjuntura internacional, o processo de aquisição e reprodução de cativos fosse um fenômeno natural aos seus conflitos e demandas das economias familiares.

O entendimento da relação entre Guerra e Escravidão, correlacionando a forma como ambos se davam dentro do território africano, reforça a necessidade pela “desmitificação” do poderio Europeu no período pré-colonial. A presença europeia, nos conflitos africanos, se dava em sua maioria através da escolha de um lado, aonde se auxiliava um lado, militarmente ou economicamente, sendo que em grande parte destes conflitos, a presença europeia era sempre inferior aos combatentes nativos. Além de um jogo de “interesses”, também fica claro que a necessidade, interesse mútuo, ditava esse sistema de alianças e jogos de interesses. Muito busca-se discutir razões para o “atraso” tecnológico africano, ou seja, a sua não industrialização, em uma perspectiva comparada. Porém em vez de trazer afirmações cabe analisar os fatos conforme eles se apresentam. Conforme demonstrado ao longo da dissertação muitas escolhas políticas adotadas pelo Império Asante fizeram com que cada vez mais eles se “padronizassem” dentro de um modelo já conhecido pelos europeus enquanto os tornava extremamente dependentes do mercado atlântico. A ruptura de modelos sociais seculares aliada a dependência da escravidão na base econômica trouxe consequências gravíssimas para o povo Asante no longo prazo.

A hemorragia demográfica que o tráfico de escravos causou não foi apenas decorrência do traslado para as colônias das Américas mas também as rupturas regionais de fluxos tanto migratórios quanto culturais. Perdeu-se muito conhecimento técnico, metalurgia por exemplo, enquanto construiu-se uma economia de “baixo valor agregado”, que foi rapidamente desmantelada com o advento da Abolição. Um possível “tecido industrial” (BOAHEN, 2010) nunca teve as condições de existir porquê foi se desfeita qualquer possibilidade de estabelecimento, do mesmo, por vontade política dos governantes. O não desenvolvimento econômico, a colonização, a exploração predatória europeia, genocídios de populações autóctones tem suas raízes em escolhas feitas pelas elites, tanto econômicas quanto hereditárias, africanas alocadas na Costa do Ouro⁷⁹. Houve uma crescente tensão social no Império Ashanti, assim como outros povos da África Ocidental devido ao aumento do número de escravos no seu ambiente doméstico e a “estratificação”

79 A despeito de considerar-se que esse argumento tenha uma força mais “geral” em relação a outras situações do continente africano, cabe ressaltar que o recorte desta pesquisa foi a África Ocidental, mais especificamente o Império Asante, e portanto tem-se a crença de que a heterogeneidade do continente demande estudos e pesquisas mais direcionados as outras unidades territoriais.

social. O acúmulo de riqueza levou há uma crescente insatisfação de setores da sociedade, principalmente aqueles no entorno da região metropolitana/Capital, insatisfeitos com o aumento da tributação e piora da situação de vida, além da crescente insegurança, e/ou com a forma como a aliança com os europeus se construía, reforçando um laço de identidade “Africana” (e não étnica). As elites locais também brigaram entre si, com ênfase em “duas aglutinações”: De um lato os militares⁸⁰, que se diziam “tradicionalistas”, e do outro um corpo “burocrático”, uma classe “intermediária”, e os comerciantes/*Big Men*.

Cabe se ressaltar, mais uma vez, que o fenômeno da escravidão nas Américas, em países como Brasil e Cuba, possuía características bem “peculiares” quando comparados com as formas de escravidão nas sociedades africanas. A mistura do “senso comum” com uma centralização da produção sobre o tema, e da generalização do mesmo, leva ao estabelecimento de “pressupostos” básicos sobre o tema, por tanto de maneira sucinta, tem como se estabelecer a sequência de acontecimentos: Em um primeiro momento ela se torna “transatlântica” e passa a responder, e alimentar, um processo mercantil regido por uma nova lógica que reconfigurava a forma como as economias mundo se integravam de acordo com a disputa por posições privilegiadas fora do território europeu. Em um segundo momento argui-se que a escravidão se torna “racial”, ao atribuir-se, muito pautado em teorias darwinistas sociais, uma condição negativa à cor dos africanos, que tiveram sua identidade como negros construída sob um discurso civilizatório que se aliava a noção de barbárie e paganismo dos povos não europeus.

O monopólio comercial e subjugação dos povos da região, especialmente os Fantes, culminou para que no século XIX os Fante se unissem em torno de uma confederação que, após sucessivos combates e derrotas, acabaria por findar com o Império e reinado Asante. Apesar da ajuda europeia, principalmente a britânica, ter sido fundamental para garantir que os Fante conseguissem virar a balança de poder regional ao seu favor, seu fervor em combater os inimigos regionais se construiu devido há um processo secular de submissão e “humilhação” que estes mesmos povos sofriam. Fica bem clara a forma como a história pre colonial africana criou as bases para que se possa ter um maior entendimento das configurações e da geopolítica africana. A história da ascensão e queda do Império Ashanti e, antes de tudo, a história de uma potência tendo assumir uma posição de supremacia local e sofrendo forte resistência ao longo dos anos. Diversos estados e grupos étnicos locais se levantaram, ao longo dos anos, para fazer frente ao projeto expansivo dos *Asante* e conforme iam se encontrando mais desgastados e rancorosos, aproveitaram a ruptura da

80 Não coincidentemente, diversos trabalhos de autores africanos (Ler coletânea da Unesco) apontam, contemporaneamente, para dois fatos: A imensa ocorrência, e frequência, de golpes em Estados africanos perpetrados por militares. E a separação, tangível, da “casta militar” de outros setores da sociedade.

aliança do *Asanteman* com os britânicos, devido a abolição da escravidão, e buscaram mudar a balança de poder regional ao seu favor a todo custo. Em contrapartida, outros autores criticariam esta afirmação, considerando que os países, e povos africanos, só sofrem de problemas ditos como “civilizatórios” devido a um histórico de ingerências externas e apagamento da sua própria história. Outro erro que deve-se evitar é a homogeneização dos intelectuais africanos, que entre si, apresentam divergências sobre a forma como se abordam as questões tanto de ordem doméstica e internacional. O *Panafricanismo* ou Teorias *Afrocêntricas* possuem diversas vertentes que além de discordarem entre si muitas vezes tendem a se ancorar em teorias tradicionais na sua concepção, demonstrando assim uma pluralidade de ideias.

Focando nos aspectos teóricos, nota-se como as abordagens tradicionais tendem a enxergar as “dinâmicas” do território africano sobre um aspecto normativo (MKANDAWIRE, 2001) que tem como consequência a adoção de políticas que agem a partir da concepção de causas mal identificadas, aspectos inerentemente negativos sobre as sociedades e economias africanas, e “soluções” ineficazes, pautadas nas premissas capitalistas no que se refere os “porquês” dos Estados periféricos serem como são. Estas abordagens, contrariando a premissa do método científico em testar os paradigmas até o limite, procuram dados que reforcem estereótipos pré concebidos ao longo das décadas. As perspectivas de análise de objetos de estudo e agendas de pesquisa que envolvam o continente africano, assumem dentro do campo das Relações Internacionais as mesmas dificuldades que o tema em si tende a encontrar em outros campos de estudo. Isto é, existe uma discussão intrínseca sobre os vieses que permeiam as análises, gerando determinadas questões normativas. Não se pode excluir o debate entre “homogeneização”, ou a generalização, e a diversidade, isto é as idiosincrasias pertinentes aos Estados. Generalizações não são por si só “más”, sendo que elas servem como uma ferramenta que auxilia a base de elaboração das pesquisas, o que deve se questionar é a forma como elas são aplicadas e até que ponto elas se fazem necessárias. Da mesma maneira uma hipercomplexidade e a abordagem de temas muito diversos pode acabar por prejudicar a criação de um trabalho que agregue valor aos Estudos Africanos no que concerne as Relações Internacionais.

Enquanto em um primeiro momento parece que um viés automaticamente exclui o outro, reforça-se que a diferenciação entre o doméstico e o internacional, dentro do processo decisório, não é o melhor caminho. Estudos críticos e revisionistas sobre a forma como a África é retratada pela bibliografia “ocidental” tem apresentando uma tendência de crescimento, em termos qualitativos e quantitativos, ao longo dos anos⁸¹. Porém, mesmo neste aspecto, nota-se que ainda

81 Ver bibliografia citada.

existe uma demanda no campo das relações internacionais e da ciência política por literaturas de caráter exploratório que se aprofundem no tema ao proporem novas agendas e metodologias de pesquisa. importante ressaltar que não se considera a necessidade de uma “total ruptura” ou separação dos estudos africanos dentro dos campos das RI, visto que em paralelo ao trabalho dos autores que questionam os paradigmas vigentes também se utilizou de autores “tradicionais”, como Putnam em *Diplomacy and Domestic Politics: The logic of two level games* e Strange em *International Economics and International Relations: A case of mutual neglect*. Na busca por uma base questionadora, o objetivo continua a ser com que o espaço africano, e as sociedades que o habitam, sejam alvo de um maior rigor científico dentro das RI, o que demanda uma maior agência dentro do campo.

Por fim, este trabalho teve como objetivo analisar, de maneira científica, o Império Ashanti e a região da Costa do Ouro de maneira a compreender como a agenda doméstica de atores africanos, entre o século XVII e XIX, influenciou a sua integração com o mercado atlântico e seus conflitos inter-regionais. A estrutura dos capítulos teve como o objetivo final a exploração da interconexão entre as questões econômicas pertinentes ao comércio mundial e regional, as guerras domésticas e a política por detrás produção de “cativos” que alteraram, permanentemente, as estruturas das sociedades africanas ali presentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Secundárias (publicações, livros, artigos acadêmicos)

ARHIN, Kwame *et* KI-ZERBO, Joseph. **Estados e Povos do Arco do Níger e do Volta**. *In* **História Geral da África: África do Século XIX à década de 1880**. AJAYI, J.F Ade (Editor). Unesco, 2010.

ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina: 1800-2000**. São Carlos: Edufscar, 2014.

AKE, Claude E. **Ciência Social como Imperialismo**. *In*: LAUER, Helen (Org.) *et* ANYDOHO, Kofi (Org.), **O resgate das Ciências Humanas e das Humanidades através das perspectivas africanas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

APPIAH, Kwame Anthony. **There is no such thing as western civilization**. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/nov/09/western-civilisation-appiah-reith-lectur>. Acessado em: 24 de Agosto de 2017.

ARRIGHI, Giovanni; **O Longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

BARBOSA, Muryatan Santana. **A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)**. Tese apresentada ao programa de pós graduação em história

social do departamento de história da faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

BETHELL, Leslie. **A abolição do Tráfico de Escravos no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1976.

BETHELL, Leslie & CARVALHO, José Murilo de. **Joaquim Nabuco e os Abolicionistas Britânicos: correspondência 1880-1905**. Rio de Janeiro: TopBooks, 2008.

BELLAGAMBA, Alice; SANDRA E. Greene; KLEIN, Martin A. (eds). **African Voices on Slavery and the Slave Trade**. New York: Cambridge University Press, 2013.

BELLAGAMBA, Alice; SANDRA E. Greene; KLEIN, Martin A. (eds). **Bitter Legacy: African Slavery Past and Present**. Princeton: Markus Wiener Publishers, 2013.

BRINKMAN, Inge. **War and Identity in Angola: a two case study**. Lusotopie, p. 195-221, 2003.

BOAHEN.A. **Os Estados e Culturas da costa da Guiné Inferior**. *In História Geral da África: África do século XVI ao XVIII*. OGOT, Bethwell Allan (editor). Unesco, 2010

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. **As mudanças econômicas na África em seu contexto mundial**. *In História Geral da África: África sob domínio colonial, 1880-1935*. BOAHEN, Albert Adu(editor). Unesco, 2010.

COSTA E SILVA, Alberto. **A enxada e a lança: A África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

COSTA E SILVA, Alberto. *A manilha e o Libambo: A África e a escravidão, 1500 a 170*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

COSTA E SILVA, Alberto. *Um rio chamado Atlântico: A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

COSTA, Wanderley. **Geografia Política e Geopolítica**. Edusp, São Paulo, 2008.

CANDIDO, M. P. **An African Slaving Port and the Atlantic World**. Cambridge: Cambridge U. Press, 2013.

DEL PRIORE, Mary & VENÂNCIO, Renato. *Ancestrais: Uma introdução à história da África Atlântica*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

DIAMOND, Jared. **Guns, Germs and Steel**. New York: Norton Paperback, 1999.

DRESCHER, Seymour. **Abolition: A history of Slavery and Anti-Slavery**. New York: Cambridge University Press, 2009.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo Império Perecerá**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

EDGERTON, Robert B. **The Fall of the Asante Empire: the hundred-year war for Africa's Gold Coast**. New Yor: Free Press, 1995.

FAZILET, Alachaher. **The Ashanti's Political, Military, Judicial and Economic Organization: Evolution and Change (1750-1824)**. Dissertação apresentada ao departamento

Anglo Saxão de línguas da Universidade de Oran para a obtenção do título de Mestrado em civilizações Africanas. Algéria, 2012.

FANON, Frantz. **Black Skin, White Masks**. Reino Unido: Pluto Press, 1986.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Em defesa da Revolução Africana**. Lisboa: Augusto Sá da Costa, 1980.

FERREIRA, Roquinaldo. **Cross-cultural exchange in the Atlantic world: Angola and Brazil during the era of the slave trade**. Cambridge: Cambridge U. Press, 2013.

FINLEY, Moses. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

GALA, Irene Vida. **As ciências sociais africanas na contramão do afropessimismo**. In: GONÇALVES, Jonuel (Org.) **Atlântico Sul XXI: África Austral e América do Sul na virada do milênio**. São Paulo: UNESP, 2009.

GILROY, Paul (2001). **O Atlântico negro**. Rio de Janeiro: UCAM/Editora 34, 2001.

GUEDES, Roberto (org). **África: brasileiros e portugueses- séculos XVI-XIX**. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.

HENRIQUES, Isabel de Castro. **Os pilares da diferença. Relações Portugal-África, séculos XV-XIX**. Lisboa, Caleidoscópico Edição e Artes Gráficas, 2004.

HENRIQUES, Isabel de Castro; SALA-MOLINS, Louis (orgs.). **Déraison, esclavage et droite. Les fondements idéologiques e juridiques de la traite négrière et de l'esclavage.** Col. Mémoire des peuples. La route de l'esclavage. Éditions UNESCO, 2002, pp. 301-314.

KAH, Henry Kam. **Kwame Nkrumah and the Pan-African vision: Between acceptance and rebuttal.** Brazilian Journal of Strategy & International Relations, v.5, n.9, Jan/Jun, p.141-164, 2016.

LOVEJOY, Paul E. **Escravidão na África: uma história de suas transformações.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LOVEJOY, Paul E., ed. **Slavery on the Frontiers of Islam.** Princeton: Markus Wiener Publishers, 2004.

LOVEJOY, Paul. **A escravidão na África: uma história de suas transformações.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LOVEJOY, Paul. **Concubinage and the status of women slaves in early colonial Northern Nigeria.** In Journal of African history, vol. 29, n. 2, 1988, pp. 245-266.

MANOLO, Florentino. **Em costas Negras.** São Paulo: Editora sewarcz, 1997.

M' BOKOLO, Elikia. **África negra. História e civilizações. Até ao Século XVIII.** Lisboa: Vulgata, 2003.

MALOWIST, M. **A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África.** In: OGOT, Bethwell Allan (Ed.) **História Geral da África volume V: África do século XVI ao XVIII.** Brasília: UNESCO, 2010.

MEILLASSOUX, Claude. **Antropologia da escravidão. O ventre de ferro e o dinheiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

MEMEL-FOTÊ, Harris. **Culture et nature dans les représentations africaines de l'esclavage et de la traite négrière: Cas des sociétés lignagères.** In HENRIQUES, Isabel de Castro; SALA-MOLINS, Louis (Orgs.). **Déraison, esclavage et droite. Les fondements idéologiques e jurídiques de la traite négrière et de l'esclavage.** Col. Mémoire des peuples. La route de l'esclavage. Éditions UNESCO, pp. 195-202, 2002.

PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da Escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015.

PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

REIS, Vinícius Guimarães Gonçalves. **O fim do Tráfico de Escravos sob a perspectiva da Economia Política Internacional.** In: II Encontro de Economia Política Internacional, Rio De Janeiro. Anais, p.1731, ISSN: 2594-6641.

REYES, Marcelo Xavier de los. **O Atlântico Sul: seu passado recente, cooperação e perspectivas de potenciais conflitos.** In: GONÇALVES, Jonuel (Org.) **Atlântico Sul XXI: África Austral e América do Sul na virada do milênio.** São Paulo: UNESP, 2009.

RODRIGUES, Eugénia. **Portugueses e africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII.** Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013.

SANDOVAL, Ana Claudia Rozo et SANTOS, Luís Carlos. **Estudos decoloniais e filosofia africana: Por uma perspectiva outra no ensino da filosofia**. Revista Páginas de Filosofia, v. 6, n. 2, p.1-18, jul./dez, 2014.

SANTOS, Catarina. M. **Les mots e les normes juridiques de l'esclavage dans la colonie portugaise d'Angola aux XVIIe et XVIIIe siecles** (les mucanos comme jugmentes de liberte). In: **Brésil(s): Cahiers du Brésil Contemporain**. Paris: EHESS/CRBC/Maison des Sciences de l'homme, pp. 127-149, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2014.

SILVA, Alberto Costa. **Um rio chamado Atlântico: A África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

STILWELL, Sean. **Slavery and Slaving in African History**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2014.

STRANGE, Susann. **States and Markets**. 1988.

THORNTON, John. K. **Warfare in Atlantic Africa, 1500-1800**. University College of London Press/Routledge, 1999.

UZOIGWE, Godfrey N. **Partilha europeia e conquista da Africa: apanhado geral**. In **História Geral da África: África sob domínio colonial, 1880-1935**. BOAHEN, Alber Abu(editor). Unesco, 2010.

VANDERVOT, Bruce. **Wars of Imperial Conquest in Africa (1830-1914)**. London: UCL, 1998.

WILLIAMS, Eric. **Capitalism and Slavery**. North Carolina: North Carolina University Press, 1944.

YANKAH, Kwesi. **A globalização e o Acadêmico Africano**. *In*: LAUER, Helen (Org.) *et* ANYDOHO, Kofi (Org.), **O resgate das Ciências Humanas e das Humanidades através das perspectivas africanas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016.

Fontes Primárias: (legislação, documentos, jornais, relatórios)

EMORY UNIVERSITY. **Comércio Transatlântico de Escravos-Base de Dados**. Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/voyage/database>> Acesso em: 19 de Fevereiro de 2019.

EMORY UNIVERSITY. **Tráfico Transatlântico de Escravos-Linha do Tempo e Cronologia**. Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/voyage/database>> Acesso em: 19 de Fevereiro de 2019.